Capítulo 10

UNSCOP

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. UNSCOP. pp. 327-458. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 10

UNSCOP

*Pode-se dizer o que se queira sobre a História...
Uma coisa, porém, não pode ser dita: que ela
faça sentido.*

Dostoiévski

A 28 de abril de 1947 teve início a sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada à Palestina; prolongar-se-ia a mesma até 15 de maio. Os delegados dos países árabes – Egito, Iraque, Síria, Líbano e Arábia Saudita – esforçaram-se (sem êxito, porém) por incluir na agenda um item adicional, assim redigido: “O término do mandato sobre a Palestina e a declaração de sua independência”; tal pretensão recebeu apoio somente das delegações da URSS e de outros países comunistas.

Perante o Comitê Político fizeram se ouvir representantes árabes e da Agência Judaica, entre estes Ben-Gurion e Shertok Todos reafirmaram pontos de vista sobejamente conhecidos e manifestados em ocasiões anteriores.

Decidiu a Assembleia Geral instituir uma Comissão Especial, conhecida como a Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina, ou simplesmente pela sigla UNSCOP (do inglês: United Nations Special Committee on Palestine). Foi ela formada, de acordo com uma proposta australiana (aprovada por 13 votos a favor e 11 contra, com 31 abstenções), por representantes de 11 países, escolhidos segundo um critério regional e excluindo (contra os desejos soviéticos), por causa dos seus “interesses especiais”, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança; ficaram igualmente excluídos, por serem parte interessada na questão, os países árabes.

Os onze países representados na Comissão eram, por ordem alfabética: Austrália, Canadá, Guatemala, Holanda, Índia, Iugoslávia, Pérsia, Peru, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai. Temos, portanto: dois da Europa Ocidental, ambos francamente amistosos em relação à Inglaterra; dois da Europa Oriental; três da América Latina, dos quais um – o Peru – essencialmente conservador; dois asiáticos, sendo um – a Pérsia – muçulmano; e dois países-membros da Comunidade Britânica, no mesmo caso dos da Europa Ocidental. (Sete países – Canadá, Holanda, Pérsia, Peru, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai – já haviam sido previamente propostos pelos Estados Unidos; por proposta do Chile foram acrescentados aos mesmos Guatemala e Iugoslávia, e para completar a equipe o delegado americano, senador Warren Austin, sugeriu países representativos da Ásia e do Pacífico Sul, sendo então eleitos Índia e Austrália.). As instruções à Comissão – aprovadas contra os votos dos cinco países árabes acima citados, do Afeganistão e da Turquia – estipulavam que a mesma teria “os mais amplos poderes para investigar todas as questões pertinentes ao problema da Palestina” e para “realizar investigações na Palestina e onde quer que julgue útil”, devendo apresentar ao secretário-geral, o mais tardar até 1º de setembro, um relatório contendo recomendações “para a solução do problema da Palestina”.

A grande surpresa da Sessão Especial foi a atitude soviética. Quase ao encerramento dos debates proferiu Andrei Gromyko sensacional discurso atacando o falido sistema mandatário de administração da Palestina, apoiando “as aspirações dos judeus para estabelecer seu próprio Estado”, e manifestando-se, caso não fosse possível estabelecer um Estado binacional, a favor duma partilha da Palestina entre sionistas e árabes¹. Esse tão inesperado quanto valioso apoio foi recebido com grande satisfação pelos dirigentes sionistas, embora compreendessem eles que a atitude da URSS não era fruto de qualquer súbita simpatia ou admiração pelo sionismo ou pelos judeus em geral, e sim apenas um lance oportunista no jogo de xadrez da “guerra fria”. (Comenta Barnet Litvinoff: “É, possível que a questão palestinese fosse o elo mais fraco da aliança anglo-americana e que a Rússia estivesse procurando romper as potências do Atlântico via

¹ Alguns meses depois, referindo-se a esse discurso de Gromyko, o Dr. Weizmann diria publicamente que, sem querer ofender o diplomata soviético, tal discurso poderia perfeitamente ter sido feito por um sionista...

Jerusalém”). Na imprensa árabe, como era de se esperar, as manifestações foram de consternação geral.

Já a atitude britânica não surpreendeu ninguém – o chefe da delegação inglesa, Sir Alexander Cadogan, declarou ter seu governo ponto de vista firmado no sentido de que a Grã-Bretanha “não deveria ter a responsabilidade exclusiva de fazer cumprir uma solução que não fosse aceita pelos dois lados e que não possamos conciliar com a nossa consciência”.

À semelhança do que fizemos em relação à Comissão Anglo-Americana, julgamos de interesse apresentar também, um por um, os onze membros efetivos da UNSCOP (que, no dizer apropriado de um deles, era “o primeiro organismo verdadeiramente internacional a investigar o problema palestinese”). Ei-los, por ordem alfabética dos respectivos países:

Austrália – John D. L. Hood, conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, ex-redator do *Times* de Londres e representante de seu país na Comissão de Investigação das Nações Unidas acerca de Incidentes na Fronteira Grega;

Canadá – Ivan Rand, juiz do Supremo Tribunal;

Guatemala – Jorge García-Granados, ex-presidente do Congresso Guatemalteco e embaixador nos Estados Unidos (“franco simpatizante do sionismo”, segundo Kirk);

Holanda – Nicolas Blom, antigo alto funcionário da Administração Colonial Holandesa;

Índia – Sir Abdur Rahman, juiz em Lahore (muçulmano fervoroso);

Iugoslávia – Vladimir Simic, presidente do Senado;²

Pérsia – Nasrollah Entezam, ex-ministro do Exterior (muçulmano devoto);

Peru – Arturo García Salazar, embaixador no Vaticano (católico fervoroso);

² Simic, entretanto, só passaria a integrar a UNSCOP após a chegada desta à Palestina; até então foi a Iugoslávia representada por seu suplente, Josef Brilej, advogado e jornalista, ex-guerrilheiro, diretor do Departamento Político do Ministério do Exterior.

Suécia – Emil Sandström, juiz, antigo membro da Corte Internacional de Haia;

Tchecoslováquia – Karel Lisicky, diplomata, com longa experiência em Paris, Varsóvia, Lausanne e Londres;

Uruguai – Enrique Rodriguez Fabregat, professor, ex-ministro da Educação.

Enquanto na ONU se realizava a Sessão Especial, continuava a Palestina em ebulição. A 4 de maio elementos do Irgun envergando uniformes britânicos realizaram um bem-sucedido ataque à principal prisão da Palestina – a prisão de Acre – libertando mais de 250 presos, entre os quais 41 judeus (estes presos políticos, ao passo que os 214 prisioneiros árabes eram predominantemente criminosos comuns)³. Na ocasião foram capturados pelos ingleses cinco terroristas. (Sobre o seguimento disso, adiante.).

A primeira reunião plenária da UNSCOP efetuou-se em New York, a 2 de julho. Foi a mesma aberta pelo secretário-geral da ONU, Trygve Lie, que sublinhou a importância e a dificuldade da tarefa a ser enfrentada, advertindo tratar-se de um problema “carregado de tanta emoção e paixão, rodeado de tantos clamores por humanidade e justiça”.

Por pressão da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, exercida através do Dr. Victor Chi Tsai Hoo⁴, foi eleito presidente da Comissão o juiz sueco Emil Sandström, elemento da máxima confiança das duas grandes potências de língua inglesa (que haviam mesmo chegado a cogitar dele para o cargo de governador de Trieste); não poderia ele, informa García-Granados, ficar “inteiramente indiferente ao ponto de vista britânico”. Uma outra candidatura – a de García-Granados – fôra proposta (aliás em primeiro lugar nessa reunião) por um delegado uruguaio, mas obteve apenas 3 votos

³ O episódio do ataque à prisão de Acre foi bastante bem aproveitado, e com considerável verossimilhança, no filme (a nosso ver, quanto ao resto, medíocre) de Otto Preminger *Exodus*.

⁴ O Dr. Hoo, ex-ministro chinês na Suíça, chefiava cerca de 50 funcionários (datilógrafos, tradutores, assessores diversos) integrando a UNSCOP na qualidade de secretariado; o secretário deste era o Dr. Alfonso Garcia Robles, eminente advogado mexicano e chefe da seção política do Conselho de Segurança. O assistente do Dr. Hoo era o americano Dr. Ralph Bunche.

(Uruguai, Iugoslávia e Guatemala); o conchavo a favor de Sandström já estava feito.

A partida dos Estados Unidos foi a 10 de junho, via aérea. Havendo surgido divergências quanto ao itinerário a ser seguido (Entezam, por exemplo, achava que uma parada em Londres, por mais breve que fosse, teria inevitavelmente implicações políticas), resolveu-se que cada membro da Comissão viajaria até a Palestina em caráter individual, escolhendo a rota e as escalas que mais lhe agradassem. (Acabaram, porém, quase todos, inclusive o próprio Entezam, fazendo escala em Londres, onde aliás não receberam a mínima atenção ou cortesia do governo britânico.) Igualmente devido a desacordo, decidiu-se adiar, até depois da chegada à Palestina, a discussão sobre uma visita aos campos de “pessoas deslocadas”.

Logo à chegada da UNSCOP na Palestina promoveu o Comitê Superior Árabe uma greve de 15 horas como protesto contra o inquérito, que aquele organismo, por ordem do mufti (então no Cairo) resolvera boicotar. As Nações Unidas foram disso oficialmente informadas por meio de um telegrama, datado de 13 de junho, que Jamal el-Husseini, vice-presidente do Comitê Superior Árabe, enviara a Trygve Lie:

Comitê Superior Árabe deseja transmitir às Nações Unidas que após estudar exaustivamente as deliberações e circunstâncias sob as quais foi constituída a comissão de investigação para a Palestina e as discussões que levaram às instruções resolveu que árabes palestinos deveriam abster-se de colaboração e desistir de comparecer perante dita comissão pelas seguintes razões principais – primeiro recusa Nações Unidas adotar procedimento natural inserindo término mandato e declaração independência na agenda sessão especial Nações Unidas e nas instruções segundo fracasso separar refugiados judeus do problema palestino terceiro substituindo interesses habitantes Palestina por inserção interesses religiosos universais⁵ embora estes não estejam sujeitos a controvérsia – além disso direitos naturais árabes palestinos são evidentes por si mesmos e não podem continuar sujeitos a investigação mas merecem ser reconhecidos com base nos princípios da Carta das Nações Unidas.

⁵ As instruções incluíam um item com o seguinte teor: “A Comissão dará a mais cuidadosa atenção aos interesses religiosos do islamismo, judaísmo e cristianismo”.

A primeira reunião da UNSCOP na Palestina teve lugar no imponente edifício da YMCA em Jerusalém, numa segunda-feira, 16 de junho, às 4 horas da tarde. A pedido do governo da Palestina, formulado, segundo se alegou, por motivos de “segurança pública”, foi essa uma reunião secreta, não obstante os enérgicos protestos de García-Granados, secundado por Sir Abdur Rahman e Brilej. Nessa reunião foram ouvidos dois representantes do governo palestinese: Sir Henry Gurney, secretário do governo da Palestina, cuja hostilidade ao sionismo era notória⁶, e Donald C. MacGillivray, um dos principais assistentes de Sir Henry Gurney e que fora designado elemento de ligação entre o governo e a UNSCOP. Nada do que disseram seria, entretanto, digno do sigilo feito, a não ser que fosse intenção do governo palestinese poupar aos seus porta-vozes o vexame de serem obrigados a confessar, de público, o completo fracasso da administração britânica.

Sandström, presidindo, abriu os trabalhos declarando que a finalidade da reunião era obter mais informações relativas ao material impresso fornecido à Comissão sob o título *Uma Vista Geral da Palestina* (*A Survey of Palestine* no original – constava de 3 volumes, num total de quase 1.400 páginas, preparados em fins de 1945 e princípio de 1946 para uso da Comissão Anglo-Americana de Inquérito, e mais um Suplemento constante de notas compiladas para informação da UNSCOP), e solicitou a Sir Henry Gurney que fizesse, de início, um esboço da Administração da Palestina⁷. Isso feito, passou-se à inquirição. Grande parte da mesma girou em torno de estatísticas, das quais MacGillivray viera profusamente munido. Muitos dos números apresentados eram, porém, assaz significativos, constituindo por si só tremendo e irretorquível libelo contra a Administração.

⁶ Era Sir Henry Gurney quem realmente controlava a administração na Palestina. Dov Joseph descreve-o como “homem inteiramente de Bevin, muito esperto e metucioso, reacionário até os ossos”. Morreria na Malaia, assassinado por terroristas.

⁷ O governo palestinese também submeteu à Comissão um memorando de 14 páginas intitulado *Memorando sobre a Administração da Palestina sob o Mandato*; nele, procurava o governo palestinese eximir-se de qualquer responsabilidade pelo seu fracasso administrativo, lançando a culpa sobre o mandato, no qual apontava, entre outros, os seguintes “defeitos”: a criação da Agência Judaica, a concessão a cada comunidade do direito de manter suas próprias escolas, e o reconhecimento do hebraico e do árabe como línguas oficiais (o que chega até a ser engraçado, considerando-se que a terceira língua oficial, e única desejável segundo o memorando – isto é, o inglês – só era ali falada em virtude da presença de ingleses, presença essa devida exclusivamente ao mandato...).

A certa altura Sandström indagou: “Até que ponto são encontrados judeus nos serviços governamentais?”. Resposta de Sir Henry Gurney: “O governo emprega, ao todo, 45.000 funcionários. Desses, 67,5% são árabes, 20,7% são ingleses, e 2,1% são classificados como ‘outros’”.

Com relação à despesa no ano anterior (1946) informou Sir Henry Gurney, respondendo a García-Granados, que haviam sido gastos (em libras esterlinas): para saúde 923.000, para educação 1.416.000 e para polícia 6.052.000! Observe-se, contudo, que nas despesas de polícia não se incluíam despesas militares, pois estas, conforme explicou Sir Henry Gurney, ficavam a cargo do governo britânico. (Sir Henry acabaria revelando, já quase ao fim da reunião, que as despesas militares no mesmo ano atingiram a cifra de 23.500.000 libras esterlinas.).

Fabregat indagou sobre o índice de mortalidade infantil nas comunidades árabe e judaica; respondeu MacGillivray que, no ano de 1946, por 1.000 nascimentos vivos os óbitos de criancinhas foram: muçulmanos 90,7; cristãos 56,4; judeus 31,5. (Em ocasião posterior David Horowitz informaria que o maior índice de mortalidade infantil era encontrado em duas localidades exclusivamente árabes, Belém e Ramallah, com respectivamente 176,4 por mil e 171,5 por mil; já o menor índice de mortalidade infantil, entre os árabes, era encontrado em localidades onde havia também denso povoamento judaico, por exemplo Jaffa e Haifa.) Interpelado por Sir Abdur Rahman, Sir Henry Gurney reconheceu haver uma grave deficiência de escolas para a população árabe da Palestina.

A explosiva questão da imigração “ilegal” foi levantada por García-Granados. Disse o representante guatemalteco: “O Reino Unido tem um mandato da Liga das Nações. São imigrantes ilegais aqueles que entram em transgressão ao mandato?”. Resposta (glacial) de Sir Henry Gurney: “O mandato não é uma lei. O mandato é um documento”. Pouco adiante Sandström perguntou o que o secretário do governo entendia por imigrante ilegal. Explicação de Sir Henry Gurney: “São pessoas que tentam entrar na Palestina contrariando as leis da Palestina, e as leis da Palestina são feitas sob o Order-in-Council que instituiu o governo para administrar a Palestina em execução ao mandato”⁸. Mas García-Granados voltou à carga: “Eu entendia que o mandato, em vez de proibir a imigração, tentou encorajá-la”.

⁸ Trata-se do Palestine Order-in-Council de 1922.

Aí Sandström interrompeu bruscamente, dizendo a García-Granados: “O senhor já teve a resposta. É uma imigração que se realiza contrária às leis da Palestina”.

Hood fez uma pergunta sobre emigração da Palestina. Sir Henry Gurney: “Não há emigração significativa da Palestina. Não tem havido já há muitos anos”. A respeito de moradias – assuntos pelo qual se interessou o juiz Rand – MacGillivray informou que diversos árabes haviam contratado arquitetos judeus para o planejamento de suas residências; e Sir Henry Gurney, em resposta a uma pergunta de Sandström, declarou que “no momento a grande maioria das indústrias são judaicas”.

Às 19 horas, alegando o adiantado da hora (estariam talvez com pressa de jantar?), Sandström deu por encerrada a reunião.

Não sabemos se foi ou não simples coincidência – Kirk afirma que foi, mas García-Granados suspeita que não: no mesmo dia 16 de junho em que a UNSCOP inaugurava oficialmente seus trabalhos na Palestina, um tribunal militar britânico sentenciava à morte por enforcamento três dos cinco membros do Irgun presos por ocasião do ataque à prisão de Acre. Logo que foi proferida a sentença, os três jovens condenados, em posição de sentido, deram início ao canto da Hatikva, no que foram acompanhados, com emoção, pelo público, enquanto o juiz e o promotor britânicos acintosamente se retiravam. Comentou um porta-voz da Agência Judaica ser “muito lamentável” que o Comissão iniciasse sua tarefa “à sombra da força”.

Logo no dia seguinte, a intercessão da UNSCOP a favor dos condenados foi solicitada, pelos parentes dos mesmos, através da seguinte carta:

Jerusalém, 17 de junho de 1947

Juiz Emil Sandström

Presidente, Comissão Especial

Nós, abaixo assinados, somos os pais e parentes dos três jovens ontem condenados e sentenciados à pena de morte pela Corte Militar de Jerusalém em conexão com delitos de acordo com os Regulamentos de Defesa (de Emergência). Nossos filhos foram considerados culpados de participação no ataque à Prisão Central de

Acre que teve lugar a 4 de maio de 1947, e do qual resultou escaparem alguns presos judeus e árabes.

Infelizmente nossos filhos recusaram assistência jurídica para o julgamento, e embora tenhamos constituído advogado para representá-los, eles dispensaram seus serviços, declarando que não reconheciam a autoridade da corte militar e dos Regulamentos de Defesa sob os quais foram julgados.

Pelos depoimentos ficou bem claro que os atacantes não infligiram baixas às forças de segurança ou a qualquer outro indivíduo, e nem um único policial ou soldado foi morto ou ferido. Ademais, pelas provas da acusação não ficou claro que participação tiveram, se tanto, no ataque. Eles foram presos fora da cidade de Acre, depois do ataque à prisão.

Todos três são muito jovens. Abshalom Habib, que tem apenas 20 anos, é estudante universitário. Meir Nakar, 21 anos, é operário e serviu 3 anos no exército britânico, tendo sido desmobilizado em agosto de 1946. Jacob Weiss, de 23 anos, trabalhava numa fábrica e só recentemente chegara à Palestina, tendo perdido seus pais, e outros membros de sua família, exterminados pelos nazistas. Ele tem uma irmã que vive na Tchecoslováquia.

Acreditamos sinceramente que neste caso seria injusto executar a sentença de morte, e achamos que a mesma deveria ser comutada em prisão. Naturalmente compreendemos que nossos filhos foram considerados culpados de graves delitos, mas eles devem ter sido influenciados, no que quer que tenham feito, por propaganda política, provavelmente mal orientada, como resultado da trágica situação de seu povo. Eles são muito moços e agiram obviamente como idealistas, acreditando estarem assim ajudando seu povo. Tendo cometido um crime contra as leis do país, compreendemos que devem ser punidos, mas não mortos.

Por isso humildemente imploramos a vós, e à Comissão, para que façais uso dos vossos bons ofícios junto ao governo e autoridades militares deste país a fim de evitar a execução dos nossos jovens filhos, conseguindo uma comutação da pena que lhes foi imposta.

Cremos que levareis em consideração o fato de que todo esse fenômeno de jovens de boa educação e de famílias dignas e respeitadoras da lei tomarem parte em tais proezas é o resultado de uma tragédia maior em que se situa nosso povo. É essa tragédia e

suas consequências que levam alguns desses jovens a se entregarem a essa desgraçada atividade. O saber que fostes agora incumbidos da histórica missão de contribuir para a solução dessa tragédia dá-nos a justificativa para recorrer a vós com nossa humilde solicitação.

Eliezer e Rivka Habib

Masouda e Kadouri Nakar

Henriette Reisner (tia de Jacob Weiss)

Também a 17 de junho realizou-se (igualmente à tarde e no mesmo local da véspera) nova reunião da Comissão, a primeira reunião pública na Palestina. Destinava-se a mesma a ouvir representantes da Agência Judaica prestando informações sobre a Palestina. Os dois representantes da Agência Judaica – Moshe Shertok (chefe do Departamento Político da Agência Judaica) e David Horowitz (perito em assuntos econômicos e elemento de ligação entre a Agência Judaica e a UNSCOP) – foram convidados por Sandström a tomar assento à mesa e submeter suas observações relativas ao *Survey of Palestine* e outras publicações fornecidas à Comissão pelo governo da Palestina.

Shertok, nos momentos iniciais de sua longa exposição de quase duas horas, acentuou que nunca a Palestina fora tão pequena quanto o era então. E, mesmo assim, estavam os judeus proibidos (por uma lei que um parlamentar trabalhista – o futuro Lord Jowitt – qualificou nos Comuns como uma “lei selvagem”, repetindo por três vezes, cada vez com maior ênfase, a palavra “selvagem”) de adquirir terras em 63% da área do país; em 32% da área exigia-se permissão especial do governo para qualquer transação entre judeus e não judeus⁹, e somente em 5% da Palestina tinham os judeus liberdade para comprar terras. E esses 5% significativamente, eram constituídos por zonas densamente povoadas onde quase 50% das terras já eram de propriedade judaica. (Diria em depoimento posterior Eliezer Kaplan: “O governo da Palestina restringiu ou proibiu transferências de terras precisamente naquelas partes do país em que ocorreu menor desenvolvimento – as zonas atrasadas não de permanecer atrasadas”).

⁹ Em outra sessão Shertok afirmaria: “Quando ficava ao arbítrio do alto-comissário permitir em certas áreas a venda de terras de árabes a judeus, em 99% dos casos, ou talvez 99,9%, tal permissão era negada”.

Mais adiante informou Shertok que dos 640.000 judeus vivendo na Palestina (numa população total estimada em cerca de 1.900.000), 230.000 já eram ali nascidos, acrescentando que os judeus então na Palestina não se consideravam uma população estacionária mas sim uma vanguarda preparando o terreno para a absorção de outros mais. Salientou ainda que os judeus palestinos não tiravam o ganha-pão de ninguém, pois eles criavam o seu próprio.

Passou-se à inquirição, e o Dr. Blom indagou sobre cooperação entre a Administração da Palestina e a Agência Judaica. Respondeu Shertok que até 1939 – ano do White Paper – o contato era frequente, mas que no momento as relações eram “extremamente tensas”.

Brilej pediu exemplos de colaboração árabe judaica. Shertok citou três: no Conselho Municipal de Haifa, na citricultura, e em alguns casos de greve.

Fabregat interessou-se pelo sistema educacional, tendo Shertok afirmado que enquanto nas escolas judaicas a língua de instrução era o hebraico mas também se ensinava o inglês e o árabe, nas escolas governamentais (exclusivamente árabes) o instrumento de ensino era o árabe ensinando-se também o inglês, mas não o hebraico.

O problema imigratório foi dessa vez posto em destaque por Sir Abdur Rahman, que em certo momento perguntou a Shertok (quer-nos parecer que ironicamente): “Gostaria o senhor que as leis de imigração desaparecessem de todos os outros países do mundo?”. Resposta: “Não tenho opinião quanto à imigração em outros países”.

García-Granados mostrou-se interessado em saber que parte dos impostos recolhidos pela Administração da Palestina era paga pelo povo judeu e quanto desses impostos era novamente investido em benefício dos judeus. Horowitz forneceu a resposta: “Aproximadamente dois terços da receita do governo palestino é oriunda de fontes judaicas. Estimar os benefícios é mais difícil porque muitos serviços se destinam ao país em

conjunto e não quero por minha conta calcular a despesa. Sem dúvida o grosso da despesa é em benefício da população árabe”¹⁰.

Os dias seguintes foram dedicados a visitas, para conhecimento do país e seus problemas, e também a discussões sobre a carta dos parentes dos condenados à morte. Foram visitados, entre 18 e 21 de junho, os seguintes lugares: Jerusalém (Lugares Santos muçulmanos, cristãos e judaicos, e escritórios do Supremo Conselho Muçulmano); Haifa (Monte Carmelo, a refinaria e várias fábricas, sendo que numa fábrica de cigarros de propriedade árabe – na qual não foi admitida a entrada de judeus que acompanhavam a Comissão – García-Granados e Fabregat ficaram estarecidos ao encontrarem trabalhando ali, em precaríssimas condições de higiene, crianças menores de 14 anos); o mar Morto e um kibbutz próximo; as ruínas e escavações arqueológicas de Jericó (onde, é curioso assinalar, seriam encontrados, menos de dez anos depois, restos das mais antigas fortificações conhecidas em todo o mundo, datando de 7.000 a.C.); Hebron, Beersheba; e Gaza.

Se as visitas transcorreram em calma e praticamente sem anormalidades – se excetuarmos a proibição aplicada aos judeus acompanhantes da Comissão (jornalistas, motoristas, etc.) de ingressarem em localidades e instituições árabes (proibição essa, aliás, com a qual as autoridades britânicas se mostravam inteiramente coniventes) – já a carta recebida por Sandström provocou acaloradas discussões que se prolongaram por dois dias. Sir Abdur, Rand e Hood manifestaram-se energicamente no sentido de não ter a Comissão o direito de intervir no caso, mas finalmente ficou decidido responder à carta, o que foi feito a 22 de junho da seguinte forma:

Em nome da Comissão Especial para a Palestina quero acusar o recebimento de vossa carta de 17 de junho de 1947, a mim endereçada e relativa aos três jovens condenados e sentenciados à morte em 16 de junho pela Corte Militar de Jerusalém.

Por motivos relacionados com as circunstâncias do caso e com as condições pessoais dos condenados, pedis à Comissão que use seus bons ofícios junto ao Governo e autoridades militares a fim de evitar

¹⁰ Ben-Gurion, em seu depoimento, colocou a questão nos seguintes termos: “Os judeus pagam 70% dos impostos enquanto que os árabes recebem aproximadamente 70% dos benefícios”.

a execução dos jovens, conseguindo uma comutação da pena que lhes foi imposta.

Vossa carta foi submetida à Comissão, que a considerou com plena compreensão de vossa aflição.

Estou autorizado pela Comissão a vos dizer que está fora do âmbito das instruções e função da Comissão interferir na administração judiciária da Palestina; todavia, considerada nas circunstâncias a tarefa da Comissão, a questão está sendo levada à consideração das autoridades competentes.

Emil Sandström,

Presidente

Comissão Especial para a Palestina.

Igualmente objeto de agitada discussão foi o texto da Resolução atinente à mesma questão. Sandström sugerira “alguns membros da Comissão expressaram preocupação, etc”, mas o iugoslavo Simic, recém-chegado, era de opinião que em vez de “alguns membros” se deveria dizer “a maioria”. Posto em votação, foi aprovado por 6 votos (Suécia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Peru, Uruguai e Guatemala) contra 3 (Índia, Canadá e Holanda) e 2 abstenções (Austrália e Pérsia) o seguinte texto:

Em vista do fato de ter a maioria dos membros da Comissão expressado preocupação quanto a possíveis repercussões desfavoráveis que a execução das três sentenças de morte pronunciadas pela Corte Militar de Jerusalém em 16 de junho, dia em que a Comissão realizou sua primeira reunião em Jerusalém, possa ter sobre o cumprimento da tarefa que a Assembleia Geral confiou à Comissão, e considerando a opinião de tais membros quanto ao âmbito da resolução sobre a questão da Palestina a 15 de maio de 1947 pela Assembleia Geral, a Comissão resolve que o presidente comunique ao secretário-geral uma cópia dessa resolução e da carta recebida dos parentes das pessoas condenadas para transmissão à Potência Mandatária.

12ª reunião,

22 de junho de 1947.

Não se fez esperar a resposta do governo da Palestina. Veio pronta a seca, sem ao menos aguardar a comunicação que deveria vir de Trygve Lie. Logo no dia seguinte ao da Resolução da UNSCOP foi enviada à Comissão a carta abaixo:

Recebi instruções para informar-vos que através da imprensa se soube que vossa Comissão publicou uma resolução expressando a preocupação da maioria dos seus membros quanto às possíveis repercussões desfavoráveis que a execução das três sentenças de morte pronunciadas pela Corte Militar em Jerusalém a 16 de junho possa ter sobre o cumprimento da tarefa que a Assembleia Geral das Nações Unidas confiou à Comissão.

Sem dúvida está a Comissão ciente de que as sentenças acima referidas não foram confirmadas, e sem tal confirmação não têm força ou efeito legal. A questão está por isso *sub judice*, e nessas circunstâncias é necessário evitar comentários públicos.

Note-se que a resolução se refere a 16 de junho como o dia em que a Comissão realizou sua primeira reunião em Jerusalém. Presumivelmente não se sugere que a Corte proferiu sentença nesse dia diferentemente do curso ordinário do processo judicial. Não haveria, é claro, qualquer veracidade em tal sugestão.

H. L. G. Gurney,
Secretário-Chefe.

(Comentário de García-Granados: “Quanto a esperar que o general MacMillan confirme as sentenças, era na Palestina uma questão de triste lembrança que frequentemente o anúncio de confirmação de sentença e o anúncio da execução vinham simultaneamente”).

A 24 de junho foram reencetadas as visitas, sempre partindo pela manhã da Kadimah House (onde a Comissão estava hospedada) em Jerusalém, numa procissão de 26 carros. Estenderam-se essas visitas até 3 de julho, incluindo: Ramle; Jaffa; Tel Aviv (o Museu de Arte¹¹, fábricas,

¹¹ O Museu de Arte de Tel Aviv, ocupando um prédio de dois andares, fora fundado em 1932 por Meir Dizengoff, prefeito da cidade, que para isso cedeu sua própria casa.

escolas e uma exposição industrial de produtos palestinoses)¹²; colônias agrícolas judaicas do norte do Neguev; a Universidade Hebraica e o Hospital Hadassah em Jerusalém; Nablus, Tulkarm; áreas rurais próximas a Haifa; a Galileia; Rehovoth (Estação de Pesquisa Agrícola e laboratório particular do Dr. Weizmann no Instituto Daniel Sieff); e Ben Shemen (uma cidade de crianças, centro de aprendizado agrícola).

Ao tempo dessas visitas realizou-se, extraprograma e sigilosamente, uma entrevista entre Sandström, acompanhado por Victor Hoo e Ralph Bunche, e Menachem Beigin e dois outros dirigentes do Irgun. Durou a entrevista três horas e meia e teve lugar na residência de um intelectual palestino. No decurso da mesma declarou Beigin que “se os britânicos executarem homens do Irgun, o Irgun executará britânicos – também por enforcamento”. Narra Beigin que, à despedida, o Dr. Hoo disse “*Au revoir*, numa Palestina independente”, e o Dr. Bunche, apertando a mão do comandante do Irgun, afirmou com emoção: “Eu o compreendo. Também faço parte de uma minoria perseguida”. Por motivos óbvios essa sensacional entrevista (que enfureceu as autoridades britânicas), noticiada em edição extra por um jornal palestino, foi enfaticamente desmentida, e Sandström negá-la-ia até aos próprios colegas da Comissão.

Dias depois, nova entrevista secreta de membros da UNSCOP com chefes terroristas. Em outra residência, Beigin e dois companheiros encontraram-se com García-Granados e Fabregat (indiscutivelmente os dois membros de espírito mais liberal da Comissão). Foi um encontro cordial – conforme relatado em seus respectivos livros por Beigin e García-Granados – durante o qual Beigin pediu apoio à reivindicação do Irgun por uma Palestina judaica em ambos os lados do Jordão. García-Granados e Fabregat, porém, recusaram-se a tanto, fazendo ver a Beigin que até mesmo os líderes da Agência Judaica já se haviam conformado com a ideia de uma partilha. Se nisso o chefe do Irgun teve uma decepção, por outro lado ele deve ter vibrado de entusiasmo quando Fabregat lhe disse: “Fui convidado a

¹² Em Tel Aviv foi oferecida pelo prefeito Israel Rokach uma recepção à UNSCOP. Ao terminar, quando a Comissão reapareceu nas escadarias do edifício da Prefeitura – a descrição é de García-Granados – “a imensa multidão de repente irrompeu na Hatikva. Estavam em posição de sentido, cantando, milhares de homens, mulheres e crianças; e nós, de pé nos degraus, tiramos nossos chapéus e descobrimos nossas cabeças ao sol, ouvindo, cada um imerso em seus próprios pensamentos...”

uma recepção pelo general MacMillan, mas respondi que não iria – por causa das sentenças de morte”.

A 4 de julho, às 9:30h da manhã e no local costumeiro (edifício da YMCA), foram reiniciadas as audiências. De acordo com a agenda estabelecida pela Comissão seriam ouvidos, publicamente, representantes da Agência Judaica.

O primeiro a fazer uso da palavra foi Ben-Gurion, presidente do Executivo da Agência Judaica. Iniciou ele sua longa exposição (tão longa que ele próprio solicitou, e obteve, um intervalo) – feita com sua habitual linguagem incisiva, franca, por vezes sarcástica – dizendo: “Senhor presidente, senhores membros da Comissão – em primeiro lugar desejo congratular-me com a Comissão a respeito do método adotado na maneira de conduzir o inquérito, de ver por si próprio antes de ouvir os depoimentos verbais. Embora o tempo limitado vos possa ter impedido de ver mais, acredito que o contato direto com as realidades da Palestina vos ajudará mais que qualquer outra coisa a compreender pelo menos uma parte do programa que tendes a estudar”. E pouco adiante: “Temos tido uma experiência bastante longa e decepcionante com numerosas comissões de inquérito enviadas à Palestina pelo governo mandatário para investigar coisas perfeitamente sabidas de todos e fazer recomendações que ficaram no papel. Ainda estamos desconcertados com o que aconteceu no ano passado à Comissão Anglo-Americana de Inquérito, previamente anunciada pelo atual governo em Londres como uma tremenda realização, e cujas unânimes recomendações foram mais tarde desdenhosamente engavetadas pelo mesmo governo”.

Fez Ben-Gurion um retrospecto – entremeado de numerosas citações de documentos – da história do povo judeu, especialmente no que tange à Palestina, e da atitude inglesa para com o mesmo. Eis algumas das referências por ele feitas:

– sobre o mandato –

A Carta das Nações Unidas procura manter “justiça respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e outras fontes de Direito Internacional”. Será excessiva presunção de nossa parte esperar que as Nações Unidas cuidem que as obrigações para com o povo judeu também sejam respeitadas e fielmente executadas no espírito e na letra?

–sobre as restrições a que estavam sujeitos os judeus na Palestina –

Hitler foi destruído e as leis de Nuremberg¹³ estão abolidas em toda a Europa. A Palestina é agora o único lugar do mundo civilizado onde a discriminação ainda existe em lei¹⁴. Em nossa longa história sofremos muitas perseguições cruéis, mas sermos trancafiados num gueto em nosso próprio país, sermos privados do nosso próprio solo ancestral, que aí está abandonado e ermo, tão cruel tormento nem mesmo nós havíamos até agora experimentado;

– sobre o pós-guerra –

...em breve se tornou claro que a paz não viera para os judeus, e que Hitler, no que concerne aos judeus, não havia sido derrotado. Ele pode ter perecido às mãos dos exércitos aliados, mas suas venenosas doutrinas antijudaicas ainda estão de pé. Os povos da Europa foram libertados – mas os judeus europeus não. Refugiados de todas as nações puderam regressar a seus países, onde encontraram, para cuidar deles, um governo de seu próprio povo. Mas o lar dos refugiados judeus foi fechado, e poderosas forças de terra, mar e ar foram mobilizadas para guardar as portas. Mas nem mesmo o poderio da marinha britânica foi suficiente, e então toda a pressão da Grã-Bretanha – econômica, política e diplomática – foi exercida “vigorosa, extensa e variadamente”, na Europa e nas Américas, para manter os judeus nos lugares em que se encontravam;

– sobre o regime vigente na Palestina –

...tem sido já há anos um regime de censura de imprensa, toques de recolher, buscas policiais e militares, patrulhas e verificações de identidade, acompanhado de fuzilamento dos que desrespeitavam o toque de recolher e das pessoas que deixavam de dar a senha... Paralelamente às medidas oficiais, tem havido repetidos assaltos não oficiais, perpetrados por policiais e militares contra a população civil nas prisões, nos campos de detenção e nas ruas;

¹³ As chamadas “Leis de Nuremberg” (15 de setembro de 1935) privavam os judeus alemães dos direitos de cidadania e proibiam terminantemente casamentos mistos com judeus.

¹⁴ A esse tempo ainda não vigorava na África do Sul o regime racista do *apartheid*; o Partido Nacional, que o instituiu, só subiria ao poder, por pequena margem de votos, em maio de 1948. Suas tendências, porém, já eram conhecidas – durante a guerra (e mesmo antes) os “nacionalistas” sul-africanos não escondiam sua simpatia pelo nazismo. Em 1936 o Dr. Verwoerd, então professor universitário e futuro primeiro-ministro, chefiou uma manifestação de protesto contra a chegada de um navio trazendo refugiados judeus da Alemanha.

– sobre os trabalhadores judeus na Palestina –

Numa comunidade judaica de aproximadamente... 600.000 habitantes há mais de 170.000 trabalhadores organizados, homens e mulheres: significa isso mais de um trabalhador organizado para cada quatro pessoas, incluindo os velhos e os bebês. Constitui motivo de orgulho para o movimento trabalhista da Palestina ter elevado a dignidade do trabalho num país onde o trabalho é desprezado.

A seguir falou o rabino J. L. Fishman, um dos fundadores do partido sionista religioso Mizrachi e representante da ala religiosa do movimento sionista no Executivo da Agência Judaica, dissertando sobre os laços espirituais entre o povo judeu e a Terra de Israel. Disse ele: “Em nossa opinião é dever de todos os judeus vir à, e viver na, Palestina; qualquer regulamento restringindo o cumprimento desse mandamento é não só destituído de autoridade legal mas positivamente pecaminoso... Fazer guerra à imigração judaica é fazer guerra não só contra o povo judeu mas também contra o que acreditamos ser um preceito de nosso credo”.

Depois foi a vez de David Horowitz que, com auxílio de gráficos e diagramas, fez uma exposição sobre aspectos econômicos da Palestina. Salientou ele dois aspectos: 1º) a capacidade econômica da Palestina era adequada para resolver o problema da imigração judaica em larga escala; 2º) o processo de absorção de imigrantes judeus e transplantação do povo judeu para a Palestina teve e continuará a ter um efeito favorável sobre as condições econômicas dos árabes desse país.

Eram já duas da tarde quando Sandström suspendeu a sessão até as 9 horas de domingo (6 de julho).

Reabertos os trabalhos, continuaram a ser ouvidos representantes da Agência Judaica. Foi então concedida a palavra a Fritz Bernstein, a quem coube tratar de certos aspectos econômicos, especialmente no que dizia respeito ao desenvolvimento urbano e industrial. Quanto a este último, disse que no início “ninguém o julgava possível, ou mesmo desejável, considerando-o os próprios judeus um ramo subsidiário sem maior importância. Essa opinião generalizada foi aceita – e da maneira a mais grata – pelo governo mandatário, que de um modo geral não estava interessado na imigração de indústrias em territórios coloniais, nem num aumento rápido da população judaica da Palestina. A preservação da Palestina num estado de sonolência patriarcal, o que significa a preservação

de sua estrutura econômica como um país de agricultura primitiva, parecia ser então a ideia básica dos elementos dominantes na Administração da Palestina”.

Criticou Bernstein a tarifa aduaneira da Palestina e a ausência de proteção tarifária para os produtos industriais locais, observando que “alguns artigos essenciais não produzidos na Palestina pagam direitos elevados – como o açúcar, 43%”. Revelou que entre os homens de negócio judeus existia “uma crescente suspeita de que o governo da Palestina está deliberadamente tentando sufocar nossa jovem indústria”. Lamentou que devido à política financeira do governo inglês no Oriente Médio “os ganhos judeus em dólares eram transferidos para países árabes que boicotam a produção judaica”. Afirmando que o preço elevado do petróleo e derivados era, em grande parte, responsável pelo alto custo da força e luz, bem como dos transportes, lembrou que a Comissão Permanente de Mandatos da Liga das Nações antes da guerra criticara as concessões às companhias petrolíferas como excessivamente favoráveis às concessionárias e por demais desfavoráveis à Palestina¹⁵. E concluiu sua exposição dizendo: “Estamos diante de uma estranha situação, em que aquilo que nos foi exigido em etapas anteriores, ou seja, demonstrar as possibilidades econômicas da colonização da Palestina, é já agora amplamente usado contra nós justamente porque o demonstramos... Não compreendemos os motivos daqueles que querem pôr termo ao nosso desenvolvimento. Se há, de fato, interesses em choque, e eu duvido que os haja, devemos nos lembrar que interesses em choque existem em qualquer parte do mundo, e o bom senso pode decidir apenas que soluções são mais promissoras à paz e ao desenvolvimento. Quanto à questão moral, não devemos esquecer que, quaisquer que possam ser as reivindicações de outras partes interessadas, o povo judeu, em seu esforço para construir seu futuro nacional na Palestina, está lutando pela vida na acepção mais primitiva da palavra. Todos os demais interessados estão, se tanto, lutando por poder. Confiamos que a questão moral será decisiva no julgamento das Nações Unidas”.

¹⁵ Lembrou ainda Bernstein ter o governo britânico “um grande interesse nos negócios de petróleo do Oriente Médio e grande influência mesmo sobre companhias nas quais não tem participação de propriedade, mas a posição do governo britânico não tem sido usada para proteger a Palestina contra a extorsão monopolística”.

Após breve intervalo (não ultrapassou dez minutos) foi dada a palavra a Eliézer Kaplan, tesoureiro da Agência Judaica, que tratou também de aspectos econômicos, mas particularmente com referência à agricultura. Declarou ele que a imigração judaica dera um grande impulso ao progresso econômico geral do país, trazendo benefícios a todos os seus habitantes, e que a Palestina era capaz de absorver ainda milhões de pessoas. Afirmou textualmente, “com a consciência tranquila: a verdade é que este pequeno país contém terra e água suficiente para alimentar não só sua população atual mas até duas ou três vezes esse número. Digo-o fundamentado em nossa experiência colonizadora através de três gerações e com base na pesquisa científica que realizamos durante os últimos 35 anos”.

Citando os trabalhos feitos pelos judeus para abastecimento de água em zonas áridas e para recuperação de solos, lembrou Kaplan que dos 250.000 acres de terra adquiridos pelos judeus nos últimos 25 anos mais da metade era considerada incultivável e insalubre. Afirmou com convicção: “Acreditamos firmemente que o White Paper de 1939, com suas proibições e restrições sobre terras, foi não só um golpe para os judeus como também continua a ser um sério empecilho ao desenvolvimento adequado do país em seu todo”. E adiante, após referir-se ao estímulo proporcionado aos agricultores árabes pela presença judaica: “É fato assaz saliente que na Transjordânia, sob idêntica autoridade mandatária mas com imigração judaica excluída pela partilha de 1922, o lavrador árabe não mostra qualquer progresso correspondente, não obstante a viabilidade de amplos recursos em terras”. Acusou Kaplan a legislação econômica britânica para a Palestina de ser, na grande maioria dos casos, de natureza apenas restritiva.

Quanto ao importantíssimo problema da água, declarou o tesoureiro da Agência Judaica que nos últimos 25 anos, graças aos esforços sionistas, a área irrigada da Palestina havia mais que decuplicado, sendo, porém, ainda possível considerável ampliação. Disse: “Estamos apenas no início. A descoberta de água é, a nosso ver, a maior descoberta jamais feita na Palestina. Gostaria de dizer que nos últimos 15 meses alcançamos vários novos e impressionantes êxitos na descoberta de água em diferentes partes do país”. E a propósito disso mencionou os trabalhos que vinham sendo realizados pelo Instituto de Pesquisas Agrícolas de Rehovoth, que prepara planos detalhados para cultivação de acordo com as condições climáticas existentes nas diversas regiões do país.

Informou ainda Kaplan que a Agência Judaica e outras instituições judaicas haviam aplicado na Palestina, no período 1917-outubro 1946, um total de 57.000.000 de libras, assim distribuídas (em números redondos):

	Libras
Para aquisição de terras e colonização agrícola	21.000.000
Para educação e atividades culturais	10.000.000
Para imigração	5.000.000
Para organização nacional e instituições religiosas e culturais	5.000.000
Para investimentos urbanos, comerciais e industriais	5.000.000
Para saúde e serviços sociais	5.000.000
Para obras públicas e habitações	3.000.000
Para administração e despesas diversas	3.000.000

Observou Kaplan que essas somas consideráveis¹⁶ não foram aplicadas exclusivamente em benefício de judeus, mas que, pelo contrário, os judeus vinham também contribuindo, em vasta escala, para a comunidade árabe da Palestina. E concluiu pedindo vênias para repetir as palavras que proferira perante a Comissão Anglo-Americana: “Restituam-nos a confiança na humanidade e no senso de responsabilidade internacional. Precisamos dessa confiança para nos fortalecer no inigualado esforço de reviver uma terra boa mas extremamente descurada e o remanescente de um velho povo. Terra e povo estão ligados um ao outro”.

Comentando a exposição de Kaplan (a última do dia 6), afirmou David Horowitz: “A visão implícita por trás dos números secos de seu depoimento econômico, e a elevada, mas nem por isso menos segura e prática, ideia do seu planejamento, causaram poderoso impacto em seu ouvintes”.

¹⁶ A isso tudo deve-se ainda acrescentar um capital de aproximadamente 125.000.000 de libras trazidas por judeus individualmente ou por companhias particulares judaicas. Salientou contudo Kaplan que se antes da guerra 28% dos imigrantes judeus eram classificados na categoria de “capitalistas”, já agora 99% dos imigrantes judeus chegavam à Palestina sem vintém.

Era meio-dia em ponto quando Sandström suspendeu a audiência até a manhã seguinte.

Segunda-feira, 7 de julho; 9 horas – Abrindo a sessão informou Sandström que a agenda dos trabalhos do dia constava de dois itens: depoimento público de representantes da Agência Judaica e depoimento público de representantes do Vaad Leumi. A primeira dessas instituições estava representada por Ben-Gurion e Shertok. Diante da informação deste último de que – ao contrário dos seus colegas até então ouvidos – não faria uma exposição, Sandström deu por encerrados os depoimentos e anunciou o início da inquirição por parte dos membros da Comissão. Caberia assim a Ben-Gurion e Shertok responder sobre questões políticas.

Sandström indagou se o conflito entre os judeus e a potência mandatária – posto tão em evidência, segundo ele, pelos porta-vozes da Agência Judaica – não seria uma simples decorrência de um conflito básico árabe-judaico. Resposta negativa de Ben-Gurion: “Não temos, de nossa parte, conflito com os árabes. Não exigimos a remoção de nenhum árabe. Por isso, no que nos concerne, não temos conflito algum com os árabes. Eles negam nosso direito de estar em nosso lar. Se quiserem chamar a isso de conflito, então há um conflito, mas não é conflito de nossa parte. Não queremos nada do que eles possuem. O Mandatário daqui, ao serem estes países libertados, comprometeu-se a facilitar o nosso retorno. Esse é que é o conflito. Assim, eu não diria que existe um conflito entre nós e os árabes. Se conflito existe, é um conflito unilateral. Os árabes tentam negar nosso direito aqui ao nosso país. Nós não negamos o direito deles a este país”.

Instado a explicar o que entendia por um Estado Judeu, disse Ben-Gurion: “Nosso desejo é ter mais judeus na Palestina e não mais privilégios para os judeus. Um Estado Judeu significa um Estado baseado na democracia e na igualdade absoluta de todos os seus cidadãos”. Manifestou-se Ben-Gurion favorável à entrega da administração da Palestina provisoriamente (até o estabelecimento de um Estado Judeu), às Nações Unidas; justificou tal medida com as seguintes palavras: “Não creio possa ser deixada a administração atual, porque não se pode ter uma administração encarregada de algo que ardorosamente detesta”.

Sir Abdur Rahman (secundado por Sandström) perguntou, com certa ironia, se o que se queria era que as Nações Unidas impusessem no país, pela força, um Estado Judeu. Ben-Gurion, com veemência, lembrou que a

força já vinha sendo empregada na Palestina para impedir a entrada de imigrantes judeus, e retrucou com outra pergunta: “São os senhores favoráveis ao uso da força, das Nações Unidas ou de um Mandatário, para impedir que os judeus retornem ao seu país, como acontece atualmente?” Sandström, calmamente: “Bem, essa pergunta não responderemos”. Mas Sir Abdur impacientou-se; exaltado, acusou Ben-Gurion de estar indo além do que lhe foi perguntado, e defendeu a atitude britânica em relação aos imigrantes judeus alegando que a força vinha sendo usada contra os que desrespeitavam a lei. Ben-Gurion, porém, insistiu: “O fato é que a força está sendo usada contra pessoas exercendo seus direitos. Retornar é nosso direito. Para impedi-lo está sendo usada a força. Se as Nações Unidas decidirem, com justiça e equidade, que os judeus têm o direito de voltar ao seu país, então será obrigação das Nações Unidas, caso necessário, fazer respeitar tal decisão. Não sei quanta força será necessária, mas o mesmo problema existe em qualquer parte do mundo. O problema principal não é se a força deve ou não ser empregada, e sim se algo está certo ou errado”.

Adiante, dialogando com Sandström a respeito da significação dos termos do Mandato, declarou Ben-Gurion: “Podem deixar-nos sós com os árabes na Palestina. Não queremos que a Inglaterra imponha o que quer que seja. Queremos apenas que ela não imponha uma cessação de imigração. Nada pedimos à Inglaterra para impor; pedimos-lhe para não impor uma cessação da imigração judaica, o que ela está fazendo contrariando o Mandato. O Mandato foi para facilitar a imigração. A Inglaterra impõe forças armadas contra a imigração. Pedimos-lhe que retire as forças armadas e que não imponha a não imigração”.

Fabregat quis saber o número de judeus detidos em Chipre, e em especial o número de crianças. Respondeu Ben-Gurion (auxiliado por Shertok quanto às crianças) que era de aproximadamente 17.000, entre os quais cerca de 2.000 crianças. E acrescentou que o número de judeus ainda internados em campos de pessoas deslocadas na Europa era estimado em 220.000, sendo que as condições de vida ali vinham-se deteriorando visivelmente, havendo mesmo ocorrido casos de judeus assassinados por alemães, inclusive policiais.

Mais tarde (após interrupção de dez minutos para ligeiro descanso) Lisicky mostrou-se interessado em conhecer as possibilidades de uma

colaboração árabe-judaica. Declarou Ben-Gurion acreditar sinceramente em tais possibilidades. O diálogo entre ambos terminou assim:

Lisicky – Compreendo sua argumentação. Suas razões baseiam-se numa forte crença. Estamos num país de fé intensa.

Ben-Gurion – Se não tivéssemos essa fé não poderíamos sobreviver.

Hood inquiriu sobre como a Agência Judaica achava deveria ser a administração da Palestina no período (hipotético) de transição para a independência. Ben-Gurion, embora provocado com insistência, diplomaticamente não se definiu a respeito, dizendo que isso caberia às Nações Unidas resolver.

Indagou García-Granados se os judeus, uma vez alcançada a independência, estariam em condições de se defender. Resposta de Ben Gurion: “No que concerne a defesa, acredito que a decisão das Nações Unidas, por um lado, e a capacidade dos judeus de se defenderem, pelo outro, serão suficientes... Até mesmo a Potência Mandatária, quando queria, encontrava sempre gente suficiente entre judeus para se apresentarem como voluntários para defender o país”.

Sandström: “Quais são as relações entre a Agência Judaica e a Haganah?” Ben-Gurion: “As relações entre a Agência Judaica e a Haganah são as relações entre a Agência Judaica e a população judaica da Palestina. O que chamam de Haganah são grupos judeus que têm estado organizados há pelo menos 40 anos. Eu mesmo, quando mais jovem, fui membro dela”. (A outras perguntas sobre o mesmo assunto Ben-Gurion respondeu com evasivas.).

Tão intensamente era o que se passava acompanhado pelo público, que, a certa altura, por sugestão de Entezam (à qual Ben-Gurion se associou), Sandström pediu-lhe para “não dar vazão aos seus sentimentos”.

Às 13:15h indagou Sandström de Sir Abdur Rahman (que já há algum tempo vinha fazendo perguntas girando em torno da Declaração Balfour) se ele pensava concluir suas perguntas até as 14 horas. Obtendo por resposta um seco “não”, Sandström imediatamente suspendeu a sessão até a manhã do dia seguinte.

A sessão de terça, 8 de julho, foi destinada, em sua parte inicial, ao depoimento da mais venerável e prestigiosa figura viva do sionismo: o

setuagenário Dr. Chaim Weizmann. Eram 9 horas da manhã quando Sandström convidou Weizmann a subir ao estrado em que se encontrava a Comissão, o que o velho líder fez com ajuda de um assistente.

A exposição de Weizmann – imbuída, conforme suas próprias palavras, não de cólera e sim de mágoa – foi longa e lenta. A lentidão incomum devia-se à sua grave deficiência visual que lhe dificultava sobremaneira a leitura, não obstante haver sido o texto que trouxera especialmente preparado para seu uso. Observou García-Granados que “era comovente ver esse homem idoso curvando-se penosamente sobre seu manuscrito”, por vezes perdendo-se e então recorrendo, “sagaz e encantadoramente”, ao improviso.

De início disse Weizmann estar grato pela oportunidade de falar perante a Comissão a respeito dos ideais e princípios que formavam a base do movimento sionista e do trabalho que se vinha realizando no país que a Comissão viera estudar. Expressou sua “mais sincera gratidão” à Grã-Bretanha por tudo que fizera pela Palestina. “Não há a menor dúvida, qualquer que seja a situação atual, que se hoje vemos na Palestina uma grande e interessante e florescente comunidade, isso não teria sido possível sem antes a conquista da Palestina pelo exército britânico e a dominação britânica neste país. E isso é um sincero tributo de gratidão, não obstante tudo que possa ter acontecido desde então. Considero o que se passa agora – a deterioração das relações entre nós e a Grã-Bretanha, que, juntamente com muitos judeus, deploro – como algo apenas temporário, constituindo à luz da perspectiva histórica do passado um desagradável *intermezzo*”.

Com a autoridade que lhe dava o fato de ter estado estreitamente associado às negociações que levaram à Declaração Balfour, disse Weizmann que queria deixar claro (pois devido à sua avançada idade talvez não tivesse outra oportunidade de fazê-lo) os motivos do governo britânico, uma vez que muitas tolices – e aí Weizmann pediu licença para o uso da palavra “tolice” por não haver uma expressão parlamentar mais adequada – vinham sendo ditas a respeito. Afirmou que a Declaração Balfour teve duas razões principais: a primeira “puramente idealista” – Balfour e Lloyd George (homens profundamente religiosos, conhecedores da Bíblia)¹⁷

¹⁷ Isso evidentemente não impediria Lloyd George de tomar atitudes e demonstrar sentimentos menos nobres, como por exemplo nas negociações para o tratado de Versalhes.

desejavam principalmente manifestar ao povo judeu uma certa porção de reparações pela contribuição que os judeus deram nestes milhares de anos à “civilização”; a segunda, qualificada por Weizmann como “parcialmente utilitária” – visando sobretudo levar a comunidade judaica dos Estados Unidos a apoiar em massa e com entusiasmo o presidente Wilson e o esforço de guerra americano¹⁸.

Explicou Weizmann que seus próprios esforços para conseguir um Estado Judeu eram motivados essencialmente pelo desejo de tentar “normalizar” a situação dos judeus, até então incompreendidos pelos não-judeus; a incompreensão levava à desconfiança, e desta ao ódio era apenas um passo. “Daí a tentativa e o ardente desejo de grande parte do povo judeu de construir uma vida normal própria. E onde poderíamos fazê-lo a não ser neste país?”. Respondendo à pergunta “Por que a Palestina?” Weizmann, gracejando, atribuiu a responsabilidade “a Moisés, que agiu por inspiração divina. Ele poderia ter-nos levado aos Estados Unidos, e em vez do Jordão teríamos o Mississipi. A tarefa teria sido mais fácil”. Mas logo voltou ao sério: “Somos um povo antigo com uma história antiga, e ninguém pode negar sua história e começar tudo de novo”. Lembrou, a propósito, a tentativa de colonização judaica na Argentina, iniciada sob tão bons auspícios (inclusive solo favorável, apoio governamental e amplos recursos financeiros) mas que não foi adiante, e contrastou-a com a (iniciada quase ao mesmo tempo) dinâmica colonização judaica da Palestina. Afirmou que se as razões que determinaram a Declaração Balfour eram válidas trinta anos atrás, as mesmas razões eram “*a fortiori*, mil vezes mais válidas agora”.

Repetiu Weizmann uma advertência que fizera à Comissão Anglo-Americana – a de que o fator tempo era essencial. Disse ele: “Tenho idade suficiente para lançar novamente essa advertência. Perdemos tanto sangue, não podemos permitir-nos perder ainda mais. Para nós é uma questão de sobrevivência, que não admite demora. A situação atual dos judeus no mundo é sombria. Na Palestina é um tanto diferente, e aqui há aspectos que nos infundem confiança. Não gostaria de aparecer-lhes como um profeta do

¹⁸ Em menor grau visava-se também – já o vimos em outro capítulo – influir sobre a numerosa comunidade judaica da Rússia, então a maior do mundo, totalizando cerca de 6.000.000.

mal e de coisas tristes. Jamais acreditei que pudéssemos construir a Palestina com Jeremias”.

Lembrando que tudo que fora erigido na Palestina constituindo o chamado Lar Nacional havia sido feito pelos judeus com suas próprias mãos, desmentindo assim a fama que tinham de parasitas, afirmou que a oportunidade proporcionada na Palestina aos judeus foi por eles, consideradas as circunstâncias, aproveitada ao máximo. Reconheceu que os judeus haviam criado dificuldades à Administração, mas isso era humano, da própria vida. “A Administração gostaria que fôssemos devagar. Admito que talvez seja mais fácil para a Administração quando se vai devagar. Mas éramos atidos por todas as fúrias do mundo. Não podíamos dar-nos ao luxo de ser vagarosos. Cada diminuição no ritmo de nosso progresso significava tantos mortos e tanta destruição. Cada judeu que salvávamos desse inferno da Europa era para nós um ganho – um ganho duplo, triplo, décuplo. Por isso nossa concepção de rapidez e a concepção de rapidez da Administração são, necessariamente, diferentes”. (Aludiu também Weizmann à sua bastante incômoda posição pessoal, que ele comparou a estar “entre o martelo e a bigorna”: o governo britânico acusando-o de agir depressa demais, e os judeus criticando-o por agir com demasiada lentidão.) Reportando-se à posição especial concedida pelo Mandato à Agência Judaica, disse que não era um privilégio e sim um pesado fardo: “Tivemos todas as dificuldades de um governo e nenhuma das suas vantagens”.

Com relação à disparidade existente entre as populações árabe e judaica da Palestina, disse que a mesma poderia ter sido evitada se “os árabes estivessem dispostos a cooperar com eles”.

A respeito dos britânicos como administradores coloniais assim se expressou: “Eles saneiam o país, instituem um determinado nível de justiça, criam meios de comunicação, dão à população uma pequena parcela de educação. Tudo isso é realizado com calma. Eles não são estáticos demais, mas não apreciam esse dinamismo dos judeus, que estão sempre com pressa e sempre transtornam a rotina da Administração”.

Acusou o White Paper (“não conheço um só documento que seja responsável por tantas dificuldades e tanto mal”, diria mais adiante) de ter ocasionado duas “consequências fatais”: a primeira, quanto às relações entre judeus e árabes, estimulando nestes últimos o recurso à violência (devido à situação de inferioridade em que eram colocados os judeus); a

segunda provocando o aparecimento, na vida judaica, de fenômenos contrários à ética e tradições judaicas, com o desrespeito ao mandamento “Não matarás”. Disse Weizmann: “Dez anos atrás seria inconcebível que os judeus desrespeitassem esse mandamento. Infelizmente eles o desrespeitam hoje, e ninguém o deplora mais que a maioria dos judeus. Minha cabeça se baixa, de vergonha, quando tenho de falar nisso diante dos senhores. Espero que a ação internacional, em combinação com a Grã-Bretanha, extinga essa enfermidade de nosso meio”.

Declarou Weizmann que o White Paper nascera do medo, fruto da funesta política de apaziguamento. Repetiu palavras que proferira em Basileia, no último Congresso Sionista: “Cada vez que um novo país se achava na iminência de cair sob o domínio da Gestapo solicitamos que os portões do Lar Nacional fossem abertos ao nosso povo, para salvar tantos quanto possível das câmaras de gás. Nossas súplicas caíram em ouvidos moucos: parecia que para certas pessoas o White Paper era mais sagrado que a própria vida. Às vezes diziam-nos que nossa exclusão da Palestina era necessária a fim de fazer justiça a uma nação contemplada com sete territórios independentes cobrindo um milhão de milhas quadradas; outras vezes éramos informados que a admissão dos nossos refugiados poderia pôr em perigo a segurança militar durante a guerra. Era mais fácil condenar os judeus da Europa a uma morte certa do que elaborar uma técnica para superar tais dificuldades. Quando as privações e o instinto de autopreservação colidiam com o White Paper, o resultado era *Struma*, *Patria* e *Mauritius*”.

Depois de haver Weizmann lembrado as negociações realizadas, por ocasião de Declaração Balfour, entre sionistas e árabes (aludimos às mesmas em capítulo anterior) Sandström suspendeu a sessão por dez minutos¹⁹, recomendando, porém, ao público, numerosíssimo, que não se retirasse a fim de não ter dificuldade em retornar ao salão.

Reaberta a sessão, continuou Weizmann com a palavra. Aos que sugeriam que os judeus, com sua inteligência e experiência, deixassem de lado a Palestina e se devotassem a ajudar a construir a Europa e em especial a Alemanha (sugestão essa dada inclusive por conhecidos estadistas

¹⁹ Sandström havia perguntado a Weizmann se gostaria de descansar um pouco, tendo ele respondido que ficaria muito satisfeito se pudesse obter cinco minutos.

britânicos), respondeu: “Estamos cansados. Estamos cansados de construir a Alemanha e outros países para que eles nos destruam novamente. Tivemos essa experiência por bem algumas centenas de anos, e se os cavalheiros que nos dão esse tão benevolente conselho não sabem disso, basta que abram qualquer livro de história judaica. A vida neste mundo não seria digna de ser vivida se aceitássemos essa espécie de conselho”. E à asserção de que o Mandato era impraticável, retrucou: “Eu sustento que o Mandato não era impraticável; ele foi tornado impraticável. Ele foi tornado impraticável porque numerosas pessoas encarregadas de executá-lo não tinham fé nessa política, tinham talvez pouca simpatia pela mesma, e por isso superexageraram as dificuldades que lhe eram inerentes... Uma das razões pelas quais o Mandato parecia impraticável era que a política, na execução do Mandato, nunca foi uma política firme; era sempre vacilante. Cada vez que os árabes faziam algum barulho ou um pequeno pogrome, a Potência Mandatária recuava, e os árabes aprenderam que a violência compensa”.

Como solução atual para o problema palestinese Weizmann admitiu a partilha, não obstante representar a mesma um novo e grande sacrifício para o povo judeu: “Devo dizer que a partilha está na moda. E não só na pequena Palestina; também o está na grande Índia²⁰. Só que lá ao menos há o que partilhar. Aqui temos de fazê-lo com um microscópio”. Leu então uma carta que recebera dois dias antes; era do marechal Jan Christian Smuts (ex-primeiro-ministro da União Sul-Africana e um dos autores da Declaração Balfour) e nela esse estadista afirmava que no momento, infelizmente, não via outra solução a não ser a partilha, e lamentava os fracassos e oportunidades perdidas para a consecução de uma Palestina indivisa. Mas, acrescentou Weizmann, para se conseguir um clima que possibilitasse qualquer solução era indispensável, antes de tudo mais, anular o White Paper.

Suas palavras conclusivas foram: “Deus escolheu os pequenos países como veículo pelos quais envia ao mundo suas melhores mensagens, e talvez não seja demais pensar que uma vez cessada a discórdia, a paz e o trabalho construtivo se iniciando, e o velho caminhante retornando à sua

²⁰ Em agosto desse mesmo ano de 1947 inaugurar-se-ia, em território seccionado da Índia, o Domínio (a partir de 1953 República) do Paquistão.

velha herança – talvez, uma vez mais, virá deste país uma mensagem de paz para um mundo seriamente necessitado de uma tal mensagem”.

Falou então Sandström: “Eu lhe agradeço, Dr. Weizmann. Permitir-nos-á agora o senhor que lhe façamos algumas perguntas?”. Diante da pronta aquiescência de Weizmann, teve início a inquirição.

Durante essa inquirição a mudança de atitude de Sir Abdur causou alguma surpresa: ao contrário do que ocorrera em inquirições anteriores, em que se mostrara impaciente e áspero, diante de Weizmann ele falou com calma e até com certa brandura²¹. Expressou Sir Abdur sérias dúvidas quanto a ser a partilha uma solução capaz de assegurar a paz ao país. Respondeu Weizmann que embora fosse muito difícil ser profeta na Palestina (“a concorrência aqui é muito grande”), ele confiava em que tudo terminaria por se resolver pacificamente. E acrescentou: “Deem-nos tempo Deem-nos benevolência. Deem-nos a possibilidade de nos virarmos e fazermos amigos nos países árabes que nos cercam, e creio que no devido tempo tudo estará bem”. As demais perguntas de Sir Abdur versaram – ainda – sobre a Declaração Balfour, não dando lugar, porém, a qualquer novidade.

Não havendo mais perguntas a lhe serem feitas, a participação de Weizmann findou com uma troca de gentilezas:

Sandström – Então, uma vez mais, eu lhe agradeço, doutor Weizmann. Espero que não o tenhamos cansado.

Weizmann – Obrigado, senhor presidente, e obrigado, cavalheiros. Os senhores foram muito amáveis e bondosos comigo.

Weizmann retirou-se e foi logo dado prosseguimento à sessão com Sandström anunciando a sequência, com a arguição de Ben-Gurion e Shertok por Sir Abdur Rahman. Esses dois representantes da Agência Judaica tomaram assento à mesa.

Sir Abdur – que, segundo García-Granados, se tornara abertamente defensor dos árabes – retomou seu tom habitual (áspero, agressivo), mas em Ben-Gurion ele encontrou um oponente à altura. E a “torcida” também estava animada, pois por mais de uma vez teve Sandström de pedir silêncio

²¹ Acha García-Granados que ele ficara preocupado, e quicá emocionado, com o problema da partilha da Índia, a que Weizmann fizera referência.

ao público. Queremos crer que alguns exemplos do diálogo então travado são bastante ilustrativos.

Sir Abdur – Fizeram os árabes quaisquer objeções a que judeus visitassem a Palestina, ou mesmo a uma imigração moderada resultante de zelo religioso, antes de 1917?

Ben-Gurion – Antes dessa data eles nada tinham a dizer na Palestina. Eram os turcos.

Sir Abdur – Foi a imigração judaica a causa dos distúrbios árabes e de derramamento de sangue na Palestina?

Ben-Gurion – Houve imigração judaica e houve distúrbios. Talvez um fosse causa do outro. O fato é que houve ambos. Talvez houvesse outras causas.

Sir Abdur – Poderia citar qualquer outra causa?

Ben-Gurion – Sim. Uma causa muito séria foi a dos países do Eixo que mandaram para cá dinheiro e instrutores para organizar uma campanha terrorista contra os judeus. Essa foi uma das causas.

Sir Abdur – Quando foi isso?

Ben-Gurion – 1936, 1937, 1938 e 1939.

Pouco adiante Sir Abdur Rahman se pôs a fazer perguntas sobre Birobidjan²². As perguntas foram-se tornando um tanto insistentes, e Ben-Gurion acabou por dizer que não era especialista no assunto e que não via razão para estar prestando informações dessa espécie.

Retomemos o diálogo:

Sir Abdur – A Palestina é sagrada para os cristãos, e é sagrada para os muçulmanos; permitiria o senhor, por isso, a todos os muçulmanos e a todos os cristãos virem e se estabelecerem na Palestina nas mesmas condições em que os judeus querem fazê-lo?

²² Birobidjan é uma província dita “autônoma” da URSS, localizada na Ásia, ao norte do rio Amur e a oeste da cidade de Khabarovsk, de escassa população (163.000 habitantes, dos quais menos de 20.000 são judeus), que se dedica principalmente a atividades agrícolas. Em 1928 foi esse território reservado pelo governo soviético à colonização judaica. Durante a Segunda Guerra Mundial especializou-se na produção em massa de esquis. Sua “autonomia”, evidentemente, é muito relativa, e de forma alguma pode ser considerado um “Estado Judeu”, como talvez Sir Abdur quisesse insinuar.

Ben-Gurion – Há uma diferença. Claro que é sagrada para os cristãos. O senhor é muçulmano e diz que é sagrada para os muçulmanos. Acredito na sua palavra.

Sir Abdur – O senhor ignora isso?

Ben-Gurion – A sua autoridade me é suficiente. Mas os judeus estão vindo à Palestina porque este é o nosso país, tem sido nossa pátria há 3.500 anos. Além disso lhes é sagrada porque é o centro de sua religião. Sei que Roma é sagrada para os cristãos, e nenhum cristão exigirá o direito de possuir Roma. Aqui nada há de semelhante. Aqui estamos por ser este o país do nosso povo; fomos desalojados pela força mas não desistimos. Estamos retornando ao nosso lar.

Sir Abdur – Chegarei lá daqui a pouco. Eu só queria saber, porque o senhor sabe que os muçulmanos costumavam voltar-se para a área sagrada de Masjid Aqsa como sua Kaaba até que o Profeta ordenou que os rostos se voltassem em direção a Meca durante as orações.

Ben-Gurion – Estou realmente receoso de contradizê-lo, mas em relação aos muçulmanos a história que conheço é que no início o Profeta dos muçulmanos lhes determinou que se voltassem para Jerusalém, e havia outras coisas que ele aceitava em Jerusalém, mas mais tarde, quando os judeus que viviam na Arábia se recusaram a aceitá-lo, muitos deles, especialmente os judeus de Medina, morreram por isso, porque se recusavam a aceitá-lo como profeta. Ele disse ao seu povo que se voltasse para Meca, mas pelo que sei isso nada teve a ver com a reconstrução de Meca...

Sir Abdur – Aquilo foi a Kaaba em Meca...

Ben-Gurion – Essa é uma discussão que não me diz respeito, pois é matéria religiosa.

Pouco depois, uma breve discussão sobre certas passagens da Bíblia. Nisso, é claro, Ben-Gurion levou francamente a melhor²³, e Sir Abdur prudentemente, mudou de assunto:

Sir Abdur – Quando foi que os judeus deixaram a Palestina?

²³ É bem conhecido o interesse de Ben-Gurion pelos estudos bíblicos. Por ocasião dos Concursos Bíblicos Internacionais, realizados em Israel, tem ele sido sempre um espectador assíduo e atento. (Aliás, de um modo geral, toda a população judaica de Israel tem um interesse muito grande pela Bíblia, mesmo sob um ponto de vista estritamente cultural, extrarreligioso.)

Ben-Gurion – Eles nunca a deixaram.

Sir Abdur – Eles sempre estiveram aqui?

Ben-Gurion – Sim, exceto no período das Cruzadas, foram todos completamente exterminados.

Sir Abdur – Quando foi isso?

Ben-Gurion – O senhor sabe que foi nos séculos X, XI e XII.

E adiante:

Sir Abdur – Acha o senhor que politicamente há neste país espaço tanto para os árabes quanto para um número ilimitado de judeus?

Ben-Gurion – Em primeiro lugar, não existe tal coisa como um número ilimitado de judeus. Existe um número limitado de judeus.

Sir Abdur – Número ilimitado de imigrantes, então?

Ben-Gurion – Eles são em número limitado. Eu creio – estou mesmo convencido, não é uma questão de crença – pois nos últimos quarenta anos nada fiz a não ser estudar esse problema, porque é uma questão de vida ou morte para mim e meu povo. Digo que é uma convicção, e não apenas uma crença, que neste país há espaço para todos os habitantes da Palestina que aqui já se encontram, sejam eles judeus, cristãos, armênios, árabes, muçulmanos ou quaisquer outros, e vários milhões de judeus que para cá vierem. Não posso fixar o número exato porque isso depende de diversos fatores, principalmente do grau de desenvolvimento e do grau de autoridade para se ter um tal desenvolvimento.

Sir Abdur – Espero que esteja lembrado da minha pergunta. Não estou falando economicamente e sim politicamente.

Ben-Gurion – Então não estou compreendendo bem o que o senhor quer dizer. O senhor me pergunta a respeito de espaço, isto é, se há espaço, e isso é uma questão econômica; mas se o senhor me pergunta a respeito disso politicamente, então isso não é pergunta. Politicamente posso imaginar, por exemplo, um vasto território onde nem um único judeu possa entrar, embora haja milhões de milhas quadradas de terra. São duas questões diferentes, e a política nada tem a ver com espaço.

Sir Abdur outra vez mudou de assunto, mas como era novamente um assunto de natureza econômica (exportação) foi ele advertido por

Sandström. Declarou então Sir Abdur não ter mais perguntas sobre assuntos políticos.

Sandström indagou sobre os Lugares Santos. Ben-Gurion manifestou-se favorável a garantias internacionais capazes de assegurar livre acesso aos mesmos, ressalvando contudo que quanto a Jerusalém só poucos locais da cidade poderiam ser considerados “lugares santos” e de modo algum a cidade toda.

Ao término da sessão – eram 13:25h – Ben-Gurion disse: “Permitam-me, antes de me retirar, que expresse ainda minha gratidão a todos os senhores, pela paciência e bondade com que formularam suas perguntas e ouviram minhas respostas. Sei que desejam a verdade e, tanto quanto nos for possível, a mim e a meus colegas, queremos ajudá-los; estou grato pela paciência e bondade dos senhores”. Sandström, em nome da Comissão, agradeceu.

Às 9 da manhã teve início a sessão de quarta-feira, 9 de julho, com Sandström anunciando que a agenda para essa sessão constava de dois itens: audiência pública de representantes da Agência Judaica e audiência pública de representantes do Vaad Leumi. Convidou inicialmente a tomarem assento à mesa os três peritos econômicos da Agência Judaica; Horowitz, Kaplan e Bernstein.

Sir Abdur – indiscutivelmente o mais loquaz (pelo menos em público) dos membros da Comissão – deu início ao interrogatório. Após curto debate, sem maior significação, sobre cálculo de índices de mortalidade infantil, formulou a seguinte pergunta: “O aumento da presente capacidade de absorção econômica é proporcional às imensas quantias de dinheiro que têm sido investidas com essa finalidade ou com o proveito tirado desses investimentos?”. Resposta de Kaplan: “O custo de colonização é menos na Palestina do que na maioria dos outros países, como, por exemplo, a Austrália. Se considerarmos o custo, por pessoa ou por família, na Austrália e na Palestina, ou no Canadá e na Palestina, poder-se-á constatar que aqui investimos menos do que o governo ou outras instituições investiram para colonização naqueles países. Já que o senhor fez a pergunta, certamente estamos gastando muito dinheiro para colonização, mas de outra forma isso teria de ser feito pelo governo. Se me pergunta, porém, se o custo da colonização é proporcional ao aumento da capacidade de absorção. minha resposta é sim”.

Adiante Sir Abdur referiu-se, talvez estranhando, às “grandes somas de dinheiro” provenientes dos Estados Unidos. Explicou Kaplan que naquele país “há agora 5 milhões de judeus. É a maior e a mais rica das comunidades judaicas. Por isso é que recebemos dali a maior parte das nossas contribuições”. Afirmou, ainda, que “do nosso ponto de vista, é esse um bom investimento. É um investimento que revive o povo judeu”.

O holandês Blom mostrou-se interessado em conhecer o critério adotado para a seleção de futuros imigrantes dentro da pequena quota prevista nos regulamentos. Resposta de Kaplan: “Uma parte das chamadas licenças ou certificados é reservada ao governo – uma parte bem substancial, aliás – e por isso a seleção nesse caso é feita pelo próprio governo. Uma parte é reservada para pessoas deslocadas da zona britânica²⁴. Aí a seleção é feita por representantes militares britânicos em consulta com representantes da Agência Judaica. Uma terceira parte é agora destinada à nossa gente em Chipre. A seleção em Chipre é também feita por autoridades governamentais em consulta com nossa gente. Procuramos dar prioridade absoluta a crianças, especialmente órfãos. Depois há o caso de ter parentes, e a questão da adequação ao país”.

O assunto prossegue:

Sandström – Quantos são retirados mensalmente dos campos de Chipre?

Kaplan – Cerca de 750 por mês.

Lisicky – Cerca de 50% da quota?

Kaplan – Sim, e uns 375 da zona britânica. Os outros são em sua maioria escolhidos pelo governo.

Horowitz – Também são deduzidos certificados para soldados e esposas de soldados. Pessoas que se alistaram no exército britânico durante a guerra e lutaram contra Hitler, se não estavam legalizados – eles eram admitidos no exército mas não à Palestina – tinham de obter certificados especiais que eram deduzidos da quota; soldados

que combateram no exército britânico mas que chegaram à Palestina antes da guerra ou durante a guerra sem um certificado legal – eles obtém agora um certificado, e o mesmo é deduzido da quota mensal.

Intervém adiante o representante uruguaio:

Fabregat – Com relação ao problema imigratório, tem a Agência Judaica qualquer plano com relação às crianças judias da Europa? Refiro-me, naturalmente, àquelas que escaparam à perseguição nazista e estão agora nos campos de detenção de Chipre. Fiz essa pergunta porque desejo saber quem está atualmente cuidando dessas crianças.

Kaplan – Se o senhor me pergunta se o cuidado que se está tendo é suficiente, eu diria que não. Mas se sua pergunta é sobre quem cuida delas, então há três instituições que disso se ocupam. Uma delas é uma instituição governamental. Não sei exatamente qual é a relação, mas o governo proporciona um mínimo para o cuidado das crianças. Temos também o Joint Distribution Committee²⁵, que contribui com importâncias substanciais. E além disso, o Yishuv e a Agência Judaica têm uma instituição especial denominada Imigração Juvenil.

Fabregat – Quais são as condições sanitárias e culturais?

Kaplan – Muito duras. As condições são muito difíceis, e temos implorado permissão para trazer ao menos todas as crianças à Palestina. Não obstante todos os esforços, as condições são más, e em especial as condições culturais.

Após algumas perguntas relativas a impostos e sua aplicação, foi encerrada a parte referente aos aspectos econômicos. Tomou então assento à mesa o rabino Yehuda Leib Fishman²⁶, que se expressou em hebraico (servindo Kaplan de intérprete). Inquiriu-o Sir Abdur, e pelo incomum dos assuntos tratados julgamos digno de transcrição todo o diálogo:

Sir Abdur – Rabino Fishman, eu não conheço a Bíblia, nem tenho a pretensão de conhecê-la, mas gostaria de obter do senhor informações, o seu ponto de vista, e espero que o senhor me

²⁴ Trata-se da zona britânica de ocupação na Alemanha (noroeste da Alemanha, principalmente território prussiano), resultante da divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação após a capitulação alemã na Segunda Guerra Mundial. (Da união das zonas americana, britânica e francesa, em 1949, originar-se-ia a República Federal Alemã, com capital em Bonn.).

²⁵ Instituição judaica americana, ainda em plena atividade, fundada em 1914 com o objetivo de socorrer e reabilitar os judeus de além-mar.

²⁶ O rabino Fishman, após a independência de Israel, hebraizou seu nome para Maimon, tendo exercido o cargo de ministro para Assuntos Religiosos.

esclareça em relação a alguns assuntos que eu lhe perguntar. Rabino Fishman, o que era a Terra Prometida?

Rab. Fishman – A Terra Prometida era bastante grande, desde o rio do Egito²⁷ até o Eufrates.

Sir Abdur – Incluía toda a Síria?

Rab. Fishman – Uma parte.

Sir Abdur – Todo o Iraque e Transjordânia?

Rab. Fishman – Não.

Sir Abdur – Síria, Líbano, atual Palestina e Transjordânia?

Rab. Fishman – Sim, possivelmente parte da Síria e Líbano.

Sir Abdur – Quando foi que Deus fez a promessa?

Rab. Fishman – A promessa foi feita a Abraão, Isaac e Jacó há aproximadamente 4.000 anos.

Sir Abdur – Quando foi ela confirmada por Deus?

Rab. Fishman – Ela foi reafirmada a Moisés.

Sir Abdur – Deus também prometeu que doze tribos se originariam de Ismael²⁸, filho de Agar e Abraão?

Rab. Fishman – Foi categoricamente enunciado que os filhos de Isaac herdariam a terra.

Sir Abdur – A pergunta não foi essa. Deus prometeu ou não que doze tribos se originariam de Ismael?

Rab. Fishman – Não. Doze tribos se originariam somente de Jacó, o filho de Isaac.

Sir Abdur – Quando foi que Ciro, o rei persa, ordenou aos judeus que retornassem a Jerusalém?

Rab. Fishman – Foi há aproximadamente 2.400 anos.

Sir Abdur – Não foi a promessa feita por Deus a Abraão e Moisés cumprida com a ordem de Ciro para o retorno a Jerusalém?

Rab. Fishman – Ciro deu aos judeus apenas uma parte da terra.

Sir Abdur – E por conseguinte, segundo o senhor, uma parte da promessa de Deus foi cumprida.

Rab. Fishman – Os Macabeus ampliaram a área que Ciro devolveu aos judeus. Ciro em sua proposta aos judeus incluiu apenas uma parte do país e os Macabeus posteriormente a expandiram.

Sir Abdur – Opôs-se o príncipe árabe Yoshan a que os judeus voltassem com a ordem de Ciro e tentou ele detê-los?

Rab. Fishman – Depois do exílio muitos dos povos vizinhos ocupando uma parte da Palestina resistiram ao retorno dos judeus. Entre eles estava também o cavaleiro mencionado pelo representante da Índia.

Sir Abdur – De acordo com os judeus a volta dos mesmos a este país não se daria com o aparecimento do Messias?

Rab. Fishman – Não. De acordo com a tradição judaica os judeus deveriam voltar à Palestina antes do Messias chegar, e Jerusalém deveria fazer parte da Palestina. Só então, após o retorno dos judeus à Palestina, de acordo com a tradição, poderá vir o Messias.

Sir Abdur – Em sua opinião quanto tempo após o retorno dos judeus chegará o Messias?

Rab. Fishman – Isso é algo que ninguém poderá dizer.

Sir Abdur – Há quanto tempo está o senhor na Palestina?

Rab. Fishman – Quarenta e um anos.

Sir Abdur – Quantas sinagogas havia na Palestina até o ano de 1917?²⁹

Rab. Fishman – Não lhe posso dar, no momento, o número exato, mas em Jerusalém havia cerca de 14 sinagogas.

Sir Abdur – E fora de Jerusalém?

²⁷ Isto é, o Nilo.

²⁸ Ismael, personagem bíblico, é, segundo a tradição, o antepassado do qual se originou o povo árabe.

²⁹ Sir Abdur parecia muito interessado em estatísticas de sinagogas, pois já na véspera perguntara a Ben-Gurion quantas sinagogas havia na Palestina em 1939. (Ben-Gurion respondeu não ter essa informação.).

Rab. Fishman – Havia muitas, algumas das quais não mais existem, em outros lugares, tais como Jaffa, Hebron, Safed, Haifa, Tiberíades, e em todas as povoações judaicas.

Sir Abdur – Existem no país judeus cristãos?

Rab. Fishman – Não cabe a mim responder. Poderá haver judeus convertidos, mas não tenho contato com eles.

Sir Abdur – Mas existem?

Rab. Fishman – Não sei, pois não tenho contato com eles

Sir Abdur – Eu lhe pergunto se o senhor reconhece judeus cristãos como sendo judeus. O governo não os trata como judeus.

Rab. Fishman – Eu acho que um judeu, mesmo que tenha sido convertido e tenha cometido um pecado, é ainda assim judeu, e não pode se libertar do judaísmo.

Sir Abdur – Assim, em sua opinião, um judeu cristão é um judeu?

Rab. Fishman – Sobre isso escrevi um longo artigo. Judeus que cometeram um pecado e foram convertidos não se podem livrar do judaísmo.

Sir Abdur – Assim, segundo o senhor, todos os cristãos e todos os muçulmanos são judeus?

Rab. Fishman – Essa é a sua opinião, não a minha.

Sir Abdur – Estou pedindo a sua opinião.

Sandström – Nós nos satisfaremos com essa resposta. Há outras perguntas a serem feitas ao rabino Fishman? Então, muito obrigado, e vamos agora concluir a audiência da Agência Judaica. Suspendo a sessão por dez minutos. Depois ouviremos representantes do Vaad Leumi.

Pelo Vaad Leumi (Conselho Geral da Comunidade Judaica da Palestina) compareceu uma delegação de quatro membros, dos quais o

primeiro a fazer uso da palavra foi o seu presidente, Itzhak Ben-Zvi³⁰. Iniciou sua fala dizendo:

Permitam-me, antes de qualquer outra coisa, transmitir as saudações do Yishuv aos senhores, representantes das Nações Unidas, que vieram do Oriente e do Ocidente para verificar a realidade sobre esta terra e seu problema particular, único no mundo. Sabemos dar o devido valor ao trabalho que estão tendo, e particularmente ao interesse demonstrado pelos estabelecimentos judaicos, tanto agrícolas quanto urbanos. Os senhores tiveram oportunidade de ver os Lugares Santos, que trazem à lembrança milênios de história deste país, do passado histórico judaico, e viram também a geração pioneira, preparando o caminho do futuro. Sejam bem-vindos em sua tarefa de trazer perante o tribunal das Nações Unidas o problema do povo e da Terra de Israel.

Após uma explanação sobre o que era o Vaad Leumi e as eleições que, democraticamente, de quatro em quatro anos se realizavam na comunidade judaica, abordou Ben-Zvi os fundamentos históricos do argumento judeu a favor de um Estado independente:

Nosso direito à Palestina baseia-se em nossa história nacional. Como qualquer outra nação reivindicamos o direito elementar à independência, e o Vaad Leumi se associa à Agência Judaica em seu pedido de estabelecimento de um Estado Judeu na Palestina. Embora no decurso de nossa história tivéssemos perdido a independência, nunca renunciamos à nossa condição de nação, nunca desistimos de esperar por nosso retorno à Terra e pela restauração do nosso Estado. Uma única vez em sua história esteve este território na situação de Estado independente, e isso com o Reino de Israel. Os habitantes que aqui viveram antes de chegarem os filhos de Israel jamais conseguiram lançar as bases de uma unidade política e cultural na Palestina. As Sagradas Escrituras e a tradição histórica viva de nossa nação nos dizem do Estado Judeu estabelecido não só com base numa origem e formação comuns, mas também na religião, cultura, língua e ideais. O Estado Judeu existiu, com pequenas interrupções, durante quase onze séculos, desde os dias de Saul e Davi até os dias trágicos da destruição do Templo pelos romanos no ano 70 da era

³⁰ Ben-Zvi seria eleito presidente de Israel após o falecimento do primeiro presidente, Dr. Chaim Weizmann. Reeleito para o mesmo cargo, faleceu – como seu antecessor, no exercício do mandato – em 1963.

cristã. Não obstante a queda do Estado independente, o grosso da população judaica da Palestina sobreviveu durante quase outros seis séculos, e restos esparsos apegaram-se à sua terra e persistiram em manter viva a tradição de seu povo. Nenhum dos conquistadores que aparecem na história do país – sejam eles romanos, árabes, mongóis, mamelucos ou turcos – quis ou conseguiu estabelecer um Estado, com exceção do Reino Latino que durante apenas 90 anos formou uma unidade deste país.

Acreditamos firmemente que a restauração da independência da Terra de Israel é o destino histórico de todo o povo judeu. Em trabalho de nossa autoria intitulado *Três Memorandos Históricos*³¹ provamos que a nação judaica nunca interrompeu sua conexão com a Palestina. Num capítulo especial, que trata da continuidade do povoamento judaico na Palestina, provamos a existência na Palestina de uma população judaica que, através de gerações, nunca se afastou da Terra Santa e do seu solo. E mais, ondas de imigração vinham continuamente da Diáspora Ocidental e Oriental. É um fato histórico que por séculos – durante o domínio árabe, as Cruzadas e o período turco – o país permaneceu uma terra estéril e insalubre, e uma população que no início do século VII atingia 3.200.000 estava reduzida, às vésperas da ocupação britânica, a 637.000. Desde então a população triplicou; e o Yishuv, isto é, a população judaica, cresceu de uns 60.000 para 640.000. Um crescimento similar foi alcançado pelo setor árabe, devido tanto a um aumento natural quanto a imigração de países árabes vizinhos; o aumento foi de quase 600.000. É de notar que nenhum crescimento ou desenvolvimento semelhante ocorreu na vizinha Transjordânia, originalmente sob o mesmo mandato britânico, e onde as condições gerais não diferem muito das da Palestina e os recursos naturais são ainda mais abundantes que aqui.

O que representa a Palestina para nós e o que representa para os árabes? Para nós, é o único refúgio, o porto de salvação e a única esperança de nossa nação dispersa, enquanto que para os árabes não passa de uma parte insignificante dos vastos territórios árabes. Comparada somente com os territórios árabes da Ásia representa 0,8%; se incluirmos os países árabes da África, então a Palestina

³¹ Esses três memorandos (num total de 104 páginas), submetidos à UNSCOP pelo Vaad Leumi, tratavam respectivamente de: 1) a população (número e densidade) na Palestina antiga; 2) a população judaica na Palestina desde a queda do Estado Judeu até o início do movimento pioneiro sionista; 3) o movimento imigratório na Palestina entre 640 e 1882.

representará apenas 0,4%. Até mesmo os países árabes com recursos naturais como os do Iraque e Síria apresentam uma densidade de população respectivamente de 8 e 15 habitantes por km². Os vastos territórios árabes e seus recursos naturais permitem um imenso aumento de população, e não dependem, para seu desenvolvimento, deste pequeno país de 27.000 km²; somente os países árabes asiáticos possuem 3.226.000 km² com uma população de apenas cerca 14.000.000.

Criticou Ben-Zvi a política do White Paper, e depois prosseguiu:

Temos certeza de que se tivéssemos tido a liberdade de assumir a direção das questões a nós pertinentes, centenas de milhares poderiam ter sido trazidos à Palestina e salvos. Agora temos diante de nós o fato de que mais de um milhão dos que sobreviveram ao inferno nazista estão condenados ao desespero se não receberem facilidades imediatas de imigração. Os fortes laços entre eles e nós, entre os quais se encontram muitos de suas próprias famílias, e o desejo de estarem reunidos, aumentam sua angústia. Os lares do Yishuv se mantêm todos abertos – nas cidades e nas colônias – para receber seus irmãos.

Ao mesmo tempo a situação das minorias judaicas nos países vizinhos está-se deteriorando rapidamente – política, cultural e economicamente. A evolução dos novos países árabes durante os últimos 25 anos não proporcionou qualquer oportunidade às minorias não-árabes, sejam assírios, curdos ou judeus. A única esperança das minorias judaicas é o êxodo.

Nosso apelo aos senhores é: Abram as portas do nosso país.

Permita-me, senhor presidente, concluir com uma citação de um profeta que vaticinou há 3.000 anos – Isaías: “Passai, passai pelas portas; preparai o caminho ao povo; aplainai, aplainai a estrada, limpai-a das pedras; arvorai a bandeira aos povos. Eis que o Senhor proclamou até as extremidades do mundo, ‘Dizei à filha de Sião, Veja, vem chegando a salvação’ ”.

Foi, a seguir, dada a palavra ao Dr. Mordecai Eliash, advogado (perito em leis palestinoses), conselheiro jurídico honorário do Vaad Leumi. Definiu ele a posição da coletividade judaica da Palestina com as seguintes palavras: “Estamos aqui como iniciadores de uma tarefa, como

aqueles a quem coube o privilégio de começar e facilitar aos que estão por vir”. Referindo-se à imigração, declarou que “é por nós considerada como nosso próprio sangue vital, como a própria essência de nossa existência e desenvolvimento”. Mostrou a que ponto de ironia trágica chegara a situação, dizendo: “A presente situação da Palestina é tal que se um homem recebe em sua casa a própria esposa, que poderá ter vindo de um campo de concentração mas sem ter obtido a necessária licença, ele será culpado de prestar ajuda a imigrante ilegal e estará sujeito a uma pena de 8 anos de prisão e multa de mil libras. Isso se acha estabelecido em nossos Regulamentos de Defesa de Emergência, e criou-se a situação anômala de se alguém abrigar em sua casa um assassino fica sujeito a apenas 3 anos de prisão. E mais, se acontecer de esse assassino ser um parente próximo, então nem há processo instaurado; mas por abrigar um imigrante ilegal, quem quer que ele seja, a pena a que fica sujeito o perverso que assim procede é 8 anos de prisão e multa de mil libras”.

Salientou o Dr. Eliash que a legislação britânica na Palestina funcionava quase sempre em detrimento dos judeus. Após citar diversos exemplos, declarou: “A propriedade e a liberdade não encontram proteção adequada. Daí resulta que centenas de pessoas se encontram em campos de detenção. Que muitos deles são inocentes deduz-se obviamente do fato de serem vários gradualmente libertados à medida que prosseguem as investigações”. E concluiu: “É este o regime que deverá ser perpetuado? É este o regime para o qual não se encontra solução? Aqui viemos para pedir que a solução seja radical e venha logo. A consciência organizada da humanidade achou possível fazer justiça ao judeu como indivíduo em quase todas as nações. Os grandes ideais da Revolução Francesa ensinaram ao mundo liberdade, igualdade e fraternidade no que concerne a judeus individualmente em cada um desses países. Talvez os grandes ideais que agora animam as Nações Unidas ensinem à consciência organizada da humanidade a fazer justiça aos judeus como povo. E então será dada, a nós na Palestina, a posição não apenas de uma comunidade religiosa, como somos agora, mas a do povo de Israel na Terra de Israel”.

O orador seguinte foi o Dr. Abraham Katznelson, membro do Executivo do Vaad Leumi encarregado dos assuntos de Saúde e Bem-Estar Social. Redigira ele, para ser submetido à UNSCOP, um folheto de 49 páginas intitulado *Memorando sobre a Comunidade Judaica da Palestina e seus Serviços Sociais*, e sua exposição verbal, ampliando as informações

contidas nesse memorando, visava principalmente demonstrar que os serviços sociais (educação, saúde e bem-estar social) da comunidade judaica da Palestina – que já atingiam níveis compatíveis com uma comunidade civilizada – eram mantidos quase que exclusivamente pelo Yishuv, “sem ajuda adequada do Tesouro governamental, e até mesmo sem a necessária autorização para levantar fundos”. O Dr. Katznelson, porém, não se limitou a palavras; citou números. Assim, informou que para o período 1945-46 haviam sido gastos, para serviços sociais, acima de 6.000.000 de libras, provenientes das seguintes fontes: comunidade judaica da Palestina – 82%; fontes judaicas no exterior (principalmente Estados Unidos) – 13%; governo palestinese – 5%³².

Afirmou o Dr. Katznelson haver na Palestina 2.700 médicos, dos quais cerca de 2.400 – ou seja, quase 90% – eram judeus; entretanto, nos 13 cargos de chefia do serviço médico governamental não se encontrava um só judeu (apenas ingleses e árabes). E prosseguindo: “Enquanto com relação à comunidade judaica a política do governo é não ajudar os que se ajudam a si próprios, sua política em relação à comunidade árabe é o inverso – ajudar aqueles que não querem ajudar a si próprios. Todos os serviços sociais árabes, com poucas exceções, são mantidos pelo governo... Em vez de encorajar a iniciativa árabe, o governo desencoraja a iniciativa judaica... É de salientar o fracasso do governo em dois ramos da saúde pública que deveriam constituir sua preocupação principal: a luta contra a tuberculose e a assistência aos doentes mentais”.

Adiante, referindo-se às condições políticas e administrativas sob as quais o Yishuv tinha de fazer face às suas necessidades cada vez maiores: “proporcionar facilidades educacionais para cada criança judia num país onde a educação não é obrigatória; cuidar da saúde dos trabalhadores num país onde o seguro contra doença não é compulsório; manter serviços assistenciais num país onde não há estipulações legais a respeito. Os fundos voluntários instituídos para tais fins pela Federação Geral dos Trabalhadores Judeus – como o Fundo de Desemprego, o Fundo de Invalidez, o Fundo de Pensões, etc. – não recebem qualquer espécie de auxílio nem do governo nem dos empregadores”.

³² Na parte relativa à saúde a desproporção era ainda mais flagrante: em mais de 3.000.000 de libras apenas 1,6% provinham do governo (90,2% do Yishuv e 8,2% do exterior).

Destacou depois o trabalho realizado pelos judeus, por iniciativa própria, para a erradicação da malária (trabalho esse iniciado em 1922, com a criação de uma instituição especial para pesquisas sobre essa doença), bem como no combate ao tracoma; lembrou, contudo, que as medidas tomadas contra o tifo não foram inteiramente bem sucedidas por não terem os judeus controle sobre o setor árabe, foco da doença.

Conclusões do Dr. Katznelson:

a) a comunidade judaica da Palestina provou, em um quarto de século de trabalho construtivo, sua capacidade para estabelecer e manter, sob as condições mais desfavoráveis, serviços públicos em escala nacional, para benefício da população judaica e do país em seu todo;

b) as condições políticas neste país estão em completa contradição com o caráter progressista da comunidade judaica e impedem sua capacidade construtiva de desenvolver o país para a absorção da imigração numa escala apropriada às necessidades do povo judeu;

c) o presente estado de coisas envolve o Yishuv num trágico e constante conflito entre suas necessidades sociais, que são as de um Estado civilizado, e suas possibilidades, que são as de uma organização voluntária.

Para a intolerável situação atual só há um único remédio, que é conceder à comunidade judaica da Palestina uma posição que lhe permita cumprir sua missão histórica de estabelecer um Estado Judeu.

O último dos quatro membros da delegação a fazer uso da palavra foi outra figura de proa do Vaad Leumi: David Remez (presidente da Assembleia – de 171 membros – eleita cada quatro anos pela comunidade judaica). Foi bastante sucinto. Agradeceu, em nome do Yishuv, a dedicação que a UNSCOP vinha demonstrando em seu trabalho na Palestina, não se importando nem mesmo em “realizar excursões cansativas em nossos quentes dias de verão”. Mencionou as conexões históricas do povo judeu com sua terra (“não são lembranças mumificadas do passado; são as de um povo vivo que conservou sua fé em sua libertação e restauração”). Afirmou ser o Yishuv “uma comunidade vigorosa, educada desde o início para a independência e a autodefesa... Os responsáveis pelo governo do país nem sempre eram capazes ou estavam firmemente dispostos a defender os

judeus”. Referindo-se à imigração: “Se um homem não traz ao seu lar seu irmão desabrigado e aflito, então não é um verdadeiro irmão nem seu lar é um verdadeiro lar. Nosso lar, o nosso Lar Nacional, nos é fechado, e durante dois anos temos batido nossas cabeças contra as portas guardadas por navios e aviões. Seria seu privilégio, senhores delegados das nações, abrir imediatamente essas portas. Não deixem o veneno penetrar ainda mais nas almas desses párias e em nossas próprias almas. E esses párias que estão na Europa não são os únicos”. Assegurou que num Estado Judeu independente os árabes – quer como indivíduos, quer como comunidade – teriam garantidos todos os direitos cívicos, culturais e religiosos. E concluiu pedindo permissão para destacar os três seguintes “pontos essenciais”: a) nenhuma demora mais; b) nenhuma solução que não seja uma solução de verdade (“De que nos serviria qualquer arranjo constitucional se o mesmo nos tornasse dependentes daqueles que negam nosso princípio fundamental – nosso direito de retornar a nosso país e desenvolvê-lo como nossa pátria?”); c) nenhuma indulgência mais (“Deem ao gênio construtivo do povo judeu uma oportunidade adequada, e um dos mais dolorosos problemas internacionais terá encontrado uma solução justa e feliz”).

Passou-se ao interrogatório, aliás de curta duração. García-Granados, não obstante reiteradas objeções de Sandström, inquiriu o Dr. Eliash sobre a validade legal, perante o Mandato, da legislação imposta na Palestina pelas autoridades britânicas (é claro que o representante da Guatemala, ao formular suas perguntas, sabia perfeitamente que muita coisa estava em completo desacordo com o Mandato). Teve então o Dr. Eliash oportunidade de explicar que os tribunais do país se recusavam a tomar conhecimento de quaisquer reclamações nesse sentido, alegando ser o Mandato uma espécie de tratado entre as Potências Aliadas (na Primeira Guerra Mundial) e o governo de Sua Majestade, cabendo assim apenas a essas Potências Aliadas ou seus sucessores levantar objeções, e não ao povo da Palestina. Perguntas de outros membros da Comissão (inclusive Sir Abdur, naturalmente) nada proporcionaram de maior significação. E às 13:30h Sandström encerrou a sessão solicitando ao Dr. Eliash e ao Dr. Katznelson que comparecessem novamente no dia seguinte, tendo em vista que Fabregat manifestara o desejo de inquiri-los mas insistindo (também diante de objeções de Sandström) que só poderia fazê-lo “amanhã”.

Sessão matinal de quinta-feira, 10 de julho. Teve início às 9 horas, com Sandström convidando Eliash e Katznelson a subirem ao varado para

serem inquiridos por Fabregat. Após algumas perguntas referentes a questões de educação, pediu Fabregat detalhes sobre o problema da tuberculose. Informou o Dr. Katznelson que as providências governamentais – não obstante a gravidade do problema, reconhecida pelo próprio governo em relatório oficial – se haviam limitado à instalação de uns poucos dispensários em algumas cidades. O único hospital para tuberculosos existente na Palestina era judeu (em Safed, com 100 leitos). Para um novo hospital planejado pela Hadassah em Jerusalém (com capacidade para 200 leitos) fora solicitado um auxílio governamental de 25% do custo de construção e instalação, mas esse auxílio foi recusado “por falta de verba”. As últimas perguntas de Fabregat versaram sobre os campos de detenção de Chipre. Ali, disse Katznelson, viviam então “16.000 pessoas em condições insalubres, sem água suficiente³³, sem luz e sem as necessidades mínimas para alojamento”. Interveio Sandström para indagar se esses campos em Chipre estavam sob a jurisdição da Administração Palestinense; respondeu Katznelson que não, pois eram as autoridades britânicas de Chipre que os administravam.

Permitam-nos aqui, em relação a Chipre, uma rápida digressão à parte do inquérito da UNSCOP. Para isso valer-nos-emos de um pequeno mas impressionante livro: *Destination Palestine* (Destino Palestina), de Ruth Gruber³⁴. Há nessa obra várias fotografias tiradas nos campos de detenção de Chipre. A legenda de uma delas é assaz significativa: “Para acreditar é preciso cheirar Chipre”. E sob outra: “Aqui os judeus, cujo único crime era querer ir à Palestina, viviam presos, sem encanamentos nem eletricidade, tiritando de frio na umidade do inverno, empolando-se ao sol do verão”. A autora esteve em Chipre (com autorização excepcional, contrariando todos os precedentes, das autoridades britânicas), e sua descrição é dramática: “Era preciso cheirar as latrinas para vinte mil pessoas para se acreditar, e não se acreditava. Era preciso cheirar o suor dos homens e mulheres ao cozinhareem em fogareiros, o suor escorrendo nos potes e panelas; era preciso cheirar o lixo que se acumulava à espera dos caminhões – que não vinham – para se acreditar, e não se acreditava”. Informa-nos ainda essa jornalista que rapazes americanos, colaboradores voluntários na imigração “ilegal”, qualificavam Chipre como “um purgatório do século XX”.

³³ A água era trazida, uma vez por dia, por um carro-pipa britânico.

³⁴ Ruth Gruber, jornalista americana, foi correspondente de vários órgãos da imprensa de seu país junto à UNSCOP.

Voltemos ao inquérito. Terminada a parte relativa ao Vaad Leumi, foi concedida a palavra ao grão-rabino Dr. Isaac Herzog, que vinha, disse ele, “como porta-voz da religião de Israel advogar a causa espiritual do meu povo”. E pouco além: “Temos suportado um martírio sem paralelo na história das nações. O presente retorno é um protesto contra um exílio que devasta nossa alma e quebra nosso corpo. Estamos procurando novas raízes na mãe-terra para que a alma de nosso povo possa reviver. Procuramo-las na terra dos nossos antepassados, no país em que tanta coisa que nos era cara e sagrada tomou forma”. E após lembrar algumas passagens da história judaica:

Meus amigos:

Tornou-se moda, nesta época de cinismo, fazer pouco das coisas do espírito, e nosso caso tem sido uma vítima principal da interpretação desumana dos registros históricos. Fiquei profundamente magoado ao ver, no Suplemento ao *Survey of Palestine* que lhes foi apresentado pelo governo da Palestina, um relato de história judaica da Palestina que procura reduzir as gloriosas páginas da Bíblia a uma miserável narração de culto tribal e guerras tribais. O Antigo Testamento é citado como um registro das vicissitudes e infortúnios sofridos pelos hebreus durante seu domínio na Palestina, arbitrariamente fixado em mil anos; mas não há uma só palavra para indicar o que esse período significou espiritual e culturalmente. Enquanto esse *Survey* apresenta, com todos os detalhes, as ligações sagradas entre a Palestina e os cristãos ou muçulmanos, por outro lado permanece em completo silêncio sobre a mensagem da profecia hebraica que partiu destes montes. Nada tem a dizer sobre o repto moral de Isaías e Jeremias, de Amós e Miquéias, sobre o “grito das profundezas” do Salmista Hebreu, a tocante e inspiradora mensagem de Jó, a beleza primitiva do Livro de Rute, a angústia das Lamentações. Não se encontra qualquer menção do alto nível de vida política, econômica e cultural que floresceu na idade áurea do domínio hebreu e do qual as escavações modernas dão testemunho sempre crescente. Nem uma só palavra é dita sobre as grandes academias fundadas no início da reconstrução do segundo Templo, nada sobre os grandes acontecimentos da época pós-bíblica, conforme registrados na *Mishnah* e no *Talmud*³⁵.

³⁵ Dá-se o nome de *Mishnah* à codificação da chamada Lei Oral, que é a interpretação e análise (transmitidas oralmente de geração em geração) da Lei Escrita. As discussões e

Contemplando esse patético vácuo do governo palestinese, não se pode deixar de sentir que grande parte do fracasso do governo no trato dos problemas atuais se explica pela sua interpretação fria, superficial e sem compreensão da história judaica.

Adiante referiu-se o rabino Herzog à relação constante entre o povo judeu e a terra dos seus antepassados. Disse que “do berço até o túmulo os ritos religiosos, as orações e bênçãos associam o judeu à Destruição nacional e à esperança do Retorno”. Pediu encarecidamente à Comissão que não deixasse de visitar os campos de pessoas deslocadas na Europa. “Essa gente sofreu o que nenhum ser humano jamais sofrera, e parece-me essencial que aqueles que vieram investigar a questão palestinese devam também levar consigo uma impressão direta desse aspecto mais agudo do problema. Que ninguém se iluda sobre isso: esses sobreviventes judeus na Europa são parte integrante da cena política da Palestina. É por eles, não menos que por nós, que pleiteamos a revogação do White Paper e uma solução política que possibilite a rápida transferência dos mesmos para a Palestina”.

Assegurou, em nome do Rabinato da Palestina, que o povo judeu não procurará, de maneira alguma, impor sua religião e tradições a povos de outras crenças – pela força, pela persuasão, por legislação ou por qualquer outro meio”. E concluiu com as seguintes palavras:

Senhor presidente e meus senhores: – Estão os senhores preparando-se para emitir julgamento num caso sem precedente nem paralelo, num caso que é único. Não nos julguem – faço-lhes esse apelo solene – por normas comuns. Esqueçam-se dos seus livros de leis e jurisprudência. Esqueçam tudo que se falou e pensou sobre prescrições e expulsão, e assim por diante. Tudo isso em nada nos ajudará.

O caso que têm diante de si é um para o qual não há precedente. Neste momento crítico devem os senhores decidir se a grande história do povo chamado Israel, essa história de 4.000 anos, que deu à humanidade duas grandes religiões, que deu à humanidade a concepção moral e espiritual do mundo, que deu à humanidade esse grande ideal de paz eterna – o qual, infelizmente, ainda não atingimos – se essa grande e maravilhosa história deste povo singular

deverá ficar perdida nos gigantescos montes de cinzas, nas imensas covas coletivas de 6.000.000 de judeus, inclusive 1.200.000 bebês, ou se essa história prosseguirá com algo grande e nobre, que será parte e parcela do grande plano divino na história da humanidade.

Chego ao fim das minhas considerações. O mundo está passando outra vez pelo cadinho das transformações. Homens e mulheres do povo em todos os países almejam a paz e um renascimento espiritual. Precisamos redescobrir as verdades fundamentais em que repousa toda verdadeira civilização – a Paternidade de Deus e a Fraternidade do Homem. Paz e justiça são indivisíveis. O mundo não encontrará sua paz até que sua consciência se liberte desse pesado fardo – o desabrigo de um dos seus povos mais antigos.

Rezo a nosso Pai no Céu para que as deliberações dos senhores possam ajudar a encontrar uma solução permanente para esse problema, o mais aflitivo e desafiador de nosso tempo.

Falou a seguir o grão-rabino Ben Zion Uziel. Sua presença no estrado da Comissão foi quase ,que apenas o cumprimento de uma formalidade, pois discursou em hebraico – língua que nenhum dos membros da Comissão entendia – e sem intérprete, distribuindo-se uma tradução escrita³⁶. De início apresentou o rabino as boas-vindas aos membros da Comissão por sua presença na Cidade Santa de Jerusalém, e invocou as bênçãos do Todo-Poderoso para o trabalho da Comissão. Em apoio à tese sionista citou várias passagens bíblicas. Referiu-se à constante presença de judeus no solo palestinese e ao trabalho cultural por eles ali realizado mesmo após a perda da independência, bem como à inabalável lealdade dos judeus da Diáspora para com a Terra de Israel. Comentou a grande obra construtiva realizada pelos judeus após o estímulo que lhes foi proporcionado pela Declaração Balfour (“A fertilidade assim restituída ao solo da Palestina é um monumento vivo da iniciativa e energia dos nossos irmãos pioneiros, e testemunha a veracidade da designação bíblica do país como uma terra de leite e mel”). Mencionou também o renascimento do idioma hebreu, “a língua dos Profetas”.

Criticou o rabino Uziel a atitude do governo limitando e restringindo a jurisdição do Rabinato, em contraste com os amplos direitos concedidos aos tribunais religiosos muçulmanos. Criticou também, veemente, o White

comentários referentes às leis judaicas – registrados durante séculos – vieram a constituir o *Talmud*.

³⁶ Não seria essa, porém, a única vez que tal procedimento ocorreria (veja-se adiante).

Paper, “essa medida desumana e cruel”. Referiu-se ao extermínio do judaísmo europeu pelos nazistas, e indagou: “Quem sabe quantas de nossas crianças ainda permanecem entre não judeus, levando uma vida de cativos e prisioneiros?”. mencionou distúrbios antijudaicos ocorridos, durante e após a guerra, em Trípoli, Iraque, e Egito, e o regime de terror (para os judeus) na Síria e no Afeganistão. Declarou que “o único remédio é a restauração de Israel ao seu Estado e à liberdade na qual possa desenvolver e utilizar suas aptidões, reconstruir o país e o solo com o suor de sua fronte, para o bem de todos os seus habitantes sem qualquer discriminação, conforme nos ordena nossa lei: ‘Mas o estrangeiro que contigo convive será como um natural entre vós, e amá-lo-ás como a ti mesmo... e não o molestarás’ ”.

Concluiu “com a oração para que os senhores possam ser os agentes de confiança da Providência, do Deus de Israel, que é o Deus do Universo, a fim de que com seu trabalho possam realizar a predição do profeta: ‘Eu os congregarei de todas as terras, para onde os tenha impelido na minha ira e no meu furor e na minha grande indignação, e os trarei novamente a este lugar, e farei que habitem nele em segurança... Alegregar-me-ei por eles fazendo-lhes bem, e os plantarei firmemente nesta terra com todo o meu coração e toda a minha alma’ ”.

Nesse ponto a sessão foi suspensa por dez minutos, mas Sandström solicitou aos rabinos que não se retirassem, e estes, reaberta a sessão, tomaram outra vez assento à mesa, para serem interrogados.

Sandström declarou não ter qualquer pergunta a fazer e indagou se algum colega desejava inquirir os rabinos. Sir Abdur queria – só ele, aliás – e travou-se então o seguinte diálogo:

Sir Abdur – Senhor presidente, tenho grande respeito pelos chefes espirituais e religiosos de todas as comunidades, e os reverencio. Mas, em minha humilde opinião, eles deveriam permanecer acima das controvérsias políticas. E, em respeito aos seus cargos, não farei perguntas relativas a questões políticas, que apareceram entremeadas em seus discursos, limitando-me apenas a algumas perguntas alheias à política.

Eminência: devem aqueles que – embora houvessem sido judeus – agora acreditam em Cristo como um da Santíssima Trindade ser considerados judeus?

Rab. Herzog – Tenho a honra de responder ao ilustre delegado da Índia, Sir Abdur Rahman. Deve-se fazer uma distinção entre um bom judeu e aquele que não é um bom judeu. Sob o ponto de vista religioso-legal a adoção de uma outra crença não transforma o judeu num não judeu. Dar-lhe-ei um exemplo: de acordo com a nossa lei o casamento entre judeu e não judeu não é válido. O casamento é uma união religiosa. É a mesma coisa sendo entre um judeu e uma cristã, ou de qualquer outra religião. Todavia, o casamento entre uma judia e um judeu renegado só poderá ser dissolvido pelo divórcio conforme prescrito pelas Leis de Moisés. Em resumo: um judeu que abandonou o judaísmo por outra crença continua, num sentido legal, a ser judeu, mas certamente não é um bom judeu – é um judeu renegado.

Sir Abdur – Consideraria então Cristo como um judeu na religião assim como o foi por origem?

Rab. Herzog – Não sei. Acho, Sir Abdur Rahman, que o senhor está pisando em terreno muito delicado. Não julgo conveniente abordar esse assunto. Mas é claro que era judeu. Não há sobre isso a menor dúvida. Ele era judeu.

Sir Abdur – Qual era a extensão dos reinos de Davi e Salomão (que suas almas estejam em paz) na Palestina?

Rab. Herzog – Bem, era muito vasto. Estendia-se praticamente do Wadi el Arish³⁷ até a Síria. Não tenho aqui comigo, no momento, um mapa. Se quiser maiores detalhes poderei fornecer-lhos.

Sir Abdur – É favor, eminência.

Rab. Herzog – Davi e Salomão – eu lhe darei.

Sir Abdur – Quando governaram eles esse território?

Rab. Herzog – Por volta do século IX antes da era cristã.

Sir Abdur – Minha última pergunta, eminência, é quais tribos se originaram de Ismael, filho de Agar e Abraão (que suas almas estejam em paz)?

Rab. Herzog – O senhor sabe que os filhos de Abraão foram Ismael e Isaac.

Sir Abdur – Estou perguntando apenas sobre Ismael.

³⁷ Na península de Sinai.

Rab. Herzog – As tribos arábicas.

Sir Abdur – As tribos arábicas descendem de Ismael?

Rab. Herzog – Sim.

Sir Abdur – E os edomitas?³⁸

Rab. Herzog – Os edomitas eram os filhos de Esaú. Esaú era filho de Isaac. Os edomitas descendem de Esaú.

Sir Abdur – As tribos árabes descendem de Ismael?

Rab. Herzog – Ismael, sim.

Sir Abdur – Isso é tudo.

Dispensados os rabinos Herzog e Uziel com os agradecimentos de praxe, passou-se, de acordo com a agenda, a ouvir os representantes da Agudath Israel³⁹, rabinos Jacob Meyer Lewin, Abraham Isaac Klein e Moses Glikman-Porush.

O primeiro a falar – fê-lo em hebraico – foi o rabino Lewin. Expôs logo o credo de sua agremiação: “É nossa opinião que somente a Divina Torá⁴⁰ forma a constituição eterna do povo judeu e que ela – e só ela – serve como fundamento e essência da existência do povo judeu como nação do Senhor; que só a Torá é a alma e espinha dorsal dessa nação, e que tudo aquilo que é formador na Palestina e no povo judeu só tem valor permanente e direito à existência na medida em que tiver conexão com ou derivar da Torá do Todo-Poderoso”. Mas nem por isso (ou talvez por isso mesmo) as reivindicações da Agudath Israel deixavam de se assemelhar (até certo ponto) às da Agência Judaica: “A Terra de Israel e o Povo de Israel constituem uma unidade completa para sempre inseparável. Por isso pleiteamos, na prática, que os portões da Terra Santa sejam abertos a todos os judeus desejosos de virem para cá; que a capacidade de absorção do país

³⁸ Também conhecidos como idumeus, viviam ao sul de Canaã e eram, em tempos bíblicos, inimigos dos hebreus. Assim como Ismael simboliza os muçulmanos, o nome Edom foi usado, na Idade Média, para simbolizar o cristianismo.

³⁹ A Agudath Israel (expressão que significa “Liga de Israel”) era um grupo religioso ortodoxo não sionista, cujas congregações se mantinham separadas da comunidade judaica oficial por não concordarem com instituições nacionais seculares. Após a criação do Estado de Israel aceitariam o fato consumado, encarando-o como obra divina e concretização duma profecia. É atualmente um partido político de acentuada tendência teocrática.

⁴⁰ Torá – nome hebreu do Pentateuco, ou lei mosaica.

seja desenvolvida até o limite das possibilidades; e que seja estabelecido um regime político capaz de garantir a livre imigração, o desenvolvimento do país e sua utilização até o máximo de sua capacidade de absorção.”

E pouco além: “Decididamente, a maior parte dos preceitos da Torá dependem, para sua realização, de uma colonização intensa da Terra de Israel. Só aqui – e em nenhum outro lugar – poderá Israel cumprir a grandiosa missão que o Todo-Poderoso lhe confiou. A Terra de Israel foi prometida ao primeiro judeu, a Abraão nosso Pai; e a partir do dia em que o Senhor falou ‘Pois toda a terra que vês, darei a ti e à tua descendência até a eternidade’ foi estabelecido um laço eterno entre o Povo de Israel e o Senhor... Somente nesta Terra é dado ao judeu alcançar elevação e perfeição espiritual. Aqui os homens de Israel atingiram a luz extrema da realização humana: a Profecia. Aqui os Profetas viram suas visões. O ar desta nossa terra foi respirado pelos nossos grandes mestres da Lei, aqueles líderes-gigantes do Povo de Israel, os maiores dos seus homens sagrados”.

Abordou o rabino Lewin assuntos já tratados em depoimentos anteriores, mas com outras palavras, apresentando-os sob um novo prisma. Por exemplo: “O grau de lealdade de Israel à sua terra refletiu-se na lealdade da terra ao seu povo. Nem um só dos conquistadores do país conseguiu, através dos séculos, fazer florescer novamente a indigência da terra. As palavras da Torá ‘E teus inimigos serão nela um deserto’ cumpriram-se literalmente. A terra recusou seus frutos aos estranhos. O povo da Diáspora tornou-se estéril à distância, ansioso e saudoso pela terra; e a terra permaneceu estéril, ansiando por seus filhos. Em recente excursão pelo país viram os senhores com seus próprios olhos a grande maravilha: a aridez das partes do país não povoadas por judeus, e o frescor florescente onde quer que o judeu se tenha ligado – com amor, sacrifício e devoção – ao solo do país. Possa essa visão miraculosa tornar-se testemunho vivo e prova evidente da conexão metafísica ligando Israel à Terra de Israel... A colonização da Palestina destaca-se entre os mandamentos da Torá. E ela nunca cessou, desde o início de nossa dispersão. Cada pedra, cada planta, cada grão de areia de nossa terra tem sido amado e santificado, pois o amor do povo à terra é na verdade uma inspiração divina para sempre presente na alma de todo judeu”.

Referiu-se à guerra “unilateral” movida contra os judeus “sob diversas formas e vários pretextos. Essa guerra atravessa, como um rastro

vermelho, a História – desde os faraós, Nabucodonosor, Hamã Tito, Torquemada, Hmelnitsky⁴¹, até Hitler... Não somos todos filhos do mesmo Pai? Não foi Deus que nos criou a todos? Não trouxemos ao mundo o reconhecimento de Deus? Quantos valores de generosidade, verdade, retidão e justiça não têm as nações aceito das mãos desta mais antiga entre elas? Por que então somos perseguidos? Nossa resposta a isso tudo é: sempre que as forças do mal se ergueram em rebelião contra o Criador do mundo, elas consumiram sua ira contra este povo, o Povo de Israel; seu ódio a Israel provinha de um ódio contra os ensinamentos da Torá e as visões dos Profetas”.

Deteve-se depois o rabino Lewin na tragédia do judaísmo na Europa hitlerista, e suas palavras, por vezes, vinham repassadas de dramaticidade:

Poderá parecer enfadonho reabrir o capítulo da destruição de seis milhões de judeus, mas não podemos deixar de repetir – seis milhões de judeus pereceram. O judaísmo europeu foi levado à destruição.

O massacre realizou-se na Polônia. Foi privilégio meu ter sido um dos três milhões de judeus poloneses. Estão eles diante de meus olhos. Cada um deles um mundo em si mesmo, um tesouro compacto de Torá e sabedoria de vida. Procuramos desolados um terço do nosso povo, em qualidade a parcela mais importante. A Europa continha o reservatório de nosso povo, o cérebro e coração do judaísmo mundial. Mas tudo isso desapareceu da face da terra, desapareceu na morte mais cruel e mais horrenda, vítima de um sadismo sem par e uma engenhosidade maléfica. Velhos e moços queimados vivos.

Vivi na Polônia. Vivi a vida que um judeu vivia. Fui criado nos princípios do verdadeiro judaísmo. Vivi entre meu povo, minha família. Meus irmãos e irmãs foram liquidados. Três dos meus netos queridos foram queimados, juntamente com todas as outras crianças de Israel; ao todo um milhão e meio de crianças judias, crianças inocentes e ignorantes de pecado, cada uma das quais poderia ter-se tornado um orgulho para nosso povo e para a humanidade.

Sou um daqueles que, como por milagre, foram salvos da boca escarnada do monstro. Não sei porque logo eu deveria ser

⁴¹ Bogdan Hmelnitsky (1593-1657), chefe de cossacos ucranianos, foi responsável pelo massacre, com requintes de selvageria, de milhares de judeus poloneses. (O Tito citado é, evidentemente, o romano, e não o iugoslavo.).

privilegiado para escapar do fogo que nos envolvia a todos nos crematórios de Treblinka e Auschwitz, ou seria para que eu fosse seu mensageiro, transmitindo seus brados aos senhores?

Nós, da Agudath Israel, sofremos talvez as maiores perdas. Os melhores de nossos líderes não mais existem.

Seis milhões de almas judias choram diante dos senhores, seu sangue se agita e não encontra repouso; move as próprias fundações do universo. Um milhão e meio de crianças! Quando ouviu o mundo algo semelhante? Quando ocorreu uma tal guerra? Serão os senhores capazes de imaginar o significado dessas palavras? Um milhão e meio de crianças queridas, cujas mãos não nos permitiram beijar antes de ascenderem às chamas para serem queimadas vivas nos fornos. Como pode a humanidade, como pode qualquer ser humano suportar tão inimaginável sadismo?

E como se separaram de nós? Santificando Seu grande nome, falando assim aos seus opressores: “Podeis destruir nossos corpos, mas nunca nossas almas!” Seu sangue continua a agitar e abalar os alicerces de todos os vivos. Mundo, mundo, onde estás? E através dos senhores pergunto ao mundo: Onde está tua consciência?

De fato, as nações amantes da liberdade combateram Hitler, mas não era a nossa luta. A luta de Hitler contra os judeus precedeu de cinco anos a Guerra Mundial.

Hitler fez subir balões de ensaio para averiguar até que ponto o mundo estava disposto a deixá-lo ir em sua maldade. Quando em 1939 o navio de refugiados *St. Louis* com seus 700 passageiros judeus a bordo cruzava os mares, ao acompanhamento do riso barbárico de Hitler, não havia um único país, inclusive os Estados Unidos, disposto a aceitá-los. Tendo realizado “ações” menores, isto é, matança de judeus em pequena escala, diante dos olhos de um mundo mudo, empreendeu então “ações” mais amplas. Novamente o mundo permaneceu mudo. E assim pôde ele prosseguir, em seu caminho de crueldade insana, na tarefa da mais pavorosa destruição jamais testemunhada pelo mundo.

Não me proponho a apresentar-lhes aqui os fatos demonstrando como os judeus poderiam ter sido salvos; e o mundo impassível diante do nosso sangue.

Embora indubitavelmente caiba ao White Paper grande parcela de responsabilidade pela inatividade na salvação dos judeus, o mundo

em geral, e particularmente as grandes Potências, não podem ficar isentos de responder por essa acusação.

Não nos sentimos como estando no banco dos réus. Permitam-me dizer que seria mais justo colocar nele todos aqueles que devem aceitar a responsabilidade pela destruição de nosso povo.

Não acreditamos ser possível, de um modo natural, consolar-nos e encontrar substitutos para nosso desastre, para a perda de seis milhões de irmãos. Então qual é o problema?

Ficaram vivos um milhão e meio de judeus que escaparam à destruição.

Os judeus não têm mais qualquer lugar no mundo. Deve-se por isso possibilitar-lhes a volta ao lar, à terra de seus pais. Os senhores visitarão os campos, verão sua situação, saberão o que aconteceu, e o que ainda há para ver. E então se convencerão de que os judeus não podem ou não querem mais permanecer no cemitério europeu. Eles simplesmente não podem continuar a viver onde suas famílias e tudo que lhes era mais caro foram assassinados. Em alguns desses campos que Hitler construiu para eles, completos até com arame farpado, esses nossos infelizes irmãos continuam a viver uma vida de prisioneiros num mundo já libertado há dois anos.

E adiante: “Não roubamos uma só coisa dos árabes. Pagamos bem caro por tudo. Erguemos o seu nível de vida, nós que sofremos o exílio e aprendemos a dar valor à vida alheia. O povo judeu quer paz com o povo árabe. Há lugar para todos neste país”. Suas palavras conclusivas foram: “Possa o Todo-Poderoso ajudá-los e estar ao seu lado. Obrigado”.

Falou a seguir, também em hebraico, o rabino Klein, membro do Executivo Central da Agudath Israel. Pediu igualmente a abertura dos portões da Palestina “a nossos irmãos e irmãs”, uma imigração sem restrições “e a oportunidade de desenvolver o país a fim de que seus filhos possam voltar a viver uma vida de repouso e dignidade”. Foi, porém, bem mais explícito quanto aos objetivos específicos da Agudath Israel: “Nós, judeus ortodoxos, que compreendemos a Torá como a suprema finalidade da vida de nosso povo e base de toda sua existência, nós que não reconhecemos soberania popular separada da soberania da Torá, exigimos da maneira mais enfática que nesta Terra de Israel tudo se faça de acordo com as leis da Torá, e que se conceda a todas as nossas organizações e

congregações uma completa liberdade legal para agir inteiramente de acordo com as nossas concepções”.

E concluiu:

Acreditamos firmemente que a redenção de Israel virá conforme testemunhado por nossos Profetas na boca do Todo-Poderoso, Guia do Universo.

E acreditamos que àqueles que procuram a Justiça e a Verdade o Todo-Poderoso ajuda a encontrá-las. Possa Ele guiar-lhes os corações nessa procura.

Recomendem, pois, as medidas que solicitamos.

Que as bênçãos do Todo-Poderoso acompanhem seu trabalho.

O orador seguinte, rabino Glikman-Porush (também ele se expressou em hebraico) declarou ter nascido em Jerusalém, membro de uma família que vivia ininterruptamente naquela cidade há oito gerações. Lembrou que sua família, até os distúrbios de 1936, mantivera sempre excelentes relações com seus vizinhos árabes. Mencionou o trabalho realizado na Palestina pelos judeus ortodoxos: na agricultura; na construção de cidades (como, por exemplo, Tiberíade e Safed); fundando instituições culturais e filantrópicas; criando escolas. E terminou com um apelo para que as portas da Palestina fossem abertas à imigração.

Sandström declarou então não ter quaisquer perguntas a fazer aos representantes da Agudath Israel, e indagou: “Algum outro membro deseja fazer uma pergunta?”. Sir Abdur não deixou escapar a ocasião de mais uma vez trazer à baila o remotíssimo Ismael, perguntando: “As tribos árabes que vivem na Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia são descendentes de Ismael?”. Respondeu o rabino Klein: “A maioria são filhos de Ismael”. E Sir Abdur se deu por satisfeito. Pouco depois (às 12:35h) foi encerrada a sessão.

Na sessão pública de 11 de julho (sexta-feira), aberta às 11 horas da manhã, seriam ouvidos, inicialmente, representantes das Igrejas Anglicana e da Escócia, e depois representantes das organizações femininas judaicas da Palestina.

O primeiro a falar foi o reverendo Weston Henry Stewart, bispo da Igreja Anglicana em Jerusalém. Acusou o governo mandatário de, não

obstante ser essencialmente cristão em sua composição, comportar-se às vezes de modo “um pouco áspero em relação aos sentimentos religiosos dos cristãos”. E aproveitou a oportunidade para dizer que era do seu conhecimento que diversos cristãos haviam ficado sentidos pelo fato da Comissão ter realizado, “em respeito aos dias sagrados de outras crenças”, sessões aos domingos. Queixou-se (seriamente) da inexistência no país de uma verdadeira liberdade religiosa, “especialmente quando a liberdade religiosa é interpretada, e achamos que assim deva ser, como liberdade de conversão”. Afirmou existir forte pressão dos dirigentes das comunidades árabe e judaica contra os convertidos (ou desejosos de se converterem) ao cristianismo. E acrescentou ter sido visitado por três judeus ortodoxos que lhe vieram pedir que solicitasse à Comissão o direito dos judeus rigorosamente ortodoxos se organizarem numa comunidade religiosa separada do Vaad Leumi⁴², comentando: “É para mim uma tragédia que um grupo – que não é nem de minha raça nem de meu credo – venha a mim pedir que lhe seja permitido ser uma comunidade religiosa fora da comunidade de seu próprio povo, outrora mola mestra da religião do mundo”.

Seguiu-se com a palavra o reverendo W. Clark-Kerr, moderador da Igreja da Escócia em Jerusalém. Foi sucinto, e na sua breve alocução destacava-se a reivindicação de que, qualquer que fosse o sistema de governo instituído para a Palestina, “cada religião fosse adequadamente representada na administração do país”. Isso, evidentemente, era um tanto vago, mas pouco depois, já no interrogatório, seu colega, bispo Stewart, foi mais explícito, declarando que, “no mínimo, em qualquer forma projetada de governo – supondo-se permaneça a Palestina um Estado unitário – a voz cristã no governo e a participação cristã em qualquer órgão administrativo deveriam ser suficientemente claras e fortes, a fim de manter a justiça para com as minorias cristãs bem como as majorias não cristãs”. Perguntado por Sandström de que modo os interesses cristãos deveriam ser protegidos, disse o bispo Stewart: “Somente se soubéssemos a forma do governo poderia eu responder-lhe”.

Venkata Viswanathan, da Índia (suplente de Sir Abdur), quis saber que medida constitucional ou administrativa era desejada para que fosse assegurado o direito de converter. Afirmou o bispo Stewart não estar em

⁴² Tal pedido já feita, por mais de uma vez, rejeitado pelo governo, da Palestina.

condições de responder, esperando que “esta Comissão responda à pergunta”. Nova pergunta de Viswanathan: se a participação do cristianismo no governo da Palestina seria baseada na minoria cristã da Palestina ou no fato de o cristianismo ser uma das três grandes religiões com interesse pelo país. Respondeu o bispo Stewart que isso dependeria “da proporção de representação que fosse dada às outras religiões. É fato que, no momento, os interesses das duas outras grandes religiões estão sendo pesados não pela sua proporção no país mas sim por sua proporção no mundo. Todo o judaísmo está interessado nos judeus da Palestina. Todo o Islã está interessado nos árabes da Palestina.. E, toda a cristandade está interessada nos cristãos da Palestina. Se as primeiras duas religiões vierem a ser adequadamente representadas, pedimos que a terceira também o seja”. Viswanathan: “Não apenas com base na minoria neste país?”. Reverendo Stewart: “Não apenas com base em sua minoria”.

E com isso passou-se ao item seguinte da agenda. Compareceram, pelas Organizações Femininas Judaicas da Palestina⁴³, as Sras. Rachel Katznelson-Rubatchov e Rebecca D. Sieff.

Falou inicialmente, em hebraico (uma tradução escrita foi entregue à Comissão), a Sra. Katznelson-Rubatchov. Declarou que o Conselho das Organizações Femininas Judaicas da Palestina havia solicitado o privilégio de comparecer perante a Comissão não para repetir “o amplo testemunho que os senhores já ouviram dos representantes do Yishuv e da Agência Judaica, mas porque sentimos que um exame do papel da mulher na construção do Lar Nacional Judaico poderá ajudar a esclarecer aquele problema para o qual foram incumbidos de encontrar uma solução”. Explicou então que o principal objetivo das organizações femininas judaicas sionistas tem sido o de ter uma “participação integral na construção do Lar Nacional Judaico. Isso é natural em mulheres de um povo perseguido e oprimido lutando pela liberdade. Outra característica é o desejo de desenvolver serviços essenciais de saúde, educação e bem-estar social – o que é típico de mulheres de um povo pioneiro”.

⁴³ Integravam as Organizações Femininas Judaicas da Palestina, entre outras, as seguintes sociedades: Hadassah (Organização Sionista Feminina dos Estados Unidos); WIZO (Organização Sionista Internacional Feminina); Conselho Geral das Mulheres Trabalhadoras; Organização Sionista Feminina da Palestina; Mizrahi – organizações femininas nos Estados Unidos e Palestina (religiosas); Organização das Mulheres Pioneiras.

Passou depois às exemplificações. Com relação ao trabalho agrícola afirmou que os movimentos femininos haviam educado gerações de mulheres jovens, na Palestina e na Diáspora, no respeito ao trabalho físico, especialmente da terra. “Parte considerável do esforço e do dinheiro que as organizações femininas despenderam no país destinava-se à instrução agrícola de moças”. Citou a colaboração feminina no campo da educação, bem como sua contribuição ao esforço de guerra (nos serviços auxiliares femininos e nas indústrias bélicas). Mencionou as guerrilheiras palestinas que “morreram em terras estranhas, na esperança de que pudessem salvar os que estavam destinados ao extermínio pelos nazistas”.

E adiante: “Hoje mulheres da Palestina encontram-se nos campos de pessoas deslocadas da Alemanha, Áustria e Itália; entre elas estão mães que deixaram suas famílias na Palestina. Cuidam de crianças, órfãos e jovens que foram vítimas do terror nazista. Elas estão restaurando sua fé na humanidade e incutindo-lhes a esperança de iniciar uma vida nova. E elas podem fazê-lo, pelo que a Palestina significa para elas. No último inverno trabalhei durante vários meses num campo alemão da zona americana. Lá encontrei meninos e meninas e jovens, e assim posso falar com conhecimento de causa. E eu lhes digo, não apenas como sionista mas como mãe judia: não pode haver reabilitação – nem espiritual nem física – para essas crianças enquanto permanecerem nos campos. Independentemente de qualquer solução política, pedimos-lhes que recomendem seja permitido às crianças e jovens dos campos de pessoas deslocadas da Europa e Chipre virem para cá. Aqui nós, mães, os receberemos. Aqui não lhes faltará afeição. E se é experiência que se exige para a educação desses milhares de meninos e meninas, então nossas professoras, enfermeiras e assistentes sociais têm a experiência necessária. Cremos que não pode haver argumento contra esse nosso pedido, o de um povo chorando a perda de um milhão de crianças, assassinadas por mãos vis, que almeja dar aos poucos sobreviventes uma oportunidade de viver na Pátria, pois só o ar e o clima – físico e espiritual – da Palestina podem dar-lhes o que precisam”. E concluindo: “Possa a salvação dessas crianças ser o primeiro passo no caminho da solução que porá fim ao infortúnio do povo judeu”.

A Sra. Sieff tratou da participação das mulheres judias no Movimento Sionista Mundial. Disse ela: “Através de todos os amargos séculos do exílio a mulher judia esteve associada às preces diárias pelo regresso a Sião, e conservou zelosamente aquelas seculares tradições e

festas indissolúvelmente ligadas à vida e ao solo da Terra de Israel. Nas cantigas de ninar com que adormecia seu filho, a mãe judia expressava esse profundo anseio, transmitindo-o de geração em geração. Traduzir essa fé, profundamente enraizada, em termos de organização mundial concreta, abrangendo quase meio milhão de mulheres, não tem sido tarefa fácil. Tem exigido, mesmo, incansável devoção e constante sacrifício pessoal”. Referiu-se ao trabalho realizado pela mulher judia palestina na absorção de crianças salvas da fúria nazista, bem como na reorientação de mulheres já de certa idade igualmente oriundas da Europa ocupada pelos nazistas. E prosseguindo:

E então veio a guerra. Milhões de judeus presos no inferno europeu; todas as saídas fechadas e trancadas! Nessa situação desesperadora nossas mulheres sionistas colocaram-se na vanguarda, demonstrando coragem invencível e qualidades de liderança e heroísmo sob condições nunca antes conhecidas. De onde lhes vinha essa coragem? Do forte sentimento de orgulho e dignidade nacionais que haviam desenvolvido durante duas décadas de intensa atividade sionista. Elas já haviam rejeitado qualquer possibilidade de fuga individual, a fim de manter unidas suas destroçadas e dilaceradas comunidades nas diversas etapas daquela estrada do martírio que levava ao campo de concentração e à câmara de gás. Elas mantiveram viva, até o último alento de seus corpos, a herança cultural do povo judeu. Elas arriscaram e perderam suas vidas naquela mais estranha de todas as atividades de contrabando, escamoteando crianças por fronteiras proibidas ou escondendo-as em hospitaleiros lares não-judaicos. Muitas delas entraram para o movimento clandestino de resistência, encontrando seu caminho entre os guerrilheiros, combatendo ao seu lado nas montanhas e nas florestas. Naquela última resistência heroica do gueto de Varsóvia, aquela batalha pela liberdade sem paralelo na história do mundo, nossas jovens lutaram e tombaram. Um simples punhado sobreviveu para contar a história.

Expressou a Sra. Sieff os agradecimentos das organizações que representava à UNRRA e a países como a Suécia e a Suíça “que fizeram tudo que lhes era possível para ajudar a salvar e cuidar dos milhares que conseguiram alcançar suas fronteiras acolhedoras”. Adiante disse:

Somente homens e mulheres desesperados por atingir seu lar, e nenhum outro lugar, seriam capazes de concentrar a força necessária para atravessar essas barreiras impostas pelos seus assim chamados

libertadores e navegar em alto mar em tão precárias embarcações e sob tão indescritíveis condições. Entre eles grande número de mães gestantes e mulheres com criancinhas nos braços. Será preciso dizer mais? Tem sido necessária a força da Marinha de Guerra britânica para impedir que esses destroços humanos desembarquem na pátria e para escoltá-los aos novos campos de concentração de Chipre, onde ainda ontem proclamaram uma greve de fome em protesto contra as sórdidas e degradantes condições sob as quais são mantidos.

Após solidarizar-se integralmente com as exigências políticas da Agência Judaica para uma imigração livre e um Estado independente, concluiu a Sra. Sieff:

Mas há uma questão vital, que não admite um momento de atraso e que nós, na qualidade de mulheres e mães, sentimos ser nosso sagrado dever e nosso direito moral colocar diante das Nações Unidas: que as 30.000 crianças sobreviventes nos campos de pessoas deslocadas na Europa e as 2.000 agora em Chipre sejam imediatamente entregues aos cuidados do Yishuv. Como poderemos fazer o mundo compreender que quase todas essas crianças são os únicos sobreviventes de famílias inteiras e estão inteiramente sem parentes? Podem os senhores imaginar o estado psicológico de uma tal criança – depois do que seus olhos testemunharam e depois daquilo que ela sobreviveu? O riso está banido de seus lábios. Até mesmo nos jogos que vi crianças brincando num campo há pouco instalado perto de Frankfurt, não havia alegria infantil, nem aquela espontaneidade que deveria ser o direito inato de cada criança. A mulher judia almeja restaurar esse direito inato até onde for humanamente possível. Onde mais poderá isso ocorrer senão com essa vida vigorosa que é a da Palestina judaica, juntamente com sua jovem geração saudável e normal?

Senhores: esta não é uma situação com a qual se possa lidar através de fórmulas comuns ou métodos normais de procedimento. Pedimos-lhes que, como representantes das Nações Unidas e como simples membros da raça humana, se associem à nossa solicitação pela imediata libertação de nossas crianças.

Não descansaremos, e nem, senhores, lhes daremos descanso, até que tenhamos trazido nossas crianças para casa.

Não havendo quem quisesse fazer perguntas (Sir Abdur não se achava presente), Sandström encerrou a sessão às 13:25h e convocou outra

para o domingo de manhã, dizendo: “Lamento que sejamos obrigados a ter audiências no domingo, mas o tempo de que dispomos é tão curto que se quisermos levar a cabo nossa tarefa não podemos deixar de fazê-lo”.

No sábado, 12 de julho, não houve sessão da UNSCOP, mas nesse dia o clima de drama e *suspense* em que se achava imersa a Palestina viu-se subitamente aguçado – e mais uma vez foi o Irgum que disso se incumbiu. Local: a pitoresca cidade de Nathanya; à noite. Dois sargentos britânicos e um funcionário judeu do Departamento da Guerra passeavam tranquilamente pelas ruas daquela pequena cidade à beira-mar; de repente aproximou-se deles um carro do qual saltaram alguns homens armados que lhes ordenaram entrar na parte traseira do veículo, amarrando-os firmemente com cordas. Quando o funcionário judeu conseguiu provar sua identidade foi – amarrado como estava – jogado num laranjal com a recomendação de não fazer qualquer tentativa para sair dali durante quatro horas. O carro seguiu. Não houve testemunhas.

As autoridades britânicas replicaram ao rapto com um ultimato: Nathanya deveria apresentar, ilesos, os dois sargentos, o mais tardar até as 19 horas do dia 14. De nada adiantaram os protestos dos habitantes da cidade, que alegaram, com razão, não poderem ser responsabilizados; inúteis também foram as buscas efetuadas pela Haganah para encontrar os dois reféns. Esse acontecimento teve repercussões sérias na Inglaterra, em cujas principais cidades (Londres, Liverpool, Manchester) ocorreram manifestações antissemitas. Mas, mantendo a ordem cronológica que estamos seguindo, voltemos por ora ao inquérito das Nações Unidas, deixando para mais além a sequência do rapto.

Na sessão de 13 de julho (domingo) foram ouvidos representantes do Partido Comunista da Palestina. Falou inicialmente o secretário do partido, Samuel Mikunis. Muita coisa do que afirmou foi, é óbvio, apresentado sob a perspectiva característica do seu partido, mas nem por isso deixou ele de dizer algumas verdades bastantes contundentes. Acusou as comissões de inquérito anteriores de parcialidade, visto terem sido instituídas pelo “imperialismo britânico”. Qualificou de auspiciosa a presença da UNSCOP na Palestina, por demonstrar “que os esforços das massas judaicas e árabes para retirar o problema das mãos do imperialismo foram até certo ponto bem sucedidos”, mas lamentou a não participação da URSS na Comissão.

Sobre a administração britânica assim se expressou:

O imperialismo vem há trinta anos mantendo seu domínio na Palestina, governando nosso país como se fosse uma colônia da Coroa. Foram anos de opressão, de dominação política, econômica e militar sobre toda a população da Palestina – tanto árabe quanto judaica. Anos de miséria, desemprego, desmandos cometidos por forças militares e policiais, esforços planejados e conscientes para manter o atraso econômico, social e cultural do nosso país.

Foram anos de terror e opressão, dirigidos contra o nascente movimento nacional de libertação e a classe camponesa, contra as forças anti-imperialistas e patrióticas; anos de prisões e deportações, multas coletivas, terror policial e lei marcial. Um regime colonial opressivo e manchado de sangue, de encorajamento e manutenção da tensão e do antagonismo entre árabes e judeus, de negação das mais elementares liberdades civis, e de exploração do povo. Pobreza nas áreas agrícolas, trabalho suado nas cidades, condições precárias nas plantações cítricas, uma situação pavorosa no que se refere a moradias, sem qualquer esforço do governo para limpar os cortiços dos arredores das principais cidades. Prisões em vez de escolas, campos de concentração em vez de hospitais!

...As forças militares e policiais foram aumentadas a tal ponto que há agora um soldado ou policial para cada 13 cidadãos; e no entanto, com o aumento das assim chamadas “medidas de segurança” a insegurança aumentou... De acordo com o orçamento para o ano 1947-48 a despesa está estimada em cerca de 24.500.000 libras. O principal item de despesa refere-se a Polícia e Prisões, atingindo 7.000.000 de libras, ou 30% do orçamento.

O domínio militar-policial na Palestina se expressa não só pela magnitude dos estabelecimentos policiais e penais mas também pelas ordens e regulamentos concedendo a cada policial e soldado poderes quase ilimitados sobre todos os cidadãos.

O Regulamento de Defesa (de Emergência) de 1945, publicado no Suplemento à *Gazeta Oficial* de 27.9.45, aboliu os últimos vestígios de liberdade pessoal, liberdade de consciência, de palavra, de imprensa e de reunião.

Os métodos utilizados por essa administração de “defesa” tornaram os cidadãos da Palestina completamente indefesos contra a crueldade policial. Turmas especiais britânicas, segundo consta, raptaram

Rubowitz, e nunca mais se soube algo da vítima⁴⁴. Nosso camarada Sjoma Mirojanski não foi mais visto depois de cair nas mãos da polícia em 7 de julho de 1941. Antes da guerra refugiados políticos antifascistas eram deportados para países fascistas sob suspeita de serem comunistas.

...A vida política da Palestina, após 30 anos de domínio britânico, caracteriza-se pela ausência de quaisquer instituições legislativas ou executivas democráticas. O domínio britânico impediu a democratização do país, sabotando até mesmo as mais elementares medidas iniciais.

...Todo poder acha-se investido no alto-comissário... O alto-comissário pode nomear prefeitos e prefeitos-substitutos, dentre os conselheiros, contra o voto da maioria do conselho municipal – como foi feito em Tel Aviv. O alto-comissário pode dispensar um prefeito, um prefeito-substituto, ou todo um conselho municipal – como foi feito em Jerusalém e nove outras municipalidades... Eleições para os conselhos municipais são adiadas repetidas vezes pelo governo a fim de manter no poder maiorias reacionárias. Na maioria das municipalidades não se realizam eleições há doze anos.

...Como em qualquer colônia do Império, o governo britânico usa o povo e os recursos da Palestina como objetos da mais gritante exploração. As principais posições econômicas do país encontram-se em mãos britânicas, como as concessões do mar Morto e de eletricidade, refinarias e oleodutos, companhias de seguros, grandes bancos⁴⁵.

...Após 30 anos de domínio britânico 70% da população árabe da Palestina é completamente analfabeta... As poucas escolas profissionais e instituições agrícolas existentes no país foram estabelecidas com recursos particulares, sem qualquer ajuda governamental.

⁴⁴ Alexander Rubowitz, jovem de 16 anos supostamente ligado ao Grupo Stern, desaparecera a 6 de maio. Diz Kirk – não obstante sua intransigente parcialidade pró-britânica – que ele fora “evidentemente sequestrado por uma unidade de comandos da Polícia palestinese, recentemente formada sob a chefia do major Roy Farran”; e acrescenta: “Rubowitz nunca foi encontrado, vivo ou morto”. Farran seria submetido a julgamento por corte marcial em outubro; foi absolvido (por falta de provas).

⁴⁵ Em relação a isso deu Mikunis uma série de exemplos (que seria fastidioso enumerar aqui), abrangendo igualmente outros aspectos da política econômica britânica na Palestina.

...Em muitas indústrias e fábricas ainda é comum o trabalho infantil. O próprio governo emprega crianças de dez anos em diante, com salários extremamente baixos, na construção de estradas, prédios, etc., especialmente nos distritos árabes do sul da Palestina.

O problema da imigração foi qualificado por Mikunis como uma “arma secreta” do imperialismo, destinada a “distrair os povos deste país de sua luta pela liberdade e em vez disso incitá-los um contra o outro”. Mas acrescentou:

A terrível tragédia do povo judeu é, de um modo geral, conhecida. Milhões de pessoas de diversas nações foram aniquiladas pelos criminosos fascistas. Mas não há povo algum cujo sangue tenha sido derramado em tanta quantidade quanto o do povo judeu. Todavia, um quarto de milhão daqueles que sobreviveram a essa horrenda destruição ainda definha – dois anos após o término da guerra – em campos de detenção sob condições terríveis. Esse fato por si só é uma vergonha e uma marca de Caim na testa daqueles que tanto gostam de falar de “cultura ocidental” e que abrem escancaradamente as portas dos seus países a fascistas e colaboradores nazistas, enquanto as mantêm firmemente fechadas para os judeus vítimas do fascismo.

Pediu Mikunis a imediata liquidação dos campos de detenção e a livre imigração na Palestina dos que assim o quisessem, “tomando em consideração o desejo de se juntarem a parentes”. Declarou que era vontade dos judeus e árabes da Palestina conseguirem uma “Palestina Árabe Judaica independente, livre e democrática”. Rejeitou a ideia de partilha, por contrária aos interesses políticos e econômicos dos dois povos, manifestando-se favorável a um Estado binacional “em que judeus e árabes tivessem direitos iguais”. E concluiu formulando os seguintes pedidos: 1) devolução e ampliação das liberdades civis “roubadas”; 2) abolição de todos os regulamentos de emergência; 3) abolição da pena capital e revogação das sentenças de morte recentemente impostas; 4) abolição do sistema de deportação de habitantes do país, independentemente de nacionalidade e opiniões políticas; 5) promulgação de leis para reconhecimento dos direitos dos sindicatos.

O orador seguinte foi o Dr. Walter Ehrlich, membro do Comitê Central do Partido Comunista da Palestina. Também ele falou sobre o estado de tensão reinante no país e as medidas restritivas, repressivas e opressivas das autoridades britânicas, mas acrescentou que, no momento,

muita coisa havia melhorado devido à presença da Comissão (“Há muitos meses que os soldados não têm demonstrado a moderação que agora adotam”).

Referiu-se a Jerusalém, onde residia. “Que fizeram à nossa cidade? Centenas de famílias foram despejadas de apartamentos, lojas e escritórios. Deram-nos 48 horas para sair e levar nossos pertences para onde quer que fosse possível. Os quarteirões dos quais as pessoas foram expulsas estão cercados de arame. Existem quatro assim chamadas zonas de segurança que cortam os dois caminhos principais da cidade. Acampamentos militares foram estabelecidos dentro da cidade, exemplo impressionante de ocupação militar. Passaportes para as zonas de segurança são emitidos muitas vezes com a ‘raça’ do portador inscrita com a letra ‘J’, modo igual ao como os nazistas marcavam os passaportes dos judeus alemães. Durante semanas impuseram-se toques de recolher noturnos, e por muitos dias também toques de recolher diurnos. Os toques de recolher na Palestina são impostos como punição coletiva, sem justificação moral ou legal”.

E adiante: “A imigração na Palestina tem sido explorada pelo governo britânico para toda uma série de provocações. Refugiados desarmados são aqui recebidos pela marinha e exército com navios de guerra e tanques. Gás lacrimogêneo foi usado contra eles; em muitas ocasiões atiraram neles, e muitos foram mortos a tiros ou espancados até morrer. Os restantes são postos em jaulas e internados em Chipre, por trás de filas duplas de arame farpado... O soldado que se achava postado na Palestina durante a guerra antifascista era amistoso com o povo. Hoje, os soldados estacionados na Palestina são sistematicamente instruídos no espírito do racismo, e no espírito de um exército de ocupação em território inimigo. Eles foram alimentados com o veneno do antissemitismo”.

Deu, a seguir, alguns exemplos da conduta de militares britânicos:

A 30 de junho de 1946 o toque de recolher imposto em Tel Aviv foi levantado à meia-noite. Dez minutos após a meia-noite, Amram Rosenberg, andando com sua irmã pela Rua Ben-Yehuda, foi morto pelas costas por um oficial britânico. Este confessou o assassinato, mas foi condenado a desligamento do exército.

A 24 de abril de 1946 um soldado de nome Carson estava de guarda no limite Jaffa-Tel Aviv quando se aproximou um grupo de seis árabes, um deles usando dois relógios de pulso. O soldado exigiu um

dos relógios, e quando o árabe respondeu que pertencia a um amigo, Carson o matou, roubando-lhe o relógio. O fato foi testemunhado por muitos, mas a alegação do soldado de que a bala escapara acidentalmente de seu fuzil foi aceita pelo tribunal britânico. Carson foi posto em liberdade.

A 8 de abril de 1947 Moshe Cohen, comerciante em Jerusalém, de 43 anos, foi morto a tiros, a caminho de sua casa, por uma patrulha britânica.

Esther Tobi foi morta a tiros enquanto esperava numa estação de ônibus. Aboud Mizrahi foi morto a tiros quando ia para casa acompanhado de sua filha. Kati Shalom, uma menina de 4 anos, foi morta a tiros numa varanda. Ismail Ibn Mahmud, um rapaz árabe, foi morto próximo à ponte em Herzlia; quando sua mãe acorreu em seu auxílio foi espancada, pontapeada e pisada pelos soldados... Durante os distúrbios de 1936-39 um policial britânico foi ferido; em consequência disso uma patrulha britânica pegou ao acaso três jovens na localidade mais próxima, Gilat el Haritia, matando-os na praça do povoado.

Concluiu o Dr. Ehrlich solicitando à Comissão que recomendasse a urgente evacuação das forças britânicas da Palestina, por ser um “imperativo para a paz e o desenvolvimento do país”, bem como um “imperativo para a evolução pacífica do Oriente Médio”.

O terceiro e último representante do Partido Comunista da Palestina a falar foi Meir Vilner. Iniciou sua exposição com uma crítica aos planos até então apresentados para a Palestina. Criticou também a Agência Judaica e o Dr. Weizmann por aceitarem a ideia de partilha. Declarou que os partidos dos trabalhadores – Hashomer Hatzair, Ahdut Avodah e Poale Zion – foram proibidos pela Agência Judaica de comparecer perante a Comissão por serem contrários à partilha. “Quando a Agência Judaica solicita a partilha da Palestina, ela não expressa a opinião pública do Yishuv”. Afirmou (dizendo que o fazia de modo “claro e inequívoco”) que a cooperação árabe-judaica era possível, e exemplificou: em greves, no combate aos gafanhotos, etc. Qualquer solução política, para tornar-se aceitável às massas árabes e judaicas da Palestina, deveria ser baseada na independência da Palestina e no reconhecimento do direito de ambos os povos à independência – numa Palestina unida, livre e democrática – com igualdade completa de direitos civis, nacionais e políticos.

Submeteu, em nome de seu partido, um plano para a solução do problema palestinese, plano esse consubstanciado nos seguintes itens: 1) revogação do mandato e proclamação da independência da Palestina pelas Nações Unidas; 2) designação, pelo Conselho de Segurança, de uma comissão para executar as decisões das Nações Unidas e restaurar as liberdades democráticas das quais os habitantes da Palestina haviam sido privados; 3) judeus e árabes, livres de pressão estrangeira, decidirão espontaneamente se a Palestina independente deverá ter uma estrutura binacional ou federativa.

Após breve intervalo teve início o interrogatório, com Sandström indagando o número de membros do Partido Comunista. Respondeu Mikunis que o partido funcionava sob condições muito difíceis, tendo 1.400 membros militantes, mas além desses havia milhares de simpatizantes, todos judeus (isso porque os comunistas árabes, por motivos de organização, se achavam filiados à Liga Pró-Libertação Nacional)⁴⁶. Outra pergunta de Sandström versou sobre a imigração, tendo os representantes comunistas insistido que, uma vez alcançada a independência, tudo seria resolvido pacífica e satisfatoriamente, pelos próprios judeus e árabes. Sandström, com razão, mostrou-se cético.

Sir Abdur quis saber, considerada a desproporção numérica entre árabes e judeus na Palestina, o que Vilner entendia por “direitos iguais” a ambos. Respondeu Vilner: “Nossa proposta é que, independente de números, os dois povos tenham direitos iguais”. Pouco adiante – era ainda o mesmo assunto que se achava em debate – Mikunis citou o exemplo da Iugoslávia, onde havia quatro ou cinco povos, proporcionando a constituição democrática do país igualdade de direitos para todos eles. Às 14:05h – sem que se houvesse chegado a acordo sobre o conceito de “direitos iguais” – Sandström encerrou a sessão convocando outra para a manhã seguinte.

⁴⁶ Um trabalhador árabe, residente em El-Bassa, localidade próxima a Safed, disse a García-Granados que somente em Naifa havia alguns milhares de comunistas árabes. Mas o comissário distrital assistente para a área de Safed (funcionário britânico), que assistira à conversa, declarou ser essa informação grandemente exagerada, dizendo: “Há, no máximo, algumas centenas, e embora se digam comunistas tenho a certeza de que sabem muito pouco a respeito de comunismo”.

A sessão de segunda-feira, 14 de julho, teve início às 9 horas, sendo dada a palavra ao diretor da Universidade Hebraica, Dr. Judah L. Magnes, falando em nome da Associação Ihud (União). É interessante notar que as teses do Dr. Magnes (homem de um idealismo intenso e profundo, por todos reconhecido)⁴⁷ se assemelhavam às defendidas pelos representantes comunistas. Declarou o Dr. Magnes: “Sustentamos que a cooperação árabe-judaica é não só necessária à paz nessa parte do mundo como também possível. Sustentamos, baseados na experiência dos últimos 25 anos, que nunca se fez da cooperação árabe-judaica um objetivo político principal, quer por parte do governo mandatário, quer pela Agência Judaica, quer por aqueles representando os árabes. Encaramos isso como o grande pecado de omissão cometido durante todos esses anos. As relações árabe-judaicas constituem o mais importante problema político que temos de enfrentar.”

Afirmou o Dr. Magnes ser a Palestina um país *sui generis*, onde os árabes possuíam direitos naturais e os judeus direitos históricos; a questão, portanto, era “como se poderá chegar a um acordo honroso e justo”. E pouco adiante: “Propomos que a Palestina se torne um país binacional formado por duas nacionalidades iguais, judaica e árabe, um país onde cada nacionalidade terá direitos políticos iguais, independente de quem seja maioria ou minoria⁴⁸. Chamamos a isso de ‘Paridade Política’”. Citou a propósito o exemplo da Suíça, onde essa experiência vinha-se realizando com êxito há mais de cem anos, com “três nacionalidades distintas, cada uma delas conservando zelosamente sua própria cultura, e ao mesmo tempo mostrando-se cidadãos fiéis do Estado político”.

Propôs ainda a admissão imediata de judeus e árabes (em número igual) nos postos de chefia do serviço público palestinese, seguida pela transferência transitória (embora admitindo um período de tempo provavelmente considerável) da administração da Palestina para as Nações Unidas, e, posteriormente, a eleição de uma assembleia constituinte. Solicitou a concessão de certificados de imigração a 1.000.000 de judeus, e mais tarde o prosseguimento da imigração judaica até que fosse atingida a igualdade numérica com os árabes. Concluiu manifestando-se contrário à partilha – por razões religiosas, históricas, políticas e econômicas –

⁴⁷ García-Granados: “Um judeu venerável, erudito e idealista”.

⁴⁸ O Dr. Magnes, conforme vimos no capítulo precedente, já apresentara proposta semelhante à Comissão Anglo-Americana.

afirmando que, se concretizada, seria um grande desastre, tanto para os judeus quanto para os árabes.

À pergunta de Sandström se desejava um intervalo, respondeu o Dr. Magnes: “Não; estou preparado para uma longa sessão com os senhores”. Assim foi dado logo início ao interrogatório, no decorrer do qual o Dr. Magnes – conforme também fizera perante a Comissão Anglo-Americana – sugeriu a divisão da Palestina em cantões, e assegurou saber, por conhecimento próprio, que havia árabes “inteiramente favoráveis a essa ideia binacional de dois povos iguais na Palestina”. Declarou que a situação no país deteriorara, fundamentalmente, devido à não concessão dos 100.000 certificados de imigração, e, em sua opinião, “tecnicamente desde quando a Agência Judaica adotara como seu programa oficial o Estado Judeu para a Palestina”. Travou-se então o seguinte diálogo:

Sandström – É justo dizer-se que a desconfiança árabe foi despertada por essa exigência de um Estado Judeu?

Magnes – Sem dúvida.

Sandström – Que a exasperação aumentou de ambos os lados?

Magnes – Sim.

Sandström – Que há aqui um estado de coisas um tanto nervoso?

Magnes – Sim.

Sandström – Não acha, porém, que é muito tarde para pôr à prova sua ideia?

Magnes – Nunca é tarde para se fazer algo de bom.

Pouco depois, o Dr. Magoes reconheceu que a maioria da população judaica da Palestina era favorável a um Estado Judeu. “Um Estado Judeu uninacional?”, perguntou Sandström; e o Dr. Magnes respondeu: “A favor de um Estado Judeu de qualquer espécie”.

Adiante vieram as perguntas de Sir Abdur Rahman, dando mais uma vez maior animação ao interrogatório:

Sir Abdur – Não acha que os judeus que têm vivido há longo tempo neste país sentem-se mais aparentados aos árabes do que com os judeus que vieram da Europa e outros lugares?

Dr. Magnes – Isso é natural, pois puderam conhecer-se mutuamente, o modo de vida e a língua de cada um, temem-se menos um ao outro, parecem-se menos estranhos.

Sir Abdur – Não acha que os judeus que aqui têm vivido consideram os judeus vindos de outros lugares como sendo quase uma nação diferente?

Dr. Magnes – Não; aconselho-o a não dar crédito a quem lhe disse isso.

Sir Abdur – Então em sua opinião, no que concerne aos judeus, religião e nacionalidade são a mesma coisa?

Dr. Magnes – Não sei se compreendi bem o sentido de sua pergunta.

Sir Abdur – Se o senhor identifica a nacionalidade judaica naqueles que creem na fé judaica.

Dr. Magnes – Não; há aqueles que abandonaram a fé judaica – assim dizem – e no entanto são judeus, pertencendo à nacionalidade judaica. Há muitos casos desses.

Sir Abdur – E o vice-versa da afirmação que acaba de fazer?

Dr. Magnes – Isto é, aqueles que são judeus por religião não o serem por nacionalidade? Bem, acho difícil. Poderá haver alguns judeus. Eles poderão alegar que não são membros da nacionalidade judaica, pois esta pressupõe, em geral, o ter nascido na nação judaica.

Ao ceticismo manifestado pelo juiz Rand (Canadá) quanto a uma garantia constitucional assegurando a paridade, retrucou o Dr. Magnes expressando sua confiança na ação das Nações Unidas, “algo que nunca existira antes”.

Findas as perguntas ao Dr. Magnes, determinou Sandström um breve intervalo, após o qual foi convidado a subir ao estrado em que se encontrava a Comissão outro representante do Ihud, o engenheiro Dr. M. Rainer⁴⁹. Fê-lo acompanhado pelo Dr. Magnes. Instado por Blom, apresentou o Dr. Rainer suas “objeções técnicas muito sérias” à partilha. A primeira dizia respeito à população: o Estado Judeu conteria uma imensa minoria árabe que se consideraria como pertencendo a uma nação árabe,

⁴⁹ O Dr. Rainer fora, durante 25 anos, um dos engenheiros-chefes do Departamento de Obras Públicas da Palestina.

resultando disso um Estado Judeu apenas nominal (e mesmo que a imigração ocasionasse um grande aumento da população judaica, continuaria a existir sempre uma considerável minoria árabe, tornando-se necessário um governo praticamente binacional.). A segunda era relativa ao território: “enquanto a maior área pretendida seria apenas nominalmente um Estado Judeu, a menor área possível que poderia ter esse Estado não seria conveniente pois impediria a imigração”. Terceira: dificuldades de comunicação (lembrou a propósito o caso do “corredor polonês”). Em quarto lugar citou o problema das alfândegas. As duas últimas objeções referiam-se aos prejuízos que uma partilha acarretaria aos planos de desenvolvimento econômico e de irrigação.

Após nova e inconclusiva troca de opiniões sobre dificuldades e possibilidades de partilha ou de um Estado binacional, indagou Sandström: “Há alguma pergunta mais?” Havia sim, do representante do Canadá:

Rand – Estou pensando no objetivo mais ou menos universal, ou sonho, ou, poderíamos dizer, alvo espiritual do povo judeu, de possuir uma pequena parcela da superfície da Terra de que pudesse dizer que era exclusivamente sua.

Magnes – Bem, se dependesse apenas de mim, e se tivéssemos as mãos livres, eu criaria um Estado Judeu. Há muitos judeus, na América e em outros lugares, que se opõem por princípio a um Estado Judeu. Não sou um deles. Gostaria de ver o povo judeu carregando o fardo da direção de um Estado. Eles poderiam então, talvez, acrescentar algo aos tesouros espirituais da humanidade. Mas não cabe a mim decidir. Não há nenhuma *tabula rasa*. Temos aqui neste país dois povos. Uma das maneiras de tentar fugir a isso tem sido procurar algum outro território. Certa vez o governo britânico ofereceu aos judeus estabelecerem-se em Uganda. O povo judeu recusou. Por quê? Porque não era a Palestina. Outros países poderiam oferecer espaço ao povo judeu sem lar. O povo judeu não está interessado nisso. Aliás, devo dizer que estou surpreso por não terem algumas das grandes potências aberto suas portas a algumas das pessoas deslocadas judaicas, concentrando-se todas sempre só e exclusivamente na Palestina para o recebimento dessas infelizes vítimas do terrível holocausto. Mas o povo judeu teria recusado. Quando digo povo judeu, quero com isso significar que a história judaica, o futuro judaico, o recusariam, como o têm recusado até agora. De modo que nos encontramos nessa situação peculiar, nós,

um povo peculiar, é assim que somos denominados em nossa Bíblia – e somos um povo peculiar, às vezes no bom sentido e às vezes, talvez, num sentido menos bom – e este é um país peculiar, no qual, conforme temos concordado, milhões de pessoas estão interessadas, e é aqui que, com bons propósitos, desejamos estabelecer nosso Lar Nacional, e o estamos estabelecendo.

Agora, se pensam que com essa divisão, essa partilha, estão respondendo ao anseio secular do povo judeu por um nicho no mundo, por um lar, por seu próprio Estado, acredito eu que essa é uma concepção errônea. Isso não responde às necessidades judaicas. É pequeno demais. Há nesse Estado uma minoria demasiado grande de árabes, e demasiadas dificuldades administrativas, econômicas, sociais e educacionais. Se pudessem dar ao povo judeu a Palestina, toda a Palestina, como o querem muitos judeus – temos entre nós partidos que afirmam que todo esse falatório, todo o nosso falatório e o falatório de partilha e tudo mais é tolice; o que o povo judeu exige é a Palestina de ambos os lados do Jordão, e alguns chegam mesmo até o Eufrates, porque em nossa Bíblia as fronteiras da Palestina foram por vezes fixadas do Nilo ao Eufrates (o que, é claro, não nos poderiam dar) – isso talvez pudesse vir de encontro a essa grande necessidade histórica do povo judeu de ter alguma espécie de Estado que o tornasse equivalente, como Estado, aos de alguns dos outros povos do mundo. Mas pegar esse minúsculo país – os senhores viram como é pequeno.

Rand – Terá, por seus limites geográficos, que ser necessariamente simbólico, mas o que o senhor diz é que esse anseio deverá permanecer eternamente insatisfeito.

Magnes – O que eu digo é que enquanto a Palestina for habitada por dois povos e enquanto não tivermos uma ou duas gerações de experiência e de experimentos, de erros e acertos, de resolver as coisas conjuntamente, afirmo que o povo judeu terá que passar sem isso, como o tem feito por muitas centenas de anos. Tenho a convicção profunda de que aqui o povo judeu pode demonstrar capacidade criadora, e é isso que visamos, acima de tudo. Além disso, aumentando a imigração até a paridade nesse Estado binacional, mesmo que não cheguemos a alcançar nossa legítima ambição de ter um Estado no mundo que possamos chamar nosso, estou certo de que será mais fácil encontrar a solução. Não creio que a tarefa possa ser realizada de outra maneira.

Com a transferência (para a manhã de terça-feira, 15 de julho) do item seguinte da agenda (novamente representantes do Partido Comunista da Palestina), e o não comparecimento, por motivo de indisposição, do rabino Joseph H. Duschinsky, rabino-chefe da comunidade judaica ortodoxa (asquenazim) de Jerusalém, foi às 13:50h encerrada a sessão.

Cinco horas depois expirava o prazo do ultimato britânico exigindo a libertação dos dois sargentos. Estes, contudo, não apareceram. De manhã a emissora do Irgun anunciara: “Os dois sargentos estão sendo mantidos em local onde podem permanecer por um mês ou mais. Não os entregaremos até que sejam comutadas as sentenças contra os nossos homens”. Na hora marcada (19 horas) Nathanya e cerca de vinte localidades adjacentes foram postas sob lei marcial, ficando a área completamente isolada do resto da Palestina – comunicações telefônicas e telegráficas interrompidas, habitantes sob regime de prisão domiciliar e portanto impedidos de se locomoverem para outros lugares, e até mesmo proibição de entrada de alimentos. Buscas efetuaram-se em todas as residências, e todos os judeus do sexo masculino, de idade compreendida entre 16 e 40 anos, foram submetidos a rigorosa revista e interrogatório. Tudo, porém, em vão.

No dia 15 realizou a UNSCOP duas sessões, uma secreta e outra pública, ambas no local costumeiro (edifício da YMCA). Na sessão secreta, iniciada às 9 horas, foi ouvido o frade franciscano irmão Simon Bonaventure; veio ele representando o Custódio da Terra Santa, Alberto Gori, representante oficial do Vaticano para os Lugares Santos na Palestina, cujos pontos de vista vinha expor⁵⁰. Declarou ele que, sentindo-se a isso obrigado por um dever de consciência, vinha auxiliar a Comissão a dar cuidadosa atenção aos interesses da cristandade na terra sagrada da Palestina. Afirmou:

Somos indiferentes à luta política que atualmente agita a Palestina atraindo a atenção mundial. Todavia, em vista dos insistentes pedidos de autonomia política – seja partilha ou soberania independente, se algum dia tal eventualidade se concretizar – é de máxima importância adotarem-se sólidas garantias internacionais compreendendo medidas de proteção eficazes para a segurança e preservação desses santuários cristãos. Seria um tanto forçado

⁵⁰ A Comissão recebera, da mesma fonte, um memorando “sobre os desejos dos católicos na Palestina”.

esperar que um governo não cristão demonstre uma consideração ativa e simpática por Lugares Santos cristãos dos quais têm pouco ou nenhuma compreensão... Livre acesso permanente a todos os santuários e a celebração sem embaraços de ofícios religiosos devem necessariamente constituir pré-requisitos para qualquer *modos vivendi* a ser estabelecido.

Concluindo, expressou a “firme esperança” de que seria dada séria atenção ao “importantíssimo problema” dos Lugares Santos nas recomendações à Assembleia Geral, “independente de qualquer nova solução política – provisória ou permanente – que possa ser estabelecida”.

Tendo frei Bonaventure defendido a ideia de um enclave para Jerusalém, perguntou-lhe Sandström se a Cidade Velha seria suficiente. Respondeu o frade que “de maneira alguma”.

O juiz Rand quis saber qual a base legal do Vaticano para sua jurisdição sobre os Lugares Santos. Respondeu frei Bonaventure que isso vinha desde o tempo da dominação turca. Mas Rand não se deu por satisfeito:

Rand – Suponho que há uma divisão de interesses entre as várias denominações religiosas.

Bonaventure – Bem, cada denominação cuida dos seus próprios santuários.

Rand – Como é que conseguem seus santuários?

Bonaventure – Já disse – pelo regime turco.

Rand – A divisão foi feita pelos turcos?

Bonaventure – Sim.

Rand – E desde então continua a mesma divisão?

Bonaventure – Mais ou menos.

Rand – Foi mudada como? O senhor disse “mais ou menos”; se não é exatamente a mesma, foi então a Potência governante que a mudou, ou foi o Custódio?

Bonaventure – Não, o Custódio não a modifica de forma alguma. Ele pode mudar aquilo que está sob sua jurisdição. Mas onde há questões de propriedade de santuários com outras comunidades, aí, é claro, temos o governo mais ou menos como um supervisor.

Rand – O governo civil?

Bonaventure – Sim, naturalmente.

Rand – E têm sido feitas modificações pelo governo civil?

Bonaventure – Bem, isso, senhor delegado, diz respeito à questão do *status quo*, e isso realmente não entra no âmbito...

Rand – Desculpe interrompê-lo, mas estou apenas procurando descobrir a jurisdição. Gostaria de conhecer o aspecto legal dessa coisa. Se não mo quiser dar, está muito bem; poderei obtê-lo em outra parte.

Bonaventure – Não, está bem. Dar-lho-ei da melhor maneira que me seja possível. Através de 600 anos tem sido reconhecido legalmente, desde que aqui estamos.

Rand – Quanto a isso não tenho dúvidas, mas quero conhecer a natureza da pretensão legal subjacente.

Bonaventure – Bem, durante o regime turco o governo declarou que esta comunidade deveria ter este santuário e aquela comunidade deveria ter aquele santuário. Essa a base para o atual *status quo*.

Rand – E qualquer modificação viria do governo existente?

Bonaventure – Certamente.

Sir Abdur quis saber por que o Santo Sepulcro estava em tão mau estado, e por que as comunidades cristãs não faziam os reparos de que carecia. Mas Sandström cortou o assunto dizendo ter um relatório a respeito.

Pouco adiante Fabregat perguntou: “Considera o senhor ser do interesse da cristandade que todos os Lugares Santos e santuários sejam mantidos sob uma jurisdição especial?”. Resposta de frei Bonaventure: “Num governo não cristão eu diria, sem hesitar, sim”.

Blom indagou se existiam muitos Lugares Santos cristãos sobre os quais a Igreja Católica Romana não tinha jurisdição. Respondeu frei Bonaventure que havia alguns, mas poucos.

Com a promessa de frei Bonaventure de encaminhar à Comissão uma lista de todos os Lugares Santos da Palestina, estivessem ou não sob

jurisdição católica (Sir Abdur pediu que fossem também assinalados os santuários que estivessem em litígio), foi encerrada a breve sessão secreta.

A sessão pública teve início às 11:25h com Sandström convidando os três representantes do Partido Comunista (Mikunis, Ehrlich e Vilner) a tomarem assento à mesa para serem interrogados. No decorrer da inquirição Mikunis se referiu às medidas tomadas na véspera pelas autoridades britânicas em Nathanya e arredores: “Penso ser justo protestar aqui contra essa punição coletiva. Pergunto se tais medidas seriam aplicadas contra Manchester e Liverpool caso dois soldados fossem lá raptados”. Pouco adiante, ao acusar a Inglaterra e o Canadá de fecharem suas portas às vítimas judaicas do fascismo abrindo-as porém a bandidos nazistas, foi Mikunis advertido por Sandström.

Sir Abdur perguntou a Mikunis (dizendo-lhe: “Não quero discurso, quero somente sim ou não”.). se os comunistas palestinos apoiavam a ideia apresentada pelo Dr. Magoes de um Estado binacional. Mikunis começou procurando esquivar-se de uma definição a respeito, acabando contudo por afirmar, de maneira um tanto vaga, que fazia objeções à concepção do Dr. Magoes embora apreciase sua atitude e seu trabalho em prol da cooperação árabe-judaica. Com Sir Abdur declarando não estar satisfeito mas que não faria mais perguntas, findou esse item da agenda.

A seguir compareceram perante a Comissão dois representantes da Liga Pró-Reconciliação e Cooperação Judeu-Árabe⁵¹: Dr. Ernst Simon e Aharon Cohen.

O Dr. Simon expôs em sua alocução os ideais e propósitos da Liga. Disse ele:

Nosso objetivo é alcançar neste país uma união das duas nações. Acreditamos que um tal esforço poderá constituir nossa maior contribuição ao bem-estar e unidade do mundo, especialmente por vivermos em um de seus lugares perigosos.

A Liga Pró-Reconciliação e Cooperação Judeu-Árabe não é um partido político. Compõe-se de várias organizações e personalidades da comunidade judaica... Todos nós vemos na questão das relações judeu-árabes o ponto crucial da situação política deste país...

⁵¹ Fundada em 1939, seu nome é, por si só, já suficientemente esclarecedor.

Nós, judeus com uma consciência nacional, compreendemos e respeitamos o movimento nacional árabe na Palestina bem como nos países vizinhos. Acreditamos que exista uma relação recíproca entre os dois movimentos nacionais. Qualquer progresso realizado pelo sionismo fortalece automaticamente o nacionalismo árabe. O problema está em como dirigir essa força adicional, não contra as aspirações do povo judeu, não em guerra destrutiva, mas sim por canais positivos, de modo que os árabes se tornem colaboradores ativos no desenvolvimento construtivo do país.

A solução deste problema está no estabelecimento de um objetivo político comum. Enquanto os benefícios econômicos que os judeus estão proporcionando aos árabes forem contrabalançados por exigências políticas a situação será quase sem esperanças. Entretanto, se fixarmos como nosso objetivo o binacionalismo – a criação de fatos binacionais levando a um regime binacional, então os benefícios econômicos trazidos pela imigração judaica assumirão seu valor positivo integral. Os árabes deixarão de ver nisso um perigo político. Enquanto isso, a imigração judaica deve continuar, em larga escala. Não podemos, cavalheiros, os senhores não podem castigar os judeus que batem às portas deste país – esses remanescentes vítimas do fascismo, que dois anos após o término da guerra ainda apodrecem nos campos de detenção e encontram as portas da Palestina fechadas. É imperdoável que eles devam ser punidos e continuem a sofrer por causa da confusão política neste país. Seu direito como seres humanos de encontrar abrigo na terra de seus desejos tem precedência sobre qualquer decisão política. Acreditamos, todavia, que se o binacionalismo for estabelecido como o objetivo político, isso reduziria de maneira não pequena a oposição de nossos vizinhos, os árabes, especialmente quanto à imigração judaica. Senhores: de todas as soluções que lhes foram apresentadas, acreditamos que essa solução contém a maior promessa de paz, especialmente se a autonomia binacional for concedida o mais breve possível...

A cooperação judeu-árabe é não só desejável mas também de máxima necessidade para o bem-estar de ambos os povos. Governos e regimes políticos vêm e vão, mas essas duas nações, ligadas para sempre a esta terra, viverão sempre lado a lado. Sua verdadeira liberdade e prosperidade dependem de sua cooperação mútua. E sendo algo necessário, deve tornar-se possível. Será a nobre tarefa de todos os estadistas que sinceramente procuram contribuir para uma

solução duradoura para o destino deste país e para a paz do mundo ajudar essas duas nações a encontrarem seu mútuo caminho.

Findas as considerações do Dr. Simon, estabeleceu-se inesperada e animada discussão. Sandström, desejoso de ganhar tempo (e nisso ele foi secundado por outros), queria que o orador seguinte, Aharon Cohen (secretário da Liga) abreviasse suas declarações, pois a Comissão já tinha em mãos um detalhado documento escrito. Cohen, porém, insistia em ler esse documento na íntegra (disse que precisaria de aproximadamente uma hora para fazê-lo), alegando que só assim poderia dar conhecimento do seu conteúdo ao público presente. Da discussão daí decorrente apresentamos a parte conclusiva:

Fabregat – Penso que devemos dar inteira liberdade para falar a todos que aqui vêm; não devemos limitá-los no tempo. Por isso, proponho que permitamos ao senhor Cohen que fale.

Sir Abdur – É um documento extenso, de 29 páginas.

Fabregat – Não é o primeiro.

Sir Abdur – Deixem-me fazer uma declaração. Poderá não estar de acordo com a sua, mas não é possível digerir todos os fatos ali contidos em tempo tão curto. Seria melhor para todos se pudéssemos dispor de algum tempo para estudo e depois vir preparados para fazer perguntas.

Lisicky – Proponho a suspensão da sessão a fim de podermos discutir entre nós essa questão de ordem.

Sandström – Assim perderemos ainda mais tempo. Suspendo a sessão por dez minutos.

(A sessão é suspensa durante dez minutos.)

Sandström – Está reaberta a sessão. Sr. Cohen, o senhor disporá de uma hora para a sua alocução, e o que sobrar será registrado na transcrição dos nossos trabalhos.

Cohen – Concorde com isso.

No início de suas considerações declarou o Sr. Cohen ser o governo mandatário o principal responsável pelas divergências árabe-judaicas na Palestina. “A presente situação resulta do fato do governo mandatário não tomar como ponto de partida para sua política os interesses comuns de

judeus e árabes”. Citando exemplos, acusou o governo britânico de haver, por mais de uma vez, interferido em, e mesmo frustrado, tentativas sérias de acordo árabe-judaico por meio de negociações diretas. E adiante:

Havia desde o início, no governo mandatário da Palestina, uma tendência para encorajar os árabes a se oporem ao estabelecimento do Lar Nacional prometido aos judeus na Declaração Balfour e no Mandato. Após os primeiros distúrbios na Palestina, em 1920, altos funcionários do governo federal foram acusados de culpa com relação aos mesmos – conforme testemunhado nos Protocolos da Comissão Shaw em 1930.

Também em anos posteriores manteve o governo uma calma épica e uma indiferença completa para com as provocações religiosas e nacionais que culminaram em sangrentas agitações. Quando ocorriam distúrbios permitia-se que se propagassem; muitas vítimas pereceram; e as relações entre as duas nações foram assim envenenadas. Entretanto, quando em 1933 os árabes dirigiram suas manifestações contra o governo, evitando conscientemente atingir judeus, essas manifestações foram imediatamente suprimidas com mão de ferro.

O exemplo culminante e mais característico dessa política foi a designação de Haj Amin el-Husseini para mufti de Jerusalém em abril de 1921 e para a presidência do Supremo Conselho Muçulmano em 1922. Os sentimentos antijudaicos de Haj Amin eram já então bem conhecidos – um ano antes fôra ele sentenciado a dez anos de prisão por instigação de distúrbios contra os judeus, mas essa pena foi depois suspensa. Nas eleições para o cargo de mufti, recebeu Haj Amin 9 votos, contra 12, 17 e 18 dados aos outros candidatos, mais velhos e mais cultos que ele. Não obstante as instruções divulgadas pelo próprio governo, pelas quais o Supremo Conselho Muçulmano deveria ser eleito cada quatro anos, nenhuma eleição foi realizada desde então. O mufti foi destituído do cargo somente após o assassinato do comissário distrital britânico Andrews, em 1937.

Assegurou Cohen que, não obstante toda a propaganda antijudaica, relações amistosas podiam ser, e eram, estabelecidas entre judeus e árabes; entre os exemplos que citou figuravam os ocorridos por ocasião da fundação de novas colônias agrícolas judaicas (festividades conjuntas ao ar livre, oferendas de café e alimentos pelos árabes), ou o fato de árabes – movidos exclusivamente por um sentimento de solidariedade humana –

levarem dinheiro e chocolates para mulheres e crianças internadas em campo de detenção.

Comentou depois o assassinato de Fawzi Darwish el-Husseini, fundador da Sociedade Falestin el-Jadida (que visava também uma igualdade política árabe-judaica na Palestina); os assassinos, oficialmente qualificados como “anônimos”, não foram encontrados (quicá nem mesmo procurados)⁵². “A atitude do governo diante desse assassinato e diante de crimes políticos semelhantes só pode significar uma coisa: o sangue dos árabes que procuram um entendimento com os judeus pode ser derramado com impunidade... O governo vê o grupo dominante da comunidade árabe suprimir qualquer centelha de liberdade e desejo de acordo com os judeus – vê e fica quieto. Essa indiferença do governo encoraja os extremistas e obviamente desencoraja os setores favoráveis a um entendimento”.

Citou várias medidas, inclusive no campo educacional, que poderiam ter sido tomadas pelo governo para estimular uma cooperação árabe-judaica, e concluiu apontando um Estado binacional como solução para o problema palestinese.

Após agradecer ao Sr. Cohen por haver respeitado o limite de tempo, perguntou Sandström quais as organizações representadas pela Liga. Respondeu o Dr. Simon que eram o Partido de Trabalhadores Hashomer Hatzair, o Ihud, e membros individuais de vários setores do Yishuv (Sandström quis saber o total desses membros individuais, respondendo Cohen acreditar serem algumas centenas). Indagou Sandström depois se os objetivos políticos da Liga eram idênticos aos do Ihud. Respondeu o Dr. Simon que não exatamente, pois enquanto o Ihud. advogava o princípio da paridade numérica entre judeus e árabes, a Liga era a favor de uma simples paridade política, independente de quem constituísse em dado momento maioria ou minoria.

Salazar (Peru) perguntou qual a percentagem de judeus e árabes na Liga. Respondeu Cohen que a Liga trabalhava principalmente na comunidade judaica, procurando porém encorajar o aparecimento de grupos

⁵² Jamal el-Husseini (presidente em exercício do Arab Higher Committee e primo da vítima) declarou em entrevista a um jornal egípcio: “Meu primo deu um passo em falso e recebeu seu justo castigo”. Jamal el-Husseini proclamava-se abertamente responsável por “ações contra traidores”, mas era reconhecido pelo governo como o legítimo representante dos árabes palestineses.

semelhantes na comunidade árabe, o que viria possibilitar uma cooperação mútua. Perguntado por Simic (Iugoslávia) o que pensava a Liga sobre a partilha, disse Cohen que era contra.

Transferindo o último item da agenda (representantes da comunidade judaica ortodoxa asquenazim) para o dia seguinte, encerrou Sandström a sessão às 14:25h.

A sessão pública matinal de quarta-feira, 16 de julho, teve início às 9 horas, com a presença dos dois representantes do Conselho da Comunidade Judaica Asquenazim: grão-rabino Joseph H. Duschinsky e rabino Selig Reuben Bengis (este presidente dos Tribunais Religiosos).

Falou primeiro – em hebraico – o grão-rabino Duschinsky. Foi sucinto. Após saudar a Comissão e louvar seu trabalho, disse:

É nossa crença e esperança que o Criador, nosso Pai no Céu, levará a efeito a redenção eterna do povo de Israel. No entanto, acreditamos também que os corações dos reis e governos estão nas mãos de Deus. Têm os senhores o providencial privilégio de estarem incumbidos dessa sublime tarefa, e é por isso que lhes pedimos fazer justiça aos despojados de justiça.

Implorou para que fossem abertos os portões da Terra Santa, e apelou para que a Comissão considerasse as seguintes violações de direitos sofridas pelo judaísmo ortodoxo: a) concessão das quotas de imigração através da Agência Judaica, o que implicava numa redução da imigração de judeus ortodoxos e, conseqüentemente, em “séria deterioração” da religião na Terra Santa; b) não reconhecimento oficial das comunidades judaicas ortodoxas (desligadas, por motivos religiosos, das demais comunidades judaicas do país) e recusa do governo em conceder aprovação legal à autoridade dos Tribunais Religiosos e do Rabinato.

Também em hebraico (e igualmente de modo sucinto) falou o rabino Bengis. Lembrou que fixar-se na Terra Santa era um dos mandamentos do Senhor. “Acresce que o cumprimento de muitos outros mandamentos da Lei Sagrada depende do solo da Terra Santa... Entretanto, em nossos dias a importância desse problema aumenta enormemente por causa do seu aspecto de salvamento de vidas... Do fundo do coração dirigimo-nos aos senhores: Não temos todos um Pai comum? Não foi um Deus que nos criou

a todos? Cumpram pois seu dever fraternal e de amor para com estes desalentados irmãos”.

Pediu o rabino Bengis que a imigração viesse a ser controlada diretamente pelo governo a ser instituído no país, para que não mais houvesse discriminação contra judeus ortodoxos. Pediu também a abolição das restrições sobre aquisição de terras (“Enquanto os judeus podem livremente adquirir terras em qualquer país independente, aqui na Terra Santa, onde um dos mandamentos da Lei Sagrada determina especificamente aos judeus que se fixem, estamos impedidos de comprar terras, mesmo que tais judeus compradores em perspectiva sejam nascidos na Palestina e leais cidadãos”). Criticou a Agência Judaica e o Vaad Leumi por não incorporarem em seus estatutos as estipulações da Lei Sagrada, e solicitou o reconhecimento oficial das comunidades judaicas ortodoxas (conforme concedido a todas as comunidades cristãs, algumas delas com um número muito reduzido de membros), afirmando ser isso um direito assegurado pelo Mandato.

Finalizou expressando, em nome da coletividade judaica ortodoxa da Palestina, a esperança de que fosse encontrada não só uma solução justa e aceitável para os problemas da Terra Santa, como também que a Comissão pudesse auxiliar o judaísmo ortodoxo, “no momento rebaixado a uma comunidade formada por cidadãos de segunda classe”, a recuperar a posição que lhe era devida. “Que o Senhor da Paz e da Verdade vos ilumine e através de vós possa erguer Seu Tabernáculo de Paz sobre a Terra Santa e a Cidade da Paz. Amém”.

Depois do agradecimento de praxe, deu Sandström início ao interrogatório:

Sandström – Tenho uma pergunta que gostaria de ver respondida. Qual o número de adeptos de sua comunidade?

Duschinsky – Não temos um número certo. Temos membros registrados e temos simpatizantes.

Sandström – Quantos membros registrados?

Duschinsky – Em Jerusalém 7.000 membros adultos, não contando suas famílias. Esse número inclui apenas judeus adultos masculinos porque só judeus masculinos são considerados membros da

comunidade. O número de pessoas é estimado em 60.000, no mínimo.

Sandström – Seus adeptos?

Duschinsky – Nossos adeptos.

Blom (Holanda) quis saber o que faziam, na prática, os tribunais religiosos, uma vez que não eram legalmente reconhecidos. Explicou o rabino Duschinsky que esses tribunais realizavam arbitramentos (que entretanto só se tornavam juridicamente válidos depois de confirmados por tribunais ordinários).

Com outra pergunta de Sandström – se um casal asquenazim desejando um divórcio podia recorrer ao tribunal religioso (resposta negativa de Duschinsky) encerrou-se o rápido interrogatório. Prosseguiu a sessão com o item seguinte da agenda: audiência dos representantes da Histadrut (Federação Geral dos Trabalhadores Judeus). Compareceram três representantes: Zalman Rubashov⁵³, Pinhas Lubianiker e Levy Shkolnik; desses, só o primeiro estava incumbido de se dirigir, mediante discurso, à Comissão, estando presentes seus dois colegas apenas para responder perguntas. Iniciou Rubashov sua fala explicando a estrutura e os objetivos da Histadrut, “a maior organização do Yishuv”, representativa da classe trabalhadora judaica da Palestina (“que juntamente com seus dependentes é metade do Yishuv”). Apelou para que fosse liberada a imigração judaica – a Histadrut, disse, punha-se irrestritamente à disposição da Agência Judaica para a recepção e absorção dos imigrantes – e abolido o White Paper, que condenava o país inteiro ao estrangulamento. Salientou a necessidade de serem salvos não só os remanescentes do judaísmo europeu como também os judeus residentes nos países de língua árabe, “que não tem ninguém para ajudá-los exceto seus parentes que já se encontram aqui”.

O governo mandatário se propõe a transformar o Lar Nacional Judaico num gueto – o único gueto ainda existente em todo o mundo. E parece mesmo imaginar que pode ter êxito. Para suprimir o Yishuv e manter um permanente regime de temor, trouxe para cá suas forças militares e policiais. Visa solapar a Agência Judaica, solapar nossa autonomia educacional e a posição da língua hebraica, conforme demonstrou em seu recente memorando. Teceu uma complicada teia

⁵³ Rubashov, depois da independência de Israel, hebraizou seu sobre- nome para Shazar. Seria eleito presidente de Israel após o falecimento de Ben-Zvi

de legislação, abrangendo questões grandes e pequenas, para manietar nosso progresso, congelar o Yishuv e mantê-lo permanentemente como uma minoria dependente dos bons sentimentos alheios.

Para forçar o Yishuv a submeter-se à sua política, impôs o governo um regime de repressão deliberada, que atingiu seu ponto culminante a 29 de junho de 1946, quando foi feito um esforço concentrado para quebrar a força e unidade do Yishuv. Houve naquele dia buscas e batidas, na sede da nossa Federação e em muitas das nossas instituições, sendo detidos alguns dos nossos líderes mais preeminentes. Muitas colônias agrícolas trabalhistas foram cercadas e invadidas, alguns dos seus membros mortos, muitos feridos, e milhares retirados de seu trabalho cotidiano e mantidos prisioneiros em campos de detenção. O fracasso do governo, nessa ocasião, em alcançar seu objetivo, levou apenas a um maior enrijecimento de suas medidas repressivas. Nosso país transformou-se num Estado policial, onde toques de recolher punitivos, buscas, prisões injustificáveis, e até imposição de lei marcial em largas áreas judaicas tornaram-se o método habitual de governo.

...Alguém já se deu ao trabalho de pensar o que se passa no coração de uma criança judia que vê seus parentes, depois de terem sido salvos dos infernos da Europa, expulsos à força de nossa própria terra, jogados nos campos de detenção, mantidos por trás de arame farpado? Pode-se esperar que uma tal criança respeite essas leis e seus autores? É pois surpresa encontrar todo o Yishuv erguendo-se para se opôr a elas?

Assegurou que os árabes da Palestina só teriam a lucrar com um aumento da imigração judaica, e citou os esforços da Histadrut em prol da melhoria das condições de vida dos árabes. Concluiu com as seguintes palavras:

Em Theresienstadt⁵⁴ vi um pequeno quarto. É o quarto n° 9, uma câmara de tortura especial, reservada a judeus importantes. Nesse pequeno quarto há lugar para dez pessoas em pé. Ali costumavam jogar cinquenta ou sessenta, um por cima do outro. Não havia nesse quarto nem luz nem ar. Nenhum alimento era para ali levado. As pessoas eram ali deixadas, para morrer lenta e horivelmente. E o

⁵⁴ Um dos mais notórios dentre os campos de concentração alemães, localizado na Boêmia, e onde o morticínio de judeus atingiu proporções das mais elevadas.

mais terrível e pavoroso era o seguinte: na porta havia uma minúscula janela coberta por espessa tela de arame. Por essa janela as bestas nazistas costumavam observar suas vítimas debatendo-se ofegantes e perecendo uma a uma. Desde que vi aquela câmara de tortura, aquele buraco negro de Theresienstadt, não posso esquecer aquela pequena janela. Ela se recusa a sair de meus pensamentos. Hitler se foi. Tudo que ele representava foi destruído... Mas, e a respeito dos judeus nos campos de pessoas deslocadas?

Que são todos os campos de pessoas deslocadas na Europa senão aquele pequeníssimo, desesperante e mortal buraco negro? Não é óbvio que nesses campos não há ar para respirar, não há futuro? Que estamos fazendo, nós todos juntos – nós, os senhores, o mundo inteiro? O que fazemos senão ficar de pé, olhando para dentro com os braços cruzados? Não nos vamos erguer para quebrar a porta, para salvar, para libertar?

Senhores: temos a honra de lhes falar em nome de um jovem movimento pioneiro que é fruto de uma antiga nação, uma nação cujas contribuições à civilização mundial só foram igualadas por seus sofrimentos. Ambos esses fatores ajudaram a forjar a força de espírito com que uma geração inteira devota toda sua vida à salvação e à redenção.

É nosso desejo e profunda oração que o trabalho que temos em mãos se realize na trilha da paz, da compreensão mútua e da contínua criação.

Senhores: deem-nos sua ajuda, e possam as bênçãos do futuro estar consigo.

Passou-se, em seguida, ao interrogatório. Sandström perguntou se entre os membros da Histadrut figuravam também intelectuais, pessoas das chamadas profissões liberais. Respondeu Lubianiker, com uma só palavra: “Sim”. Indagou ainda Sandström se na Histadrut havia unanimidade em relação aos pontos de vista defendidos pela Agência Judaica. Respondeu Lubianiker que, de um modo geral, sim, pois apenas 17% dos seus membros eram favoráveis a uma solução binacional.

Breve discussão surgiu entre Sir Abdur e Lubianiker a propósito de trabalho de menores árabes (o primeiro, porém, a tocar no assunto nessa sessão fora García-Granados). Sir Abdur atribuiu as lastimáveis condições existentes à “pobreza e falta de organização entre os árabes”, mas

Lubianiker mantinha ser isso consequência da omissão do governo. Interveio então o terceiro representante da Histadrut, Shkolnik: “Gostaria de acrescentar algo. Também temos pobreza na comunidade judaica – dezenas de milhares. Mas nossa organização trabalhista não admite o trabalho de crianças. Em primeiro lugar deveria o governo fixar um salário mínimo satisfatório, e então os adultos ganhariam o suficiente para o sustento de suas famílias. Não havendo salário mínimo é claro que haverá pobreza, e as crianças quererão trabalhar. Assim, o primeiro passo deve ser a fixação de um salário mínimo satisfatório”.

Após curto intervalo foi concedida a palavra (já de acordo com o item seguinte da agenda: Agência Judaica) a Moshe Shertok. Criticou este – exaustiva e incisivamente – diversas atitudes e medidas tomadas pelas autoridades britânicas em detrimento do país em geral. Um dos muitos exemplos por ele citados foi o dos pântanos de Huleh (região a nordeste da Palestina, próxima à fronteira síria, infestada de mosquitos e causadora de malária), que as autoridades governamentais impediram aos judeus – desejosos de fazê-lo até mesmo às próprias custas – de ali realizar obras de drenagem e saneamento⁵⁵. Mencionou depois quatro fatores que tornavam o Estado Judeu “uma necessidade internacional urgente”: 10) a maturidade alcançada pelo Yishuv, que não admitia mais qualquer espécie de tutela; 2º) a configuração política geral do Oriente Médio, todos os países circunvizinhos à Palestina já tendo alcançado a independência (“Longe de ser uma nota discordante, essa reivindicação por um Estado Judeu se harmoniza inteiramente com a orquestra que toca em nosso redor”); 30) a necessidade imperiosa de imigração em larga escala, não só para salvar os remanescentes do judaísmo europeu e as comunidades judaicas ameaçadas do Oriente como também “para pôr nosso trabalho aqui em bases muito firmes”; 4º) o fato de estar em jogo o futuro do povo judeu (“É uma questão de ser o povo judeu ajudado, uma vez por todas, a se livrar do flagelo de não ter um lar”).

Eram 13:20h quando Sandström, alegando ter a Comissão outro compromisso, interrompeu a exposição de Shertok encerrando a sessão; prometeu, contudo, conceder-lhe novamente a palavra no dia seguinte.

⁵⁵ Após a independência foi essa região da Galileia drenada, ficando inteiramente livre de malária e apresentando agora considerável extensão de terras férteis entregues à agricultura.

E assim foi. Às 9:30h da manhã de quinta-feira, 17 de julho, Shertok era mais uma vez convidado a tomar assento à mesa da Comissão a fim de prosseguir em suas considerações. Recomeçou Shertok mostrando a necessidade que tinha o povo judeu de se fazer representar nas Nações Unidas. A propósito lembrou um fato ocorrido em 1937 na Liga das Nações (e assistido da galeria por ele e Ben-Gurion): achando-se em discussão os mandatos, inclusive o da Palestina, foi este atacado pelos representantes do Iraque e do Egito, que estenderam seus ataques aos direitos judeus na Palestina e aos próprios judeus palestinos; “ninguém respondeu a essas acusações... e não havendo um representante judeu ficaram sem defesa os interesses do povo judeu”. Manifestou-se contrário a uma solução federalista, bem como a um Estado binacional. “O problema é como fazer da independência um instrumento de desenvolvimento, e não um fator de estrangulamento do desenvolvimento. Mas atribuindo-se igualdade aos estáticos e aos dinâmicos, os estáticos terão vantagem. Igualdade de veto significa derrota judaica. O que pode um veto judaico fazer de vital, de crucial, aos árabes? Os árabes estão aqui. Ninguém em seu perfeito juízo tentará erradicá-los; e de qualquer maneira não seria possível fazê-lo com um veto... Mas um veto árabe pode evitar – e evitaria – a imigração judaica, e esta é para os judeus a questão fundamental”. Relembrou a catástrofe do *Struma*, a pequena embarcação que em 1942 afundou no mar Negro com mais de 700 pessoas a bordo: “Aquela embarcação esteve dois meses parada em Istambul. Lá esteve, clamando por piedade, por refúgio, por salvação. Qual o país civilizado, aliado ou neutro, que não possuía seus representantes em Istambul? O mundo inteiro, portanto, viu o barco. O mundo inteiro sabia o que estava em jogo. E o mundo inteiro deixou aquela gente perecer... Quem poderia, diante disso, deixar de fazer um juramento sagrado de lutar até o último alento pela restauração de seu povo como nação independente e soberana, de modo que houvesse na superfície do globo um território, adequado e seguro, um país do próprio povo onde ele pudesse livremente receber seus filhos perseguidos sem ter de pedir licença a qualquer outro?”. Afirmou que a história do *Struma* não se encerrara com aquela catástrofe – havia apenas começado. “E ainda prossegue. Os campos de detenção da Europa estão repletos de passageiros em potencial do *Struma*. Os de Chipre estão cheios deles”. Apelou para que a Comissão não deixasse de visitar esses campos. E terminou com um pedido “em nome da Agência Judaica”:

Dentro de aproximadamente seis semanas as recomendações dos senhores serão levadas ao secretário-geral das Nações Unidas para que as transmita à sessão anual da Assembleia. A sessão dessa grande assembleia durará muitas semanas, talvez alguns meses. Enquanto isso, os judeus sem lar da Europa estarão enfrentando seu terceiro inverno de pós-guerra nos campos de internação, um terceiro inverno de angústia mental e de sofrimento físico. O Yishuv, os judeus da Palestina, ainda estarão na agonia da sua luta contra as sufocações do regime do White Paper.

Por isso, por favor, prefaciem seu relatório com uma recomendação urgente à Assembleia para que esta, enquanto considera o problema principal, decida sobre o alívio imediato da situação sob dois aspectos: insistindo na imediata remoção de todas as barreiras e proibições impostas pelo White Paper, e na imediata admissão, em larga escala, de judeus sem lar. Essa deverá constituir a parte primeira e imediata da solução de nosso problema. Mas não atrasem a solução. Não recomendem que seja atrasada pela Assembleia.

Quanto à solução em si, rezamos, senhor presidente e meus senhores, pela sua sabedoria e sua coragem.

O interrogatório foi rápido. Fabregat e Sandström fizeram perguntas sobre problemas de educação. Teve aí Shertok oportunidade de se manifestar contrário a um sistema educacional uniforme na Palestina, devido às profundas diferenças culturais entre árabes e judeus. Acrescentou, porém, que a política educacional do país deveria ser a de aumentar, o mais possível, o número e a percentagem de pessoas bilíngues, em hebraico e árabe: “É muito importante que o número de judeus que falam árabe e de árabes que falam hebraico esteja aumentando – entre os judeus como resultado de um esforço planejado, de uma política consciente, entre os árabes simplesmente porque muitos árabes acham útil conhecer um pouco de hebraico”.

Após um intervalo de dez minutos convidou Sandström a tomarem assento à mesa três representantes da União Comunista da Palestina (E. Preminger, Dr. Marchant e Srta. S. Zabari). Disse-lhes Sandström que disporiam de meia hora para apresentar uma solução específica favorecida por essa organização. “O que esperamos agora é ouvir suas propostas a respeito dessa solução. Não queremos que entrem em detalhes sobre todas essas questões que já foram debatidas por outras organizações, como

imigração e assim por diante”. Preminger (membro do Comitê Central da União Comunista da Palestina) assentiu, declarando que falaria em nome dos “comunistas hebreus”.

Afirmou Preminger que para transformar de sonho em realidade o desejo de libertação do domínio colonial e o estabelecimento da independência era indispensável a combinação de dois elementos: um programa democrático e uma luta das massas. Embora rejeitando o método do terrorismo individual, disse estar convicto de que a liberdade e a independência não são concedidas como uma dádiva e sim alcançadas através da resistência coletiva a toda a legislação do Estado policial e da luta pela realização das propostas democráticas que iria apresentar, propostas essas que se baseavam no reconhecimento dos justos direitos de ambos os povos da Palestina a uma soberania nacional completa e uma total independência de qualquer fator estrangeiro. Rejeitou a transformação da Palestina num Estado uninacional, dizendo que isso representava “a negação dos direitos soberanos de uma das nações”. Considerou a partilha pouco prática, pois deixava a maioria dos problemas sem solução, e citou um dito popular segundo o qual a partilha daria “o cabelo aos judeus, as unhas aos árabes e o corpo aos britânicos”.

E continuando: “Nosso plano se baseia no princípio do federalismo territorial”. Consistia isso “na criação de um Estado unido, democrático e independente, comum a judeus e árabes, construído sobre a completa igualdade nacional e política para ambas as nações e direitos democráticos integrais para todos os habitantes. A forma de governo que assegure a igualdade política terá de se basear na paridade”. Tratava-se, portanto, de um governo “binacional unido” Propôs que esse Estado conjunto judeu-árabe fosse composto de distritos territoriais possuindo autoridades regionais próprias e que ficariam representados igualmente nas supremas instituições governamentais. Classificou o direito de imigração e colonização como um dos direitos nacionais fundamentais do Yishuv. Referindo-se às deportações para Chipre, citou o caso de uma menina que chegara num navio “ilegal” acompanhada de seu cachorrinho. Este recebeu permissão para desembarque, “mas a menina foi enxotada. O governo permite apenas o desembarque dos corpos daqueles imigrantes que assassinou – os que permanecem vivos são mandados embora”.

O interrogatório foi iniciado por Sandström:

Sandström – Quantos membros há em sua União?

Preminger – Novecentos.

Sandström – Possuem um jornal?

Preminger – Temos um jornal semanal.

Sandström – Quantos exemplares são impressos?

Preminger – É impresso em 3.000 exemplares.

Sandström – Em quanto calcula o número de seus adeptos – os adeptos da sua Organização?

Preminger – Alguns milhares.

Sandström – O senhor apresentou um esquema para um Estado federal. O funcionamento de um Estado federal depende muito da distribuição de poderes entre os diferentes Estados e o governo federal. Que questões especiais pensa o senhor ficariam reservadas ao governo federal?

Preminger – Todas as questões de desenvolvimento, relações com outros países, questões financeiras; também a elaboração de um esquema de desenvolvimento que possibilite a absorção de uma vasta imigração judaica.

inconcludentes) terminou, às 12:20h, esta última sessão pública da UNSCOP na Palestina.

Apenas poucos dias mais permaneceria a UNSCOP na Palestina, mas nesse breve espaço de tempo desenrolaram-se acontecimentos dramáticos que eletrizaram e comoveram a comunidade judaica palestinese e – cremos não estar exagerando – também grande parte da opinião pública mundial. Referimo-nos à epopeia do *Exodus 1947*, acontecimento que mereceu de Bartley Crum a seguinte referência: “Quando forem relatados esses anos, se lerá e se pensará a respeito do *Exodus 1947* em termos idênticos aos do incidente do chá no porto de Boston”⁵⁶.

Na noite de 17 de julho rapazes da Haganah, protegidos pela escuridão e agindo com rapidez para não serem surpreendidos pela polícia, colocaram impressos em paredes, postes e vitrinas de Tel Aviv, Jerusalém, Nathanya e Haifa. Nos impressos (em hebraico) lia-se o seguinte:

O navio de refugiados *Exodus 1947* dirige-se à costa palestinese, após ter conseguido furar o bloqueio imposto à emigração nos portos de saída.

O navio da Haganah *Exodus 1947* leva 4.554 refugiados⁵⁷.

1.600 homens

1.282 mulheres⁵⁸.

1.017 jovens

655 crianças.

O navio foi avistado pela Marinha Britânica. Uma força naval, constituída de cinco destróieres e um cruzador⁵⁹, dele agora se aproxima por todos os lados.

⁵⁶ O “incidente do chá” (16-12-1773) – *Boston Tea Party* em inglês – no qual um grupo de americanos disfarçados de peles-vermelhas lançaram ao mar um carregamento de 342 caixas de chá inglês, foi um dos principais episódios que precederam a independência dos Estados Unidos.

⁵⁷ Era esse o maior número de imigrantes “ilegais” transportados num só navio.

⁵⁸ Destas, mais de 400 achavam-se grávidas, algumas já além de sete meses (embora isso normalmente não fosse admitido nessas viagens); uma delas morreu na viagem em consequência do parto.

⁵⁹ O cruzador em questão distinguira-se por um grande feito na Segunda Guerra Mundial – era o *Ajax*, um dos três cruzadores (os outros dois foram o *Exeter* e o *Achilles*) que em

Às 22 horas de hoje, e amanhã de manhã às 7:30h os refugiados enviarão de bordo do navio pelo rádio, no comprimento de onda de 35 metros, uma mensagem aos judeus da Palestina. A transmissão poderá ser ouvida pela emissora secreta da Haganah, Kol Israel, comprimento de onda 45 metros.

De fato, na manhã seguinte, era ouvida, pela emissora clandestina Voz de Israel, uma voz tipicamente americana. Era a voz do reverendo John Stanley Grauel, de 29 anos, residente em Worcester (Massachusetts), pastor protestante, jornalista, membro do American Christian Palestine Committee, servindo voluntariamente no navio como ajudante de cozinha. Sua fala era premente:

Este é o navio de refugiados *Exodus 1947*. Hoje, antes do amanhecer, fomos atacados por cinco destróieres e um cruzador britânicos a uma distância de 17 milhas da costa palestinese, em águas internacionais. Os assaltantes imediatamente abriram fogo, jogaram bombas de gás, e de três direções investiram contra o nosso navio. Em nosso convés estão um morto, cinco moribundos⁶⁰ e 120 feridos. A resistência prosseguiu por mais de três horas. Devido às severas perdas e às condições do navio, que se encontra em perigo de afundar, fomos obrigados a rumar na direção de Haifa, a fim de salvar os 4.500 refugiados do afogamento⁶¹.

Antes, contudo, de abordarmos a chegada do *Exodus 1947* a Haifa, que se daria algumas horas depois de ouvida a transmissão acima transcrita, será útil nos determos ligeiramente nos primórdios do caso.

dezembro de 1939, no Atlântico Sul, não muito longe da costa uruguaia, deram combate e derrotaram o encouraçado de bolso alemão *Graf Spee*, orgulho da frota nazista e um dos navios de guerra mais poderosos dentre os que então singravam os mares. Triste decadência...

⁶⁰ Destes, um era William Bernstein, de San Francisco, 24 anos, oficial da reserva naval americana, que veio a falecer (sem ter recuperado os sentidos) em consequência de uma cacetada na cabeça. Foi enterrado, juntamente com dois jovens refugiados, no cemitério de Haifa, seu corpo envolvido numa bandeira americana.

⁶¹ Já em terra, na Palestina, depois de preso e posteriormente libertado pelos ingleses, Grauel foi mais enfático, declarando: “Acuso os britânicos de nos terem atacado fora das águas territoriais. Acuso os britânicos de ataque a uma embarcação desarmada em alto mar. Acuso os britânicos de terem cometido um ato de pirataria”. Grauel fez também um relato do acontecido aos membros da UNSCOP.

O navio que serviu de palco aos acontecimentos referidos achava-se já destinado ao ferro-velho ao ser adquirido por um grupo dos Amigos da Haganah⁶². Com cerca de 4.000 toneladas, seria o maior dos navios até então utilizados para a imigração “ilegal”⁶³. Fora construído 18 anos atrás, em Baltimore, para a navegação fluvial, tendo servido por último ao transporte de excursionistas dominicais pela baía de Chesapeake (costa leste dos Estados Unidos) – chamava-se então *President Warfield*⁶⁴. Da tripulação – quase toda constituída de voluntários, em sua grande maioria judeus americanos⁶⁵ – faziam parte numerosos ex-combatentes (inclusive alguns veteranos de Guadalcanal e Okinawa).

A primeira tentativa de atravessar o Atlântico fracassou (achava-se então o navio sob bandeira panamenha) – um furacão causou tais estragos que obrigou a embarcação a voltar à América para reparos. Da segunda vez, porém, conseguiram, e após escalas não muito tranquilas (devido à pressão do governo inglês) nos Açores e na Itália, alcançaram Sète, porto mediterrâneo do sul da França⁶⁶. Ali embarcaram seus passageiros (trazidos por 72 caminhões), oriundos de países diversos do leste e do oeste europeus (havia também uma jovem judia da Birmânia), e todos munidos de passaportes com vistos para a Colômbia⁶⁷.

Cinco minutos antes da partida, estando o navio já com suas caldeiras acesas, veio uma ordem de Paris para que a embarcação ficasse retida. Resultou essa ordem de uma intervenção pessoal do ministro do Exterior britânico, Ernest Bevin, junto ao seu colega francês Georges Bidault, exigindo fosse impedida a saída dos refugiados sob pena de “consequências funestas” para as relações anglo-francesas. Diante da impossibilidade de contar com a colaboração de um prático francês para orientar a complicada

⁶² Os Amigos da Haganah eram uma associação de judeus sionistas americanos que visava sobretudo angariar recursos para a Haganah; mantinha um periódico em língua inglesa: *Haganah Speaks*.

⁶³ Sua capacidade normal, todavia, era de apenas 700 passageiros.

⁶⁴ O cavalheiro assim homenageado era o presidente da companhia de navegação à qual o navio pertencia.

⁶⁵ O único não-judeu da tripulação era o pastor Grauel.

⁶⁶ Esse porto, de relativa importância, foi criado por Colbert, no reinado de Luis XIV; grafava-se então “Cette”.

⁶⁷ Não obstante esses vistos serem legítimos, o governo colombiano deu a entender mais tarde que não permitiria aos seus portadores a entrada no país.

manobra de saída do porto (as autoridades francesas haviam ameaçado prender quem o fizesse), ficou decidido – eram então 3 horas da madrugada – fazer sair o navio mesmo sem práctico e sem licença. (Na véspera oficiais franceses haviam subido a bordo para assumir o controle das máquinas – como garantia para que o navio não saísse – mas sendo-lhes recusado, polida porém firmemente, acesso à casa de máquinas, logo se retiraram sem qualquer sinal de insatisfação.). Após aproximadamente quatro horas de complicadas e arriscadas manobras (a hélice ficou presa numa corrente, depois raspou o cais, e ainda por cima o navio encalhou num banco de areia) estava concluída a operação, e já com o novo nome que o celebrizaria o *ex-President Warfield* tinha diante de si as amplas águas azuis do Mediterrâneo⁶⁸. Mas ali, logo depois de saídos das águas territoriais francesas, nova surpresa os aguardava: a poderosa, inesperada, e indesejada escolta naval britânica. Esta não perdeu de vista um só instante a velha embarcação de refugiados, mantendo-se igualmente uma constante vigilância aérea a cargo duma esquadrilha de bombardeiros Lancaster; e como isso não bastasse, 66.000 soldados britânicos na Palestina foram postos em estado de alerta.

Aproveitando-se da proximidade em que se encontravam, os britânicos repetidas vezes dirigiram ao *Exodus*, por megafone, as seguintes palavras:

Suspeitamos que estejam indo para a Palestina. Isso é ilegal. Se entrarem na Palestina teremos de abordá-los e prendê-los. Por favor, não tentem resistir. Temos aqui e na Palestina forças esmagadoras para cumprir nossa missão. Se necessário, usaremos a força para abordá-los, mas ser-lhes-ão proporcionados cuidados médicos.

Após diversas repetições dessa advertência, os tripulantes americanos do *Exodus* responderam (com as bandeiras de sinalização) com duas palavras: “Thank you”. Do Ajax, por um alto-falante, fez-se ouvir uma voz em alemão: “Compreendemos como se sentem. Se vierem em paz conosco, vamos escoltá-los e lhes prestaremos assistência médica”. Ao que alguém respondeu do *Exodus*, em iídiche: “Não somos o *Gral Spee*!”.

⁶⁸ Era a primeira vez, segundo consta, que um navio fora bem sucedido em sair daquele porto sem auxílio de práctico.

Ao se encontrarem – a “escolta” e sua iminente vítima – a mais de 10 milhas do litoral da Palestina (portanto ainda bem longe das águas territoriais palestinas, cujo limite era de 3 milhas), um dos destróieres postou-se bem ao lado do *Exodus* anunciando que haviam atingido águas territoriais palestinas, e que o navio deveria parar suas máquinas a fim de ser rebocado até Haifa. Prontamente veio a resposta:

A bordo desta embarcação, o *Exodus*, estão mais de 4.400 pessoas – homens, mulheres e crianças – cujo único crime é o de terem nascido judeus. Estamos nos dirigindo a nosso país por direito e não por permissão de quem quer que seja. Nada temos contra vossos marinheiros e oficiais, mas infelizmente foram eles escolhidos para executar uma política com a qual jamais concordaremos, pois nunca reconheceremos uma lei proibindo judeus de entrar em seu país. Não nos interessa derramamento de sangue, mas deveis compreender que não iremos de livre e espontânea vontade a nenhum campo de concentração, mesmo que seja britânico.

Pouco depois, de súbito, os ingleses abriram fogo, dando assim início ao ataque (já descrito em seu essencial por John Stanley Grauel na transmissão matinal da Kol Israel)⁶⁹. Podemos agora retomar a narrativa no ponto em que a deixamos.

Na manhã de sexta-feira, 18 de julho, a população de Tel Aviv, em espontânea manifestação de protesto mudo, demonstrou sua solidariedade aos refugiados: lojas e restaurantes fecharam, desligaram-se as máquinas das fábricas – às 10 horas, com os ônibus e carros imóveis no meio das ruas, toda a cidade se encontrava parada.

Enquanto isso o porto de Haifa fervilhava, com preparativos que, pelo aparato bélico, faziam supor uma operação militar de envergadura: tanques, caminhões, jipes, polícia militar, polícia secreta, fuzileiros navais; e cerca de 500 paraquedistas da 6ª Divisão Aerotransportada, incumbida da inglória tarefa de retirar os refugiados do navio. Viam-se ainda, conspicuamente, numerosos fuzis automáticos empilhados sobre padiolas (tristemente irônica justaposição de causa e efeito). Comandava a operação

⁶⁹ Relatou o reverendo Grauel a García-Granados que durante o ataque – por sete vezes os navios britânicos abalroaram o *Exodus* – um velho judeu lhe dissera: “Já sobrevivi ao inferno czarista, ao inferno antissemita polonês, ao inferno nazista, e, se Deus quiser, sobreviverei também ao inferno britânico!”

um certo major Cardozo⁷⁰, que – narra Ruth Gruber – “enquanto valsava pelo cais atravancado, girava seu bastão como o fazem as balizas”.

Eram cerca de 16 horas quando – bandeira azul e branca no topo do mastro e milhares de vozes cantando a Hatikva – chegou o *Exodus* puxado por rebocadores britânicos; escuro, gasto, quebrado, diz Ruth Gruber que “parecia uma caixa de fósforos que houvesse sido estilhaçada por um quebra-nozes”. Toda a bagagem dos que vinham a bordo foi brutalmente revistada por soldados ingleses, confiscando-se tesouras, facas, giletes (o que se compreende), e ainda – talvez também se compreenda, mas dificilmente se justifica – canetas-tinteiro, máquinas fotográficas e todos os documentos de identidade. Pouca diferença havia das “recepções” nos campos de concentração nazistas, acentuando-se sobremaneira a semelhança ao serem desunidas as famílias com a separação (por vezes violenta) de homens e mulheres (estas iam sendo revistadas por quatro mulheres árabes da polícia, cuja reputação – informa-nos Ruth Gruber – “não era boa”).

Já prontos para receber sua carga humana encontravam-se no porto de Haifa três navios-prisões: o *Ocean Vigour*, o *Empire Rival* e o *Runnymede Park*⁷¹; nas proximidades dos mesmos faziam os ingleses detonar cargas de profundidade a fim de evitar sabotadores. Para esses navios, cujo acesso fora terminantemente vedado à imprensa, foram transferidos (com a informação suasória de que seriam levados para Chipre) os passageiros do *Exodus*: um dos navios, o *Ocean Vigour*, ficou reservado aos doentes ou gravemente feridos⁷².

⁷⁰ Descendia ele, segundo disse, de uma família de judeus ibéricos (posteriormente convertidos ao catolicismo) expulsos da Espanha ao tempo da Inquisição (século XV), e dizia-se também aparentado com o juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos Benjamin Nathan Cardozo (falecido em 1938), um dos mais ilustres juristas americanos, conhecido por seu idealismo e humanitarismo.

⁷¹ Este último levava o nome do lugar onde, em 1215, foi assinada a Magna Carta, símbolo e base das liberdades inglesas. Afirma o historiador naval inglês Richard Hough que para os ingleses Runnymede é tão sagrado quanto o são Yorktown para os americanos e a escadaria de Odessa (celebrizada por Eisenstein na mais famosa sequência da história do cinema) para os soviéticos. Bem que um navio com esse nome merecia melhor destino...

⁷² A classificação dos ferimentos como graves ficou a critério dos ingleses, que para isso retiravam as ataduras e curativos, recolocando-os depois.

Dois membros da UNSCOP, Sandström e Simic, que na ocasião se encontravam nos arredores de Haifa, chegaram ao posto ainda a tempo de ver os refugiados sendo transferidos para suas jaulas marítimas. Comentou o iugoslavo: “Este é o melhor testemunho que poderíamos ter”⁷³. De madrugada todos os três navios-prisões já haviam zarpado (o último deles, o *Empire Rival*, partiu às 5:40h).

Tudo isso, evidentemente, repercutia do modo bem desfavorável para as autoridades britânicas (o próprio Kirk confessa que elas “ficaram embaraçadas”); apressaram-se por isso em emitir um comunicado oficial preparado especialmente para consumo da opinião pública internacional. Divulgado a 19 de julho, tinha o seguinte teor:

A fim de desfazer quaisquer dúvidas que possam ter sido despertadas por transmissões incorretas do navio de imigrantes ilegais *President Warfield*, os seguintes fatos são registrados:

O *President Warfield* entrou em águas palestinas às primeiras horas de 18 de julho transportando aproximadamente 5.000 judeus ilegais. A fim de evitar ser abordado, empreendeu o navio violenta ação evasiva que na subsequente operação de abordagem resultou em danos a si próprio bem como aos navios da Royal Navy. Seus lados haviam sido cobertos de pranchas, e arame farpado fora estendido ao longo do navio. O grupo de abordagem encontrou forte resistência, reforçada por fumaça, fogos de artifício, bombas fumíferas, jatos de vapor e projéteis diversos. Fizeram também cair do alto, sobre os conveses dos navios de guerra, balsas salva-vidas.

Um único tiro e uma rajada de metralhadora foram dados por um dos navios de guerra contra um imigrante que ameaçava decapitar um membro do grupo de abordagem com um machado, e contra outro que ia usar um fuzil. O tiro e a rajada não acertaram, mas assustaram os homens, que deixaram cair suas armas. Nenhum outro fogo foi usado pelo pessoal naval. Cerca de 50 ao todo foram empregados no grupo de abordagem.

O *President Warfield* entrou no porto de Haifa, navegando com suas próprias máquinas, ao anoitecer do dia 18. Constatou-se que dois

⁷³ O historiador inglês George Kirk insinua que a chegada do *Exodus* foi intencionalmente planejada para coincidir com a presença da UNSCOP na Palestina, e cita, em apoio de sua tese, palavras de um correspondente americano naquele país: “Os judeus aqui acreditam que um navio ‘ilegal’ possa valer dez milhões de palavras para ajudar a convencer o Comitê.”

imigrantes ilegais morreram de fratura de crânio, e um terceiro veio a falecer no hospital devido à mesma causa. Outros vinte e sete foram admitidos ao Hospital de Haifa; alguns deles, embora não todos, sofriam de ferimentos recebidos quando o *President Warfield* foi abordado. Três marinheiros (britânicos) foram feridos e baixaram a hospital.

No mesmo dia em que foi divulgado esse comunicado (sábado, 19 de julho), realizou a UNSCOP sua última sessão secreta na Palestina, destinada à interrogação de representantes do governo da Palestina: Sir Henry Gurney e vários diretores de departamentos governamentais. Os trabalhos foram abertos às 9 da manhã, e logo após haver Sandström anunciado a agenda, Sir Henry Gurney pediu vênua para fazer algumas observações, nas quais procurou principalmente rebater críticas contra a Potência Mandatária formuladas por Ben-Gurion. Queixou-se da comunidade judaica, dizendo: “Nunca vi um país em que o povo aparentemente se interessa tão pouco pelos atos legislativos de sua Administração contanto que seus próprios interesses não sofram”. (Queixou-se também da despesa que a Grã-Bretanha vinha tendo com as deportações e manutenção dos campos de internação em Chipre.)

Sandström, dando início às perguntas, indagou por que a Administração da Palestina não tomara medidas retaliativas contra o boicote árabe; respondeu Sir Henry que quaisquer represálias seriam consideradas pelos países árabes como atos inamistosos e até hostis, tornando mais difícil uma solução pacífica para o problema palestinese.

Entremeadas com as perguntas vieram novas exposições verbais, feitas por Sir Henry Gurney e outros. Assim, o diretor de Educação, B. De Bunsen, preconizou um controle maior sobre a educação, afirmando não haver dúvida de que o ensino judaico era excessivamente nacionalista, “pois uma das finalidades da educação judaica é produzir unidade e construir uma comunidade hebraica autoconsciente”. Sir Henry Gurney justificou as verbas reduzidas destinadas à educação e à saúde como sendo consequência das grandes despesas necessárias para fazer frente aos atos de terrorismo perpetrados por judeus.

A questão do tráfico de armas de países vizinhos para os árabes palestinese foi levantada por Simic. Respondeu Sir Henry Gurney que o governo vinha fazendo todo o possível para impedi-lo. Mas Simic insistiu:

Simic – Ouvi dizer que o tráfico de armas existe e prossegue, e posso afirmar que S. Exa. o alto-comissário nada fez para evitá-lo.

Sir Henry – Se me pergunta se de fato existe ou não existe, posso apenas dizer que existe. Mas até que ponto camelos transportando armas atravessam a fronteira em distritos remotos é difícil julgar e muito difícil evitar.

Sir Abdur abordou a questão da legislação sobre porte de armas, e o procurador-geral em exercício, Hogan, confessou que a aplicação dessa legislação não vinha sendo inteiramente eficaz. Interveio então o representante da Guatemala:

G.-Granados – O senhor reconhece que os regulamentos de emergência não têm grande efeito na questão de desarmar a população e pôr um fim ao terrorismo. Não pensa o senhor que, pelo contrário, esses regulamentos de emergência têm um efeito diverso – quero dizer que cerceando os direitos naturais do indivíduo não provocam tais atos?

Hogan – No que concerne à primeira parte penso que tiveram, durante seus dez anos de existência, um efeito bastante considerável no controle do tráfico ilegal de armas. Se o senhor considera o tráfico ilegal de armas, ou o direito de disparar armas de fogo, como um direito natural, então receio que estejam cerceados.

G.-Granados – O que eu quero dizer é que vejo aqui diariamente atos de violência cometidos por indivíduos, portanto eles estão armados. Os regulamentos de emergência não têm grande efeito sobre eles e, pelo contrário, não fica o restante da população ressentido com esses regulamentos?

Hogan – Minha resposta é que se não existissem os regulamentos de emergência haveria mais casos de disparos de armas de fogo.

G.-Granados – O que é que o senhor está dizendo?

Hogan – Que se não existissem os regulamentos de emergência haveria muito mais atos de violência.

G.-Granados – Isso é uma questão de ponto de vista. Mas há outra coisa que gostaria de perguntar. Esses regulamentos de emergência se ajustam ao Mandato?

Hogan – Os regulamentos de emergência são feitos sob as estipulações dos Orders-in-Council que instituíram o governo e a

constituição deste país. Até que ponto são compatíveis com os termos do Mandato é talvez uma questão de opinião ou debate. A nosso ver não infringem qualquer dos termos do Mandato.

G.-Granados – Isso é uma questão de ponto de vista.

Blom (Holanda) indagou a respeito do regulamento sobre licença para porte de armas:

Blom – É comum, em tempos tranquilos, dar-se licença em muitos casos?

Sir Henry – Com relação a espingardas para caça, etc., o regulamento não é aplicado com rigor. É aplicado de maneira semelhante como o seria em qualquer outro país.

Blom – Digamos, para um beduíno, é comum possuir ele uma espingarda de caça?

Sir Henry – Sim, de fato, para o beduíno a posse de uma espingarda de caça é, evidentemente, uma questão de amor-próprio.

Sandström – Isso também se aplica aos residentes em cidades?

Sir Henry – Não estou bem certo; creio que sim.

Inquirido sobre as proibições relativas à venda de terras a judeus, justificou-as Sir Henry Gurney como tendo por finalidade evitar a “deterioração dos níveis de vida árabes e a criação de uma vasta população árabe sem terras”.

Após algumas perguntas de Sir Abdur Rahman com relação a um Banco Agrícola Otomano (que fora liquidado em 1921) interveio novamente o representante guatemalteco:

G.-Granados – Tem o senhor uma ideia aproximada do número de detidos que se encontram presos na Palestina sob os Regulamentos de Emergência?

Sir Henry – Sim. O número de judeus detidos é presentemente 291 no Quênia e 515 na Palestina.

G.-Granados – É muito difícil trazer essas pessoas a julgamento? Quero dizer, investigar seus casos e libertá-los. Temos recebido muitas cartas de toda espécie de gente – pais, mães, irmãos, irmãs, filhos.

Sir Henry – Seus casos são todos investigados por um Comitê Consultivo presidido por um juiz aposentado. Ele próprio contou-me que acabara de entrevistar pessoalmente 75 dos detidos em Latrun.

G.-Granados – Essas cartas são de pessoas que dizem que seus parentes se encontram detidos sem julgamento há três, quatro, cinco, sete anos.

Sir Henry – Isso infelizmente é verdade, mas já tentei explicar porque não é possível trazê-los a julgamento.

G.-Granados – Mas então, de acordo com os princípios gerais de Direito, não seria melhor libertá-los?

Sir Henry – Não creio que qualquer administração britânica em parte alguma necessite de conselhos sobre isso.

G.-Granados – Não estou lhe dando conselhos; estou apenas fazendo uma pergunta.

Sandström – O senhor já ouviu a resposta.

Com mais algumas perguntas de Blom – sobre concessões relativas a petróleo e potassa – findou o interrogatório. Sandström agradeceu a Sir Henry Gurney a boa vontade com que respondera, e a sessão encerrou-se às 12:15h com as seguintes palavras do secretário do governo da Palestina: “Espero que pelos vossos esforços possa ser encontrada alguma maneira de se descobrir uma solução verdadeira e justa para esse difícil problema. Convosco vão todos os nossos melhores votos de sucesso”.

A 20 de julho a UNSCOP deixava a Palestina, rumando por rodovia para a pequena cidade libanesa de Sofar (local de veraneio, nas montanhas, onde não se fazia sentir o calor da região litorânea). Acompanhavam-na numerosos jornalistas, entre os quais alguns repórteres da imprensa hebraica da Palestina que só haviam obtido vistos de entrada após dois dias de vigorosos protestos junto ao governo libanês. (Um único jornalista não obteve o visto: Gerold Frank, americano, correspondente do *New York Post* e que vinha acompanhando a UNSCOP desde o início de seus trabalhos em New York; isso porque em um de seus artigos cometera o “crime” de qualificar o Líbano como um “Estado policial”).

No Líbano, ainda antes de iniciadas as audiências, vários membros da UNSCOP (entre os quais Fabregat, García-Granados, Simic e o Dr. Bunche)

foram procurados por elementos da oposição maronita⁷⁴. Acusaram estes o governo libanês de haver fraudado as eleições e de ser um instrumento da Liga Árabe. Disseram: “A opinião pública libanesa decididamente não apoia esse governo. Qualquer coisa que essa Administração lhes disser sobre os problemas que afetam o Líbano ou nossas relações internacionais não pode ser autêntico... Queremos ser um país independente. Temos aqui uma ditadura, e é por isso que só podemos falar-lhes dessa maneira”.

Deixemos, embora por breves instantes, a UNSCOP nas aprazíveis montanhas do Líbano e vejamos o que ocorria em outras frentes. Pelas águas do Mediterrâneo singravam os três navios-prisões – rumo a Chipre, conforme se dissera aos refugiados do *Exodus*? Não! O secretário do Exterior britânico, Bevin, decidira “fazer desse navio um exemplo”, obrigando seus passageiros a retornar ao ponto de partida, isto é, sul da França⁷⁵. É claro que o pretexto foi outro: um porta-voz oficial do Foreign Office declarou que os refugiados teriam de ser mandados para outra parte porque “Chipre se encontrava superlotada”. A mentira, contudo, era flagrante – ainda não decorridas duas semanas após a captura do *Exodus*, já cerca de 1.100 novos imigrantes “ilegais” eram transferidos para Chipre.

Enquanto isso, na Palestina, a Haganah retomava a ofensiva que fora sustada durante a permanência da UNSCOP no país: na noite de 21 de julho comandos da Palmach destruíram completamente uma estação de radar no monte Carmelo, enquanto homens-rãs da mesma organização fizeram explodir – e afundaram – o navio-transporte britânico *Empire Lifeguard*, aprestado para uso como navio de deportação. Novos incidentes seguir-se-iam nos dias subsequentes. Diz Jon Kimche: “Nunca o conceito britânico esteve tão baixo”.

No Líbano a primeira reunião pública da UNSCOP teve lugar em Beirute, no Ministério do Exterior, a 22 de julho. Iniciou-se às 11 da manhã com um discurso, em árabe, de Riad Bey Solh, presidente do Conselho de Ministros. Logo depois o vice-presidente do Conselho fez a leitura de uma tradução desse discurso. Foi o mesmo bastante breve, começando por apresentar à UNSCOP as boas-vindas em nome do governo libanês e dos

⁷⁴ Os maronitas – católicos libaneses – sentiam-se subjugados pela minoria muçulmana.

⁷⁵ O alto-comissário, Sir Alan Cunningham, manifestara-se contrário a essa providência, por ele considerada como “irrefletida”; sua opinião, contudo, não foi levada em consideração.

outros governos árabes ali representados⁷⁶. A parte central consistiu essencialmente em indiretas ao sionismo, tais como: que os árabes não tiveram qualquer participação em criar o problema palestinese ou em “infligi-lo às Nações Unidas e ao resto do mundo”; que “os árabes nunca acharam necessário inventar teorias para suplementar seus direitos”; que tudo aquilo que os membros da UNSCOP viam no Líbano “não era produto de fundos estrangeiros produzindo prosperidade artificial”. E concluiu ameaçadoramente:

Senhores: – Os países árabes, que estiveram unidos milhares de anos⁷⁷, livres de qualquer coisa que prejudicasse sua harmonia, não permitirão a imposição de um lar que venha ameaçar suas estreitas relações. Por isso, estarão se defendendo ao defenderem a Palestina árabe, pondo um fim às ambições sionistas. Assim, destruindo a morada do mal no Oriente Médio, estarão servindo a paz mundial, e provarão sua lealdade aos princípios dos direitos humanos.

Falou em seguida (em francês) o ministro das Relações Exteriores do Líbano, Hamid Bey Frangie. Começou dizendo que os governos árabes estavam convencidos haver “somente uma solução para o problema palestinese, a saber, cessação do mandato e independência para a Palestina, e que qualquer investigação de uma questão tão óbvia era desnecessária”. Argumentou que a Declaração Balfour não poderia de maneira alguma ser considerada válida em relação à Palestina Árabe porque ignorava o direito desta à autodeterminação. Queixou-se da ingratidão das Potências Aliadas após a Primeira Guerra Mundial, não dando o devido valor e reconhecimento à contribuição árabe na luta contra os turcos. Considerou o Mandato nulo e destituído de valor, por conter “os mesmos defeitos da Declaração Balfour”. Afirmou que a atitude dos povos e governos árabes diante do sionismo se baseava, também, no seu anseio de manter a paz no Oriente Médio, “ameaçada pelos objetivos expansionistas e métodos terroristas do sionismo”. Acusou a Potência Mandatária de fraqueza no lidar com a “agressividade sionista” e advertiu que os árabes também recorreriam a táticas violentas. Declarou que país algum poderia tolerar uma imigração em massa “como aquela a que está sujeita a Palestina”. Além do mais, disse, “o Estado Judeu que os sionistas estão

⁷⁶ Com exceção da Transjordânia, achavam-se ali representados todos os países da Liga Árabe: Egito, Síria, Líbano, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen.

⁷⁷ Esse gritante exagero fica por conta do primeiro-ministro libanês...

tentando estabelecer na Palestina não é um Estado viável, quer do ponto de vista político, quer do econômico. Os Estados Árabes não poderiam, mesmo, tolerar a criação de um Estado composto de elementos estrangeiros de tantos lugares, cada qual com sua própria mentalidade, seus desejos insaciáveis... Contra um Estado estabelecido pela violência os Estados Árabes serão obrigados a usar violência; isto é um direito de legítima defesa”. Chegando a admitir a hipótese da criação de um Estado Judeu, augurou: “O Estado estrangeiro em território árabe não poderá de maneira alguma contar com o estabelecimento de relações, econômicas ou outras, com os Estados Árabes vizinhos. Um Estado criado sob tais condições não poderia deixar de estar destinado ao fracasso”.

Em suas observações conclusivas o ministro do Exterior libanês exigiu: a) reconhecimento da liberdade e independência soberana dos árabes palestinos; b) término imediato de toda imigração judaica na Palestina; c) manutenção dos regulamentos sobre transferência de terras; d) criação de um governo árabe independente. Manifestou-se contrário a qualquer partilha, confessando que isso (obviamente devido à declarada e intransigente hostilidade dos governos árabes a qualquer espécie de Estado Judeu) resultaria em derramamento de sangue e intranquilidade em todo o Oriente Médio. Assegurou que em todos os países árabes as minorias judaicas eram bem tratadas. E ameaçou com graves perigos e consequências funestas se na solução que viesse a ser proposta não fossem levados em consideração os desejos dos governos árabes.

Antes de encerrada a curta sessão (o que se daria às 11:50h) o australiano Hood comunicou que encontrara “diferenças substanciais” entre a tradução inglesa do discurso (distribuída aos membros da UNSCOP) e o texto francês. Frangie pediu desculpas, atribuindo tais diferenças à pressa, e solicitou que o texto francês fosse considerado como o correto. Ao que García-Granados observou que notara certas diferenças também entre o texto francês (igualmente distribuído à UNSCOP) e o texto lido pelo ministro. Interveio aí Sandström, dizendo que possivelmente seriam erros tipográficos...

Na manhã seguinte, no Grand Hotel de Sofar, realizou-se nova reunião (essa, porém, secreta). Sandström, abrindo os trabalhos, anunciou que a agenda continha um único item: “ouvir representantes dos países árabes”. A primeira pergunta – constante de uma lista previamente entregue

aos representantes árabes – foi de Sandström: supondo que um Estado árabe viesse a ser estabelecido na Palestina, qual seria o destino dado aos imigrantes ilegais judeus? Respondeu Frangie: “expulsão do país”; e quanto aos que houvessem entrado na Palestina “de acordo com os regulamentos sobre imigração atualmente em vigor mas sem ter adquirido a nacionalidade palestinese, sua situação será decidida pelo futuro governo independente da Palestina”⁷⁸. Sandström parece ter estranhado um pouco a resposta, e daí:

Sandström – Deseja algum outro representante dos países árabes dar uma resposta especial a essa pergunta?

Frangie (prontamente) – O que li agora já foi decidido entre os vários países. Não deve haver respostas individuais às perguntas.

Sir Abdur – Estão todos de acordo com essa resposta?

Frangie (enfaticamente) – Sim.

O assunto, contudo, não se encerrou aí pois pouco adiante o representante da Síria, emir Adel Arslan, informava que os árabes, por considerarem a Declaração Balfour ilegal, consideravam também ilegais todos os judeus que entraram na Palestina após a mesma. O que levou o representante tcheco, Lisicky, a indagar: “Isso quer dizer que se não tivesse havido uma Declaração Balfour então todos os judeus poderiam ter entrado na Palestina legalmente?”⁷⁹.

Com reação a outro tópico – tratamento dispensado aos judeus nos países árabes – Fadel Jamali, ministro do Exterior do Iraque, afirmou que a culpa dos excessos antijudaicos ocorridos em Bagdá em 1941, por ocasião de um golpe de estado nazista – e era este o único caso de que se lembrava – devia ser atribuída ao sionismo. Essa opinião foi endossada pelo representante egípcio, emir Abdel R. Hakki. Havendo diversos representantes árabes feito questão de salientar que em seus países os

⁷⁸ Comentário de García-Granados: “A inferência era clara: de 700.000 judeus atualmente na Palestina, talvez uns 400.000 – a maioria dos que entraram a partir de 1917 – estariam sujeitos a deportação, dependendo da benevolência do futuro governo árabe, dominado pelo mufti.”

⁷⁹ A isso respondeu o iraquiano Fadel Jamali dizendo que nesse caso existiria na Palestina um Estado Árabe com suas próprias leis, e “aqueles que entrassem de acordo com tais leis seriam imigrantes legais, fossem judeus ou não”.

judeus viviam prósperos e felizes, observou García-Granados que se os judeus viviam realmente tão bem nos países árabes era pouco provável “que gostassem de praticar o sionismo”.

Perguntado por que considerava um Estado Judeu impraticável também do ponto de vista econômico, respondeu Frangie que era principalmente por causa do boicote árabe. Sandström perguntou então: “Se, sob os auspícios das Nações Unidas, viesse a ser estabelecido um Estado Judeu, não seria contrário aos princípios da Carta das Nações Unidas manter esse boicote?” Respondeu Frangie: “Gostaria de afirmar que não tencionamos voltar atrás de nossa decisão de boicotar produtos sionistas”⁸⁰.

A respeito da ameaça árabe de reagir com violência contra um Estado Judeu, perguntou Sandström: “Considerariam os senhores até mesmo o Estado Judeu constituído sob os auspícios das Nações Unidas como estabelecido pela violência?”. Resposta de Fuad Hamza (da Arábia Saudita): “Confiamos que as Nações Unidas não tomem tal decisão”. Sandström insistiu. Novamente Fuad Hamza: “Insisto, senhor presidente, em que as Nações Unidas não tomariam tal decisão; em primeiro lugar porque seria contrária à própria Carta. Estas são perguntas hipotéticas e preferimos nada dizer até que tal decisão seja tomada”.

Instado por Sir Abdur Rahman, o emir Arslan afirmou que os árabes não admitiam a imigração de judeus nem mesmo por motivos religiosos. Às 13:20h a sessão foi suspensa, para ser reiniciada às 15:30h.

Na sessão da tarde, Frangie e Hamza, respondendo a uma indagação de Lisicky, afirmaram peremptoriamente que o Comitê Superior Árabe representava todos os árabes palestinos, sendo destituídos de significação quaisquer pontos de vista divergentes⁸¹, e Fadei Jamali

⁸⁰ Fica assim, mais uma vez e de modo mais do que claro, demonstrada a premeditação de muitas das atitudes árabes em relação a Israel. E daí se pode perfeitamente concluir que o “caso” criado pelos dirigentes dos países árabes em torno dos chamados “refugiados árabes” da Palestina é mero pretexto para uma política já há muito traçada e decidida.

⁸¹ Lembra a propósito García-Granados que membros da UNSCOP haviam sido informados, pelo próprio alto-comissário Sir Alan Cunningham, que o Comitê Superior Árabe não fora eleito, mas sim autônomo, tendo sido reconhecido “na falta de coisa melhor”. E Dov

lembrou que Sir Alexander Cadogan (representante britânico junto às Nações Unidas) era também dessa opinião. Depois foi dada a palavra a Sir Abdur para que ele próprio formulasse suas perguntas (igualmente já antes submetidas por escrito aos representantes árabes). Acharmos que vale a pena transcrever – e, cremos, não será a simples título de curiosidade – parte do diálogo (transcrição *ipsis litteris*, sem cortes):

Sir Abdur – Referindo-me agora ao Acordo Feisal-Weizmann – conheço a alegação de que o rei Feisal não se achava autorizado pelos árabes. Também conheço a alegação de que a condição que impôs não foi cumprida e que a independência não foi conseguida. Sei de tudo isso. Não é necessário que lhes pergunte sobre isso. O que lhes pergunto é: já que a maioria dos países alcançaram a independência, seria demais cumprir agora aquele acordo feito entre o rei Feisal e o Dr. Weizmann?

Emir Arslan – Quero declarar que na qualidade de conselheiro do falecido rei Feisal tive oportunidade de falar-lhe sobre esse esboço de acordo. Este lhe foi apresentado pelo próprio Lawrence. Depois que lhe foi lido e traduzido, ele acrescentou de próprio punho: “Sob a condição de que todas as nações árabes sejam unidas sob um mesmo regime”. Desde que essa foi a condição que não pôde ser realizada – nem por Weizmann, nem por Lawrence – é claro que o acordo caiu por si mesmo. Portanto o que chamam de acordo não é absolutamente um acordo.

Sir Abdur – Não foi de modo algum essa a pergunta que lhes fiz. O que lhes perguntei foi que objeção haveria em cumprir esse acordo, agora que a maioria dos países árabes já obteve sua independência. Era isso que eu queria saber.

Riad Solh – Seria necessário então que a Palestina também fosse independente. Por isso voltamos ao mesmo ponto.

Sir Abdur – Isso me leva à pergunta seguinte. Deveria também a Palestina tornar-se independente antes do documento vigorar, ou não estava a Palestina incluída, conforme afirmou o Dr. Weizmann?

Hamza – Pelo próprio esboço de acordo é evidente por si mesmo que todas as nações árabes deveriam ser independentes e unificadas.

Joseph define esse órgão da seguinte forma: “Um comitê de líderes árabes, representativos de destacadas famílias e grupos políticos árabes da Palestina, mais ou menos autônomo.”

Jamali – O fato de o Comitê estar aqui reunido para investigar a questão da Palestina demonstra que a parte de Feisal no acordo não foi cumprida. E, além do mais, S. M. o falecido rei Feisal, em vida, por diversas ocasiões rejeitou as pretensões sionistas relativas a esse acordo. E mais, esse acordo nunca assumiu uma forma final, oficial, e nunca foi ratificado por qualquer Estado, qualquer governo, ou qualquer organismo permanente.

Senhor presidente, o que os judeus já alcançaram pelo número em que vieram, coloca-os certamente além da promessa do rei Feisal, e muito além de sua expectativa. Gostaria que Sir Abdur Rahman ficasse bem certo disso.

Sir Abdur – Agora, conhecem os senhores os termos da Conferência da Paz de Londres? Conhecem os termos oferecidos na Conferência de Londres? Eles foram subsequentemente retirados pelos árabes. Estão os senhores dispostos a mantê-los agora?

Frangie – Estamos prontos a comunicar ao Comitê as minutas da Conferência de Londres, bem como o texto das propostas árabes.

Sandström – Esses textos serão fornecidos ao Comitê?

Emir Arslan – Esses textos serão entregues ao Comitê amanhã.

Sir Abdur – O que eu quero saber é se estão dispostos a aceitar esses termos agora.

Sandström – O senhor, Sir Abdur Rahman, está se referindo aos termos propostos pelos britânicos ou por quem?

Sir Abdur – Às ofertas árabes. Os termos foram por eles posteriormente retirados. Em relação a esses termos pergunto se agora estão dispostos a aceitá-los.

Emir Arslan – Mantemos o direito de retirá-los.

Sir Abdur – Retiram-se dos mesmos?

Jamali – Não, nós mantemos o direito de retirá-los.

Sir Abdur – Agora, encarariam os senhores com alguma preocupação o estabelecimento de colônias judaicas próximo às fronteiras egípcia ou síria?

Hakki – Bem, o governo egípcio certamente encara com séria preocupação o estabelecimento de colônias judaicas perto da fronteira egípcia. Isso é apenas o indício do primeiro passo para a

execução das ambições judaicas em direção ao Sinai, e certamente o governo egípcio tem tomado medidas contra esse perigo que se aproxima cada vez mais e mais do território egípcio.

Sandström – Tem alguma outra pergunta, Sir Abdur Rahman?

Sir Abdur – Não, não quanto a esse ponto. É o Neguev uma questão importante para os países árabes vizinhos?

Frangie – Pensei que já houvéssemos respondido a essa pergunta, mas se quiser um maior desenvolvimento, aqui vai. O Neguev, como se sabe, é uma região bastante árida. É mui pouco habitada, exceto por tribos de beduínos; esses beduínos precisam dessa parte do país por não terem possibilidade de se estabelecer em outra parte. Além disso, a população árabe da Palestina aumenta cada ano de vários milhares, e por isso necessitará tanto mais dessas áreas. De qualquer maneira, essa parte do sul da Palestina é para nós um ponto estratégico e jamais a cederemos. Precisamos dela para os árabes.

Hamza – Lamento expandir-me um pouco sobre isso em resposta a Sir Abdur Rahman. Estávamos falando a respeito da Palestina – que os árabes nunca tolerariam um Estado Judeu na Palestina nem em qualquer porção da mesma. De modo que quando a pergunta é formulada dessa maneira, pode ser considerada como impelindo-nos a aceitar uma parte da Palestina. Embora o Neguev seja ele próprio uma parte da Palestina, falávamos da Palestina em geral.

Sir Abdur – É isso do interesse dos países árabes adjacentes?

Hamza – Claro; é muito importante estrategicamente e para fins de comunicação.

Jamali – É, importante estrategicamente; e para o desenvolvimento futuro, com relação à população árabe, estou certo de que os árabes levarão muito do Neguev, que agora é deserto, ao cultivo quando aumentar a população⁸².

Frangie – Creio haveremos mostrado esta manhã que os judeus realizaram algum trabalho nessa região da Palestina, mas não foi um trabalho econômico no sentido comum da palavra. Se eles insistem em ter o Neguev é porque querem colocar nele novos imigrantes. Se

⁸² Reparem na contradição: se os beduínos precisavam tanto do deserto (conforme declarou Frangie), por que reivindicá-lo para povoamento? (O próprio Frangie, aliás, já caíra na mesma contradição.)

estão lembrados, afirmei que nessa região um acre de terra custa cerca de 300 a 500 libras e que o custo da irrigação é de 50 a 80 libras por ano.

Gostaria de acrescentar que a importância do Neguev está em que é parte do mundo árabe no que diz respeito às comunicações. Viajar por terra significa travessia de um dia através do Neguev para o Egito. E afinal de contas o Neguev é uma parte do nosso país. Pode ser uma parte pobre, mas é como uma criança fraca; quando se tem uma criança fraca não se quer entregá-la. Nós temos essa espécie de afeição por nosso deserto tanto quanto por nossas montanhas e rios.

G.-Granados – Há uma coisa que não compreendo e é o que querem dizer quando falam da importância estratégica do Neguev para os países árabes vizinhos. Creio que os árabes se encontram em situação semelhante aos latino-americanos. Podemos nos considerar irmãos. Mas se nos perguntassem se, por exemplo, uma parte da Colômbia tem importância estratégica para nós, eu diria que não. Parte do meu país poderá ter importância estratégica para meu país, mas não para outro país. Eu compreenderia se dissessem que o Neguev tinha importância estratégica para a Palestina, ou para a Grã-Bretanha, mas não para os países vizinhos.

Emir Arslan – Creio que houve uma guerra bastante conhecida nos tempos modernos; isto é, uma guerra entre dois países da América Latina, que foi provocada por um país que certamente não é menos deserto que o Neguev⁸³.

Frangie – Creio ser nosso pleno direito agir de maneira tal que essa terra de grande importância estratégica não fique em mãos inimigas.

Sandström – Há outras perguntas?

Hakki – Acho que talvez a razão dessa pergunta seja a ideia de que se um Estado Judeu for criado no Neguev não constituirá perigo para os países vizinhos. Já demonstramos que um Estado Judeu criado na Palestina, seja em Haifa ou Tel Aviv ou no Neguev, seria um perigo em condições iguais para os países adjacentes. É sempre um perigo,

⁸³ Não atinamos bem a que guerra o emir sírio queria referir-se. Seria à assim chamada Guerra do Salitre (também conhecida como Guerra do Pacífico), do Chile contra a Bolívia (e Peru)? Ou à Guerra do Chaco (entre Bolívia e Paraguai)? De qualquer maneira, a comparação não tem cabimento, sendo mesmo de estranhar que nenhum dos representantes latino-americanos presentes (García-Granados, Fabregat ou García Salazar) houvesse feito qualquer retificação (a não ser, talvez, que achassem seria apenas perda de tempo).

quer seja criado em Tel Aviv ou no Neguev. Assim não vejo qualquer motivo para essa pergunta.

Sir Abdur – O sentido da pergunta era simplesmente o de que o Neguev confina com a fronteira egípcia. O sentido é óbvio se o senhor se der ao trabalho de seguir meu pensamento. Eu queria saber se o Neguev, do ponto de vista estratégico, teria alguma significação como país irmão para o governo egípcio.

Hakki – É sempre um perigo para os países adjacentes, quer seja o Egito ou qualquer outro lugar na Palestina, e isso pelas razões já expostas.

Adiante, ainda uma vez, nova demonstração da mais completa intransigência árabe. Desta feita, diante duma pergunta do representante tcheco:

Lisicky – À página seis do memorando que ontem nos foi apresentado há uma referência a promessas contraditórias feitas pelos aliados a árabes e judeus. Isso significa que não devemos considerar promessas contraditórias feitas a duas partes diferentes, e precisamos encontrar uma saída. Portanto, penso que esta é uma situação típica em que se deve procurar um acordo.

Gostaria de saber qual, na opinião dos Estados Árabes, é o tipo de acordo político que poderia ser alcançado. Ouvi suas exigências, e me parece que aquilo que estariam inclinados a aceitar como um acordo seria aproximadamente o seguinte: Queremos 100% das nossas reivindicações, e os outros podem ficar com o resto. Penso que isso é mais ou menos como a quadratura do círculo.

Jamali (friamente) – Senhor presidente, os árabes não baseiam seus direitos em promessas. Cremos ser a Palestina um país árabe não porque a Grã-Bretanha prometeu que o seria mas porque é um país árabe. Promessas foram feitas, sim, mas que valor têm essas promessas? As promessas foram primeiramente feitas aos árabes. Elas vieram confirmar um direito básico, existente. A promessa feita depois aos sionistas não se baseava num direito. Não viemos às Nações Unidas para transigir entre o certo e o errado. Queremos soluções justas. E soluções que são justas nem sempre se baseiam em acordos.

Gostaria de saber se o ilustre membro apreciaria qualquer acordo se alguém assaltasse seu país e tirasse parte dele. Estaria disposto a um acordo?

O emir Arlan afirmou que as promessas feitas aos árabes tinham prioridade por serem mais antigas (“a promessa feita aos árabes foi feita entre 1915 e 1916; a esse tempo o Reino Unido não fizera promessa alguma aos judeus”). E Hamid Frangic: “Eu compreenderia que se procurasse um acordo se nenhuma das duas promessas houvesse sido realizada, mas agora o Lar Nacional Judaico existe enquanto a outra promessa não foi cumprida. Acho, por isso, que não é esta a ocasião para se procurar um acordo.”

A parte final da sessão foi tomada por longo discurso de Fadel Jamali. Nada de novo, mantendo-se quase constantemente dentro da linha já rotineira da argumentação árabe. Assim, por exemplo: “Não haveria hoje problema algum na Palestina se não fosse pela ambição e agressão sionistas”. Ou: “A verdade indiscutível é que os árabes são unanimemente contrários ao sionismo político e que os sionistas nunca poderão estabelecer um Estado no mundo árabe”. Ou ainda, como sugestão para “solucionar” o problema palestinese: “Os sionistas deveriam ser advertidos no sentido de se contentarem com o lar cultural e espiritual que já conseguiram, abandonando seus agressivos desígnios políticos... Se for julgado que um Estado Judeu é uma necessidade humana, deve então ser concedido fora da Palestina”. Às 17:50h foi encerrada a sessão, cujo resultado foi apreciado da seguinte forma por David Horowitz: “Os homens do Comitê puderam novamente comprovar a loucura que seria confiar o destino de uma numerosa minoria judaica às mãos das fanáticas e extremistas autoridades árabes representadas na Liga”.

Na manhã seguinte o grupo que constituía a UNSCOP dividiu-se: Hood, Fabregat e García-Granados, acompanhados de diversos membros do secretariado, embarcaram em avião especial para Genebra; Sandström e os membros restantes do Comitê – com exceção de Sir Abdur que permaneceria em Beirute – tomaram três aviões fornecidos pelo rei Abdullah, dirigindo-se a Amã, capital da Transjordânia⁸⁴. (Um dia depois

Sir Abdur e seus colegas, já de retorno da Transjordânia, seguiram, também em avião especial, para Genebra, onde chegariam a 27.).

Em Amã os membros da UNSCOP foram recebidos em audiência pelo rei Abdullah. Baixo, simpático, falou ele unicamente em árabe, sua fala entremeada de frequentes sorrisos. Sandström perguntou-lhe se desejava dizer algo sobre o acordo Feisal-Weizmann, uma vez que Feisal fora seu irmão. Respondeu o rei que considerava esse documento ilegal porque seu irmão não havia sido autorizado por seu pai, Hussein, a assinar qualquer acordo com Weizmann. Sobre a imigração judaica disse, sorrindo: “Já há bastantes judeus na Palestina”. Estaria Sua Majestade disposto a admitir judeus na Transjordânia? Abdullah deu uma gargalhada e disse: “Isso seria pedir-me que cortasse meu próprio pescoço”. E a respeito da solução que ele admitiria para a Palestina: “Qualquer que seja a solução, os incontestáveis direitos árabes devem ser resguardados. Será muito difícil aos árabes aceitar um Estado Judeu mesmo numa parte da Palestina”. Concluiu manifestando a esperança de que o Comitê viesse a encontrar uma solução.

Em Genebra (que segundo García-Granados, recebeu a UNSCOP “com a indiferença que era de se esperar de uma cidade que havia visto tantos organismos internacionais irem e virem”) foi posto à disposição de cada membro um escritório no majestoso Palais des Nations; e ali puseram-se a trabalhar nos monumentais salões por onde, ainda no dizer de García-Granados, vagavam “os fantasmas da futilidade internacional”. Deixemo-los discutindo – e divergindo (adiante veremos por que) – e retomemos a odisseia do *Exodus*.

28 de julho – os três navios-prisões ancoram em Port du Bouc, pequeno porto do sul da França, próximo de Marselha. O governo francês – em cujo seio se travara uma batalha se não jurídica pelo menos moral – decidira, após alguns dias de hesitação (e contrariando não só os desejos britânicos como também os do ministro do Exterior, Georges Bidault, que havia insistentemente procurado satisfazer a vontade de Bevin), que não seria empregada a força para obrigar os refugiados a desembarcar, aceitando-se porém em território francês todos aqueles que

⁸⁴ García-Granados e Fabregat haviam sido mais ou menos arbitrariamente excluídos por Sandström da visita a Amã (os aviões enviados por Abdullah eram pequenos e com lotação limitada). Interpelado a respeito, Sandström alegou que houvera um mal-entendido, mas

García-Granados e Fabregat se desinteressaram completamente da pequena excursão por considerá-la inútil.

espontaneamente desejassem ali permanecer. Os ingleses então lançaram mão de outro recurso: suspenderam o fornecimento de alimentos e água aos refugiados, esperando assim obrigá-los pela fome (associada a um calor sufocante)⁸⁵ a descer de bordo. As autoridades francesas, porém, não se mostraram dispostas a ver ninguém condenado a morrer de fome em águas territoriais de seu país, e com o apoio tácito das mesmas o abastecimento alimentar dos refugiados foi assegurado por duas organizações assistenciais, uma francesa e a outra americana (esta judaica, já citada); Entr'aide Française e American Joint Distribution Committee. (Não deixava isso de representar uma considerável melhora, pois durante a viagem os refugiados recebiam apenas rações militares, constituídas de alimentos desidratados.). Assinale-se, contudo, que todos os alimentos trazidos eram pelos ingleses perfurados à baioneta. Também subiram a bordo médicos, franceses e suíços, e graças a eles foi evitada a eclosão de graves surtos epidêmicos⁸⁶.

A oferta de asilo, extensiva a todos que quisessem desembarcar voluntariamente, foi oficialmente transmitida aos refugiados pelo prefeito de Marselha, M. Collaveri. Acompanhado de outras autoridades e um intérprete, subiu ele primeiramente a bordo do *Ocean Vigour*, o navio-hospital (os ingleses haviam feito questão que se comesse por esse navio, por eles considerado como oferecendo maiores possibilidades de receptividade); ali procedeu-se à leitura (francês, hebraico e iídiche) de um comunicado do governo francês. A resposta (aplaudida entusiasticamente) foi dada por um porta-voz dos refugiados: agradecia-se ao governo francês, “que mostrara ao mundo como lidar com refugiados”, mas o que se queria era Liberté, Égalité, Fraternité, porém *chez nous*, na Palestina. Cerimônia igual foi pouco depois repetida, com idêntico resultado, nos outros dois navios (os ingleses queriam que para esses se aguardasse mais um ou dois dias, mas os franceses não concordaram). O prefeito Collaveri descreveu, em relatório, as condições em que encontrou os refugiados. Eis um trecho desse relatório: “Descemos ao primeiro porão onde encontramos uns 800 refugiados, velhos e moços, inclusive mulheres grávidas, bebês e crianças

⁸⁵ O calor seria após alguns dias sucedido por chuvas torrenciais, igualmente incapazes – não obstante a recusa britânica de proporcionar condições mais adequadas de abrigo – de abalar o ânimo dos “ilegais”.

⁸⁶ No trabalho de assistência médica destacaram-se especialmente, por sua atividade incansável e dedicação, o Dr. Jean Gayla, inspetor-geral da Saúde Pública da França, e o jovem Dr. Jacques Besson, da Assistência Pública de Marselha.

de 2 ou 3 anos, todos amontoados e apertados numa atmosfera sórdida, fétida, sem camas⁸⁷. Pareciam cansados, desgastados e doentes”.

Será interessante registrarmos aqui o resultado geral apresentado pela oferta de asilo depois de transcorridas 3 semanas de permanência em Port du Bouc: desembarcaram apenas 130 refugiados, ou seja 3% do total (esse número é fornecido por Kirk, mas Ruth Gruber dá um total um pouco maior – 159), quase todos enfermos (Kimche cita, contudo, o caso de um refugiado que escapuliu do navio para fugir da esposa). Essa resistência passiva dos refugiados era, segundo Kirk, “ativamente encorajada” por rapazes da Palmach que se achavam a bordo⁸⁸, e o mesmo autor lamenta que os franceses houvessem permitido a agentes da Haganah aproximarem-se dos navios com uma lancha e daí se dirigirem aos refugiados por meio de um alto-falante. Todavia, a principal contribuição para manter o moral elevado foi – é Ruth Gruber que o afirma – das crianças: trabalhando, estudando (principalmente o hebraico)⁸⁹ e brincando.

A imprensa (principalmente a francesa) dedicou grande espaço a esses acontecimentos, sendo violentamente atacada a “desumana” política britânica. De uma notícia publicada no renomado semanário *The Economist* de Londres:

Ingleses trabalhando em Paris não se recordam de nada desde a libertação que se compare às injúrias que agora são lançadas sobre os britânicos pelos jornalistas franceses. Os socialistas franceses são abertamente favoráveis às reivindicações sionistas na Palestina, e levaram sua parcialidade ao ponto de ter o Ministério do Interior confiado a feia situação em Port du Bouc a um funcionário de simpatias sionistas.

O veterano estadista Léon Blum⁹⁰ (cujos sentimentos filobritânicos eram notórios) afirmou com ênfase: “Nossos amigos britânicos devem

⁸⁷ Em vez de camas havia apenas cobertores sujos, e cada cobertor tinha de ser compartilhado por quatro refugiados.

⁸⁸ Autoridades militares britânicas declararam que os refugiados estavam sujeitos a coação e ameaças de fanáticos a bordo.

⁸⁹ Espetáculo profundamente deprimente seria proporcionado pelos ingleses que – a pretexto de coibir propaganda subversiva – queimaram todos os livros em hebraico e iídiche que encontraram; nem as Bíblias e livros de orações escaparam...

⁹⁰ Leon Blum fora o primeiro judeu e o primeiro socialista a ocupar, em 1936, o cargo de primeiro-ministro da França.

compreender que seu comportamento em relação aos imigrantes da Palestina ofende e revolta a consciência do mundo”. E até na própria Inglaterra já se começava a dizer que o governo havia ido longe demais. Esse ambiente psicológico tão favorável não pôde, entretanto, ser aproveitado em favor dos refugiados. Já veremos por quê.

A 29 de julho, na Palestina, foram executadas as sentenças de morte impostas a 16 de junho: Abshalom Habib, Meir Nakar e Jacob Weiss, membros do Irgun, foram enforcados⁹¹, sem terem sido atendidos em seu último desejo – ver seus pais (a estes foi dito: “Venham às 8 da manhã com um caminhão e lhes entregaremos os corpos”). No dia seguinte, para usar as palavras do comandante do Irgun, este “levou a cabo as advertências de enforcamentos de represália”.

31 de julho – diz Beigin: “Um tremor percorreu todo o Império Britânico”. Nesse dia, num bosque perto de Nathanya, foram encontrados, enforcados numa árvore, os corpos dos dois sargentos que haviam sido raptados pelo Irgun. A barbárie do ato foi ainda acentuada: amarrados aos corpos achavam-se armadilhas de explosivos que, detonando, causaram ferimentos num oficial britânico. Nenhum dos atos de terrorismo até então perpetrados na Palestina provocou emoção e revolta tão intensas quanto esse (qualificado por David Horowitz como “o mais execrável na crônica do terrorismo do Irgun”). A opinião pública britânica, que começara a se inclinar favoravelmente aos refugiados judeus, passou logo por completa reviravolta⁹². Em diversas cidades inglesas – entre elas Manchester e Liverpool – ocorreram manifestações violentas, com ataques a sinagogas e outras propriedades judaicas. Na Palestina, soldados e policiais britânicos, percorrendo em veículos as ruas de Tel Aviv, atiraram indiscriminadamente em lojas, cafés e ônibus do que resultaram 5 mortos e 27 feridos. E quanto ao governo inglês, sentiu-se então bem à vontade para endurecer ainda mais sua atitude em relação aos refugiados do *Exodus*.

⁹¹ Diz García-Granados que as autoridades britânicas aparentemente esperaram apenas que a UNSCOP saísse do Oriente Médio para realizar as execuções.

⁹² Essa nova atitude refletiu-se até no cinema: achava-se então em preparo o filme *Oliver Twist* (de David Lean), baseado na obra homônima de Dickens, e um de seus personagens, o judeu Fagin – interpretado por Alec Guinness, aí no início de sua carreira cinematográfica – teve então seus traços negativos e antipáticos exageradamente acentuados.

Nessa mesma data (31 de julho), em Genebra, realizou a UNSCOP uma votação sobre se deveriam ou não ser visitados os campos de pessoas deslocadas. Essa votação foi precedida de discussões que se haviam prolongado durante dias sem que se pudesse chegar a acordo. Sir Abdur Rahman mostrou-se energicamente contrário a qualquer visita, enquanto Fabregat e García-Granados manifestaram-se vigorosamente a favor. Também favorável (aliás surpreendentemente) mostrou-se o australiano Hood; disse ele que “o Comitê deveria averiguar se houve mudança de opinião desde as constatações da Comissão de Inquérito Anglo-Americana um ano atrás”⁹³. A dupla muçulmana manteve-se solidária: Entezam apoiou o ponto de vista de Sir Abdur, dizendo que já se sabia de tudo e nada mais havia a aprender. Opinião idêntica, embora por razões outras, foi manifestada pelo iugoslavo Simic: “O desejo das pessoas deslocadas judaicas de irem à Palestina é de conhecimento geral. Por que perder tempo para confirmá-lo?”.

Antes, porém, que votassem formalmente ficou decidido ouvir representantes da Organização Internacional de Refugiados (IRO, do inglês International Refugee Organization), administradora dos campos⁹⁴. Um dos que depuseram foi o secretário executivo da Comissão Preparatória da IRO, Arthur Altmeyer, que fez um relato sobre os esforços empreendidos pela IRO para encontrar países dispostos a receber refugiados judeus; foi depois submetido a breve interrogatório, do qual transcrevemos um trecho:

G.-Granados – Vê o senhor, em futuro próximo, qualquer possibilidade de uma colonização em massa de judeus em países que não a Palestina?

Altmeyer – Levando em conta todas as informações disponíveis, não vejo possibilidade de país algum no mundo aceitar uma imigração judaica em larga escala. Isso é bastante compreensível. Em alguns setores os judeus são malvistas e os governos estão ansiosos por evitar situações que prevaleceram durante muitos séculos na Europa. Em outros países, onde o antissemitismo é desconhecido, as

⁹³ A Comissão Anglo-Americana, convém lembrar, afirmara que virtualmente todos os internados nos campos desejavam ir somente para a Palestina. Observou García-Granados que Hood “aparentemente acreditava que a essa altura a maioria não mais desejasse ir à Palestina”.

⁹⁴ A IRO sucedera nessa tarefa à UNRRA, e, como esta, filiava-se à Organização das Nações Unidas.

condições econômicas são tais que exigem um tipo de imigrante agrícola que não é facilmente encontrado entre os homens de profissão liberal, artesãos e trabalhadores especializados dos campos de refugiados.

Tendo outro membro da UNSCOP lhe perguntado se encontrara entre os judeus internados qualquer propaganda sugerindo que poderia haver outros países para onde pudessem ir, respondeu Altmeyer:

É difícil formar opinião sobre isso. Pessoalmente nada vi de tal propaganda, e também muito pouco referente à Palestina, exceto que aqui e ali viam-se *slogans* alusivos à Palestina, e nas paredes retratos de pioneiros judeus trabalhando nos campos da Palestina. Quase sempre, porém, esses retratos eram pintados pelos próprios internados. Indubitavelmente grande número deles – talvez a maioria – está esperançosa de algum dia, em futuro próximo, chegar à Palestina.

A votação sobre a visita aos campos de pessoas deslocadas apresentou o seguinte resultado: 6 votos a favor (Canadá, Guatemala, Uruguai, Suécia, Holanda e Austrália), 4 votos contra (Índia, Irã, Iugoslávia e Peru) e 1 abstenção (Tchecoslováquia). Foi então resolvido enviar um subcomitê aos campos de refugiados a fim de ali realizar estudo de uma semana. A presidência do subcomitê (designado como Subcomitê 3) coube a Hood, e com exceção de García-Granados e Fabregat os demais foram os suplentes.

O primeiro campo de pessoas deslocadas visitado foi o de Kloster Indersdorf, para órfãos judeus, e no qual se encontravam 175 crianças, em sua maior parte de origem polonesa, com idade compreendida entre 8 e 16 anos. Foram ali recebidos pela Srta. Myriam Woolpi, funcionária da IRO encarregada do campo. Disse ela: “Estas crianças não têm estabilidade nem segurança. Pensam que este lugar é somente um ponto de escala na rota da Palestina. Elas, na Alemanha, se sentem rodeadas de ódio – e lembrem-se: seus pais foram mortos a fome, a gás, ou cremados, pelos alemães”. Informando que o maior problema era o disciplinar, acrescentou: “Nossa arma mais eficaz é dizer-lhes ‘Não vamos mandá-los à Palestina’. Esta é para eles a ameaça mais terrível, mais aterradora”. Narra García-Granados que percorrendo esse campo ele e seus colegas avistaram sobre uma mesa a fotografia de um rapaz de uns 16 anos com a moldura recoberta de tecido preto; sob a fotografia havia sido escrito em hebraico: “À memória de Zvi

Jacobowitz⁹⁵, nosso irmão e amigo, que caiu vitimado às portas da Palestina. Seguiremos seus passos”.

Foi a seguir visitado o campo de Landsberg (próximo de Munique), um dos maiores, com mais de 5.000 internados (também em sua maior parte de origem polonesa), com idade em geral entre 20 e 35 anos. Todos os refugiados interrogados pelos membros da UNSCOP manifestaram desejo de ir à Palestina. Um médico grego, que passara por vários campos de concentração e assistira a sua esposa e ao filho de um ano serem levados ao crematório, disse: “Agora, aqui, veem-nos os senhores em outro campo de concentração. A única diferença é que este não tem crematório. Vivemos por trás de arame farpado. Frequentemente a polícia militar nos impede de sair. E quando o fazemos, ouvimos observações antissemitas amargas, maldosas. Os militares realizam buscas nos campos. Não respeitam nossa vida particular e remexem nossos pertences pessoais como se fôssemos prisioneiros. Estou cansado de ser tratado como um cão... Estou farto... farto...”

No setor americano de Viena o subcomitê da UNSCOP visitou o antigo Hospital Rothschild, transformado em “centro de ajuntamento” para refugiados judeus chegados durante as últimas seis semanas, oriundos da Romênia, onde grassava nova onda de antissemitismo, os judeus sendo acusados de ter contribuído para a entrada dos soviéticos no país. Nesse centro ouviram o depoimento do Dr. Otto Wolken, médico judeu alemão, sobrevivente de Auschwitz: “Tirei chapas de raios-X de 2.000 pessoas daqui, escolhidas a esmo. Dessas, 1.400 são tuberculosas... As condições sanitárias são incríveis. Temos 18 W.C. para 4.000 pessoas⁹⁶. Metade dos que aqui estão sofre de desnutrição. Os senhores podem imaginar seu estado mental”. O prédio estava todo ele apinhado, inclusive os porões⁹⁷. Descendo até estes, García-Granados não pôde suportar o cheiro e sentindo-se mal teve de procurar às pressas o ar livre. Na porta encontrou-se com o suplente iriano, Dr. Ardalan, que com a fisionomia conturbada e a voz

⁹⁵ Zvi Jacobowitz – que esteve internado em Kloster Indersdorf, de onde “fugira” com alguns companheiros – achava-se a bordo do *Exodus* e morreu por ocasião da abordagem realizada pelos ingleses.

⁹⁶ A capacidade normal do prédio era de 1 000 pessoas. Outros 2 250 refugiados judeus da Romênia encontravam-se numa escola (Escola Arzberger).

⁹⁷ Os campos de pessoas deslocadas, também superlotados, não aceitavam mais refugiados.

trêmula lhe disse: “Isto é um crime contra a humanidade. Nunca imaginei que viria a testemunhar uma coisa dessas”.

Em Berlim – em cujo setor americano se encontrava o Centro Duppel, com cerca de 3.400 refugiados, oriundos principalmente da Polônia – foram ouvidos os comandantes militares britânico e americano na Alemanha, respectivamente generais Sir Brian Robertson e Lucius D. Clay. Ambos expressaram a convicção de que a grande maioria dos internados desejava ir à Palestina, sendo ainda o subcomitê advertido pelo general Clay de que a situação emocional dos internados estava-se agravando.

Em Hohne (zona britânica da Alemanha, próximo ao local onde se erguera o campo de extermínio de Bergen-Belsen, e onde então se encontravam aproximadamente 9.000 refugiados judeus, dos quais 85% de origem polonesa) foi o subcomitê convidado pelo brigadeiro Kinchington (chefe da Divisão de Prisioneiros de Guerra, Pessoas Deslocadas e Refugiados, do Elemento Britânico na Comissão de Controle para a Alemanha) a acompanhá-lo à estação ferroviária. Ali assistiram ao embarque de cerca de 400 refugiados “legais” – alegres e risonhos – rumo à Palestina (foram estes, pensou consigo mesmo García-Granados, “os únicos judeus felizes que vi na Europa”). Explicou o brigadeiro Kinchington que mensalmente era enviado aquele número à Palestina, dando-se prioridade aos que haviam sofrido mais e estavam há mais tempo internados; e acrescentou (diz García-Granados que com “tremenda sinceridade”): “Por Deus que desejaria fosse a quota da Palestina cinco vezes maior”.

A 17 de agosto já se achava o subcomitê de volta a Genebra. No relatório que apresentou, dizia-se: “Tudo considerado, parece-nos justo afirmar que praticamente todas as pessoas nos campos de pessoas deslocadas judaicas na Alemanha e Áustria desejam, mais ou menos decididamente, ir à Palestina”. E adiante: “A maioria esmagadora das pessoas interrogadas afirmaram não estar interessadas em estabelecer-se em qualquer país que não a Palestina, declarando que preferiam esperar indefinidamente até surgir a oportunidade de ir à Palestina ou tentar uma travessia ilegal”. Menção especial foi feita da situação em Viena, declarando o subcomitê ter ficado “estupefato pelas condições de imundície, miséria e superamento” sob as quais os refugiados judeus tinham necessariamente de ser abrigados naquela cidade.

Em Genebra encontravam-se também Moshe Shertok, David Horowitz e alguns assessores (entre os quais o futuro vice-primeiro-ministro e ministro do Exterior A. Eban); visavam eles com sua presença influenciar a UNSCOP por meio de contatos pessoais⁹⁸, no sentido de evitar que fosse apresentada no relatório uma solução contrária aos interesses sionistas.

Durante cerca de duas semanas esteve a UNSCOP em febril atividade com seus membros trabalhando de 12 a 14 horas por dia. Por proposta de Sir Abdur foi a elaboração do relatório precedida de uma informal troca de ideias, durante a qual todos, sem exceção, se mostraram a favor da terminação do mandato. Também houve unanimidade quanto ao não estabelecimento na Palestina em seu todo nem somente de um Estado árabe nem somente um Estado judeu. Não ousou Sir Abdur propor uma solução categoricamente pró-árabe, embora afirmasse terem os árabes “como donos da Palestina o direito natural de reivindicar a Palestina como um Estado árabe”; outrossim, disse ele, receberam os árabes uma promessa internacional de independência, enquanto que as promessas feitas aos judeus foram, em sua opinião, “dúbias e dubiamente dadas”. Coube a Sandström a retificação, ao retrucar que as promessas feitas aos árabes não tiveram sanção internacional, ao passo que as feitas aos judeus receberam a sanção da Liga das Nações. A ideia de um Estado binacional foi apoiada por apenas três membros: os dois muçulmanos (Sir Abdur⁹⁹ e Entezam) e Simic (em cujo país, Iugoslávia, parte ponderável da população era muçulmana). Os restantes declararam-se favoráveis a uma partilha. Os detalhes da mesma, contudo, seriam discutidos durante vários dias, constituindo o problema mais espinhoso o da fixação de fronteiras (especialmente difícil revelar-se-ia decidir quanto à Galileia ocidental, ao Neguev e Jerusalém). Coube aí ao juiz Rand intervir energicamente – “a promessa relativa a um Lar Nacional Judeu”, disse ele, “nunca foi cumprida” – para que o Estado Judeu tivesse uma área que tornasse sua existência exequível.

⁹⁸ Foi num desses contatos pessoais que Lisicky deu o seguinte conselho: “Não continuem aspirando por uma solução integral a todo custo. É muito melhor aceitar uma solução que seja meio satisfatória do que deixar passar a oportunidade.”

⁹⁹ Afirma Horowitz que assim Sir Abdur propugnava por algo que no fim de contas seria “um Estado árabe camuflado”.

Nesse ínterim preparavam as autoridades inglesas nova e desagradável surpresa. A 21 de agosto Berl Locker, do Executivo da Agência Judaica, foi convocado à presença do chefe da Seção do Oriente Médio do Colonial Office, Trafford Smith, que o colocou a par da mais recente decisão governamental em relação aos refugiados do *Exodus*. Consistia essa decisão num ultimato: se até o dia seguinte os refugiados não descessem dos navios de deportação, seriam eles levados por mar até a zona britânica da Alemanha e ali imediatamente desembarcados. Um comunicado do Foreign Office procurou justificar a escolha do lugar – sem dúvida extremamente injurioso – como sendo “o único território sob jurisdição britânica, Chipre excluído, onde um tão grande número de pessoas pode ser adequadamente alojado e alimentado a curto prazo”. E numa vã tentativa de diminuir o impacto emocional dessa decisão, anunciou o governo britânico que os refugiados não seriam levados à “área de Belsen” e que os soldados incumbidos do desembarque não usariam rifles mas apenas cassetetes. Todavia, como diz Kimche, “permanecia o fato de que tropas britânicas, quer armadas de rifles quer de cassetetes, seriam empregadas para obrigar 4.500 judeus a retornar ao solo odiado da Alemanha”.

O ultimato foi oficialmente transmitido aos refugiados pelo cônsul-geral inglês em Marselha, Sidney E. Kay. Às 11 horas desse mesmo dia 21 de agosto subiu ele a bordo do *Runnymede Park*, e enquanto se desincumbia de sua missão soldados britânicos distribuíam entre os refugiados papéis datilografados em que se lia (em inglês e francês):

Aos passageiros do *Runnymede Park*, *Empire Rival* e *Ocean Vigour*:

Esta declaração lhes é feita em nome do Governo Britânico.

Aqueles que não desembarcarem em Port du Bouc até as 18 horas de amanhã, 22 de agosto, serão levados por mar a Hamburgo.

E para que ninguém alegasse não ter entendido, foi o texto acima transcrito, no quadro negro de bordo, em alemão, iídiche e polonês.

A mesma cerimônia foi logo a seguir repetida no *Empire Rival* e no *Ocean Vigour*. Neste último os líderes dos refugiados pediram tempo para falar com seus representados e realizar uma votação. Decorrida meia hora, um deles (um advogado polonês) voltou à cabina onde se encontravam o

cônsul britânico e sua comitiva e anunciou: “Nossa decisão é não desembarcar”¹⁰⁰.

A noite emitiu a Haganah o seguinte comunicado:

Desta vez nosso poder não foi suficiente para desembarcar os imigrantes do *Exodus* nas praias de nossa pátria. Mas faremos tudo que estiver a nosso alcance para em futuro próximo trazer de volta à Palestina os imigrantes do *Exodus*. Com a posição que assumiram, escreveram os imigrantes uma página brilhante na história dos judeus por sua liberdade. A tarefa de trazer os judeus de volta à sua pátria continuará e será intensificada. Estamos certos de que todo o mundo civilizado condena este mais recente crime do Governo Britânico.

Na mesma noite dois botes com pessoal da Haganah se aproximaram dos navios a fim de dizer aos refugiados, por meio de alto-falantes, que eles não estavam sós e que o mundo inteiro conhecia seu heroísmo. (Para impedir que essa mensagem de estímulo fosse ouvida pelos refugiados os ingleses fizeram soar estridentemente as sirenas.)

No último dia de permanência em Port Bouc foi permitido a três jornalistas subirem a bordo dos navios. Entre eles, representando a imprensa americana, achava-se Ruth Gruber, que comparou o que então viu a “um desenho a carvão do Inferno”. Conta-nos essa jornalista que no momento em que segurava ao colo um dos muitos bebês que ali se encontravam, aproximou-se dela Mordecai Rosman (um dos poucos sobreviventes do gueto de Varsóvia), que lhe disse sarcasticamente: “A senhora tem nas mãos um combatente contra o Império Britânico. Estes são os soldados que a Inglaterra combate”.

Nas derradeiras horas de estadia no pequeno porto desembarcaram apenas sete refugiados, todos eles em condições de saúde que lhes impossibilitavam enfrentar nova viagem. Exatamente às 18 horas (pontualidade britânica!) o *Runnymede Park* levantou ferros, apitou e lentamente pôs-se a caminho; às 18:10h partia o *Ocean Vigour*, e cinco minutos depois o *Empire Rival*. Já os aguardava uma escolta de três navios de guerra britânicos. No cais, algumas jovens da Haganah; disse uma delas

¹⁰⁰ Nos outros dois navios as reações haviam sido as seguintes: no *Runnymede Park* dois refugiados expressaram, em nome de seus companheiros, um protesto contra a política britânica, enquanto que no *Empire Rival* os porta-vozes dos refugiados – dois americanos – ao receberem o ultimato responderam simplesmente “O.K.”.

em voz baixa a Ruth Gruber, que se encontrava a seu lado: “Agora a senhora verá o nascimento de um Estado Judeu”. E para completar o quadro, um toque de contraste: os habitantes de Port du Bouc preparando, alegre e festivamente, uma celebração para o dia seguinte, terceiro aniversário da libertação da cidade.

Algumas tentativas seriam ainda feitas para demover o governo britânico. O próprio alto-comissário para a Palestina, Sir Alan Cunningham, foi especialmente a Londres para avistar-se com Sir Thomas Lloyd, subsecretário das Colônias, instando-o a recuar antes que fosse demasiado tarde; argumentou que se estava cometendo um grave erro, tanto por motivos humanitários quanto do ponto de vista da conveniência política, e que se proporcionava à propaganda sionista antibritânica um presente como jamais poderiam ter imaginado. Mas de nada valeu seu apelo. Em Gibraltar, onde a triste frota fez escala para se abastecer de combustível e suprimentos, um advogado inglês conseguiu detê-la por alguns dias com um mandado judicial, mas o mandado foi revogado e os navios prosseguiram viagem. O *The Economist*, que anteriormente apoiara a política do governo, qualificava-a agora de “bronca”, e solicitou às autoridades que desviassem os navios para um porto inglês, para o que seria necessário apenas uma mensagem de rádio e “um relampejo de bom senso nos setores responsáveis”. Tudo em vão – Bevin não se deixaria privar de sua vingança.

Em nosso ziguezague cronológico retornemos por instantes a Genebra, onde a 31 de agosto, pouco antes da meia-noite, os membros da UNSCOP assinaram, por ordem alfabética, seu relatório à Assembleia Geral das Nações Unidas; cumprimentaram-se mutuamente e se despediram¹⁰¹. Voltariam a encontrar-se do outro lado do Atlântico.

Examinemos, embora sucintamente, o relatório. Continha ele em sua parte essencial, uma série de recomendações endossadas – com exceção das duas primeiras, unânimes – pela maioria dos membros da UNSCOP (Canadá, Guatemala, Peru, Uruguai, Suécia, Holanda, Tchecoslováquia):

a) que fosse posto fim ao mandato britânico;

b) que se concedesse, o mais breve possível, independência à Palestina;

c) que se efetuasse na Palestina uma partilha em dois Estados soberanos, árabe e judeu, devendo ambos apresentar um caráter democrático e salvaguardar os direitos e interesses de minorias;

d) que houvesse entre os dois Estados uma união econômica¹⁰² abrangendo tarifas alfandegárias, moedas, transportes e desenvolvimento econômico em conjunto;

e) que as cidades de Jerusalém e Belém, incluindo seus subúrbios rurais, constituíssem um *corpus separatum*, desmilitarizado e neutralizado, sob administração das Nações Unidas;

f) que durante o período de transição (que não deveria ultrapassar 1º de setembro de 1949) continuasse a Grã-Bretanha encarregada da administração, porém sob controle das Nações Unidas, devendo admitir no Estado Judeu 6.250 imigrantes judeus por mês e obrigando-se igualmente a abolir, nesse mesmo Estado, os regulamentos sobre transferências de terras;

g) que os dois novos Estados assegurassem proteção aos Lugares Santos, bem como liberdade de consciência, língua e educação.

Segundo o plano majoritário, o Estado Árabe abrangeria a Galileia ocidental (Nazaré inclusa), as regiões centrais (Samaria e Judeia), e uma faixa costeira estendendo-se desde Ashdod até Rafa (junto à fronteira egípcia); o Estado Judeu seria constituído pela Galileia oriental, planície de Esdraelon (também conhecida como planície de Jezreel), uma faixa costeira que se estenderia de um ponto ao sul de Acre até a acima referida faixa costeira árabe (incluindo portanto a cidade predominantemente árabe de Jaffa) e o Neguev.

A minoria – formada pelos representantes da Índia, Pérsia e Iugoslávia – apresentou em separado outro relatório, no qual considerava a partilha impraticável, irrealizável e antiárabe, afirmando que “o bem-estar do país e de sua população em geral” deveria estar acima das “aspirações dos judeus” por um Estado separado e soberano; em seu lugar propunham

¹⁰¹ Fabregat ao retirar-se deparou com David Horowitz, elemento de ligação da Agência Judaica; abraçou-o comovidamente e com lágrimas nos olhos disse-lhe: “Este é o maior momento de minha vida.”

¹⁰² Com essa união econômica vários membros da UNSCOP visavam assegurar ao Estado árabe apoio financeiro do Estado judeu.

uma federação de Estados, árabe e judia¹⁰³, tendo Jerusalém por capital e com um governo federal controlando a defesa nacional, relações exteriores, imigração, etc.

Note-se que o representante da Austrália se absteve de endossar qualquer dos dois planos¹⁰⁴. Explicou ele sua atitude alegando considerar obrigação do Comitê apresentar à Assembleia Geral propostas diversas, sobre vários rumos possíveis de serem seguidos, já que não havia “maioria decisiva” a favor de qualquer solução. Concluiu sua “declaração” afirmando:

Nessas circunstâncias, não vejo de minha parte necessidade de indicar agora uma preferência por uma ou outra solução. Os argumentos para ambas aqui estão, e os argumentos para ambas são fortes. A decisão final entre as duas está, e só poderá estar, em mãos da Assembleia. Só a Assembleia é o órgão competente para decidir o que é exequível e o que não é exequível à luz de todos os fatores, inclusive fatores políticos, muitos dos quais estão claramente além do âmbito de nossas próprias observações como Comitê.

Antes mesmo de se iniciar a sessão da Assembleia Geral (o que se daria na segunda quinzena de setembro), manifestou-se – violenta e ameaçadora – a reação árabe. O Comitê Político da Liga Árabe, reunido no Líbano, decidiu resistir à execução das recomendações da UNSCOP por todos os meios práticos e ofensivos, e o seu escritório de propaganda em New York, acusando a UNSCOP de antecipadamente predisposta a favor do sionismo, declarou que a aprovação pela Assembleia Geral quer do esquema majoritário, quer do minoritário, provocaria no Oriente Médio uma guerra capaz de atingir proporções de um conflito mundial. O Comitê Superior Árabe classificou os dois planos (o da maioria e o da minoria) como “absurdos, impraticáveis e injustos”, e as Nações Unidas eram advertidas de que “não se permitirá a um só judeu imigrar na Palestina... Os árabes lutarão até o último homem para defender seu país, para defender sua integridade e para preservá-lo como um país árabe”. A esse coro de

rejeições juntou-se a imprensa árabe da Palestina; e o *Al-Ahram* do Cairo anunciou que “os árabes da Palestina empreenderão uma guerra sem tréguas para repelir esse ataque a seu país, especialmente porque sabem que todos os países árabes os apoiarão e auxiliarão, fornecendo-lhes homens, dinheiro e munições”.

Bem diferente foi a reação judaica. A 2 de setembro a comissão política do Conselho Geral Sionista (então reunido em Zurique), ao mesmo tempo que qualificava uma solução federalista como “inteiramente inaceitável”, expressou, em resolução, sua satisfação por haver sido recomendado o breve estabelecimento de um Estado Judeu soberano; acrescentou, contudo, que “o território proposto é uma pequena parte do território originalmente prometido ao povo judeu com base em seus direitos históricos e não inclui áreas da maior importância”. Não obstante, reservava-se uma opinião definitiva para depois que “a Assembleia Geral houvesse tomado uma decisão”. O “judeu palestinese médio” foi descrito pelo semanário *Zionist Review* (edição de 5 de setembro) como estando “no momento, essencialmente otimista e satisfeito” com o Relatório da UNSCOP. Quanto à imprensa hebraica da Palestina, os editoriais, de um modo geral, expressavam discreta satisfação (exceções foram o binacionalista *Mishmar*, que fez restrições às propostas majoritária e minoritária, e o revisionista *Ha-Mashqif* que rejeitou a ideia de “falsa independência num Estado de brinquedo”). Quanto à Inglaterra, sua imprensa mostrou-se, em geral, hostil, agressiva e intransigente.

Foi nesse período que precedeu a reunião da Assembleia Geral que David Horowitz, Aubrey (depois Abba) Eban e o jornalista Jon Kimche tiveram, no Savoy Hotel em Londres, uma entrevista com Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe. Muito cortês, foi ele também muito franco. Em resposta a um plano de colaboração político-econômica apresentado por Horowitz, declarou Azzam Pasha: “O mundo árabe não está disposto a concessões. É provável, Sr. Horowitz, que seu plano seja racional e lógico, mas o destino das nações não é decidido pela lógica racional. As nações nunca fazem concessões; elas lutam. Os senhores nada conseguirão por meios pacíficos ou acordos. Os senhores poderão, talvez, obter algo, mas somente pela força das armas. Tentaremos derrotá-los. Não tenho certeza se seremos bem sucedidos, mas tentaremos. Fomos capazes de expulsar os cruzados, mas por outro lado perdemos a Espanha e a Pérsia. É possível que venhamos a perder a Palestina. Mas é tarde demais para falar de soluções

¹⁰³ Nessa federação o assim chamado “Estado judeu” teria uma área consideravelmente menor do que a já bem reduzida área que lhe Vira atribuída pela maioria.

¹⁰⁴ A título de curiosidade queremos mencionar que os dois planos – majoritário e minoritário, ambos tão diferentes e mesmo contraditórios – foram redigidos pela mesma pessoa: o Dr. . Ralph Bunche. Confessaria ele, alguns anos depois, que essa havia sido “a maior e mais elevada experiência” de toda sua vida.

pacíficas”. (Alguns dias antes, em entrevista coletiva, fizera Azzam Pasha “uma solene advertência de que qualquer tentativa de impor as recomendações do Comitê, ou qualquer esquema semelhante, seria implacavelmente obstaculizado pelos árabes... Que não haja dúvida que os árabes, se compelidos, lutarão pela Palestina”).

9 de setembro – último ato do drama do *Exodus*. Cenário: o porto de Hamburgo, onde deram entrada os três navios-prisões. No cais, enfileirados, grande número de soldados britânicos, incluindo reforços recém-chegados para essa ironicamente denominada “Operação Oásis”. A maior parte dos refugiados – esgotados por meses de sofrimentos e privações – desceu sem oferecer resistência; as exceções ocorreram no *Runnymede Park*, do qual refugiados tiveram que ser arrastados um de cada vez (e não foram raros os casos de serem necessários quatro soldados para segurar um refugiado). Não fosse um engano cometido por um dos refugiados e esse navio (conforme determinações da Haganah) teria explodido logo após terminado o desembarque; para tal fim, ainda na França, explosivos haviam sido clandestinamente introduzidos a bordo por elementos da Palmach. Mas o plano de sabotagem falhou, e Bevin pôde, eufórico, telegrafar às tropas expressando o seu “reconhecimento pessoal”.

E agora, o epílogo. De Hamburgo os refugiados foram levados, por via férrea, a dois antigos campos de concentração alemães. Muitos foram dali escamoteados pela Haganah e empreenderam mais uma vez a viagem “ilegal” conseguindo furar o bloqueio¹⁰⁵. Outros foram incluídos pelos ingleses nas quotas mensais de imigração. Ao ser proclamada a independência de Israel estariam já praticamente todos lá, e não poucos participando da guerra contra os invasores árabes. Quanto aos ingleses, não repetiram a façanha – “vergonhosa demais”, diz Harry Sacher¹⁰⁶ – e novos “ilegais” continuariam a ser enviados a Chipre.

¹⁰⁵ A Haganah forneceu a cada refugiado um certificado especial declarando-o “refugiado do *Exodus*”, o que lhe assegurava prioridade e privilégios especiais em novas tentativas para chegar à Palestina.

¹⁰⁶ Não só na França, mas também nos Estados Unidos o episódio provocou uma onda de sentimentos antibritânicos. E o próprio Harold Beeley, principal conselheiro de Bevin para assuntos da Palestina e virulentamente antissionista, reconheceu (isso em particular, numa conversa com David Horowitz) que o caso do *Exodus* fora um grave erro.